

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CLÁUDIA FEIJÓ DA SILVA

Do NOPH ao Ecomuseu de Santa Cruz: representações no jornal NOPH (1983-1990) e no jornal O Quarteirão (1993-2000). Rio de Janeiro, Brasil.

Porto Alegre

2013

CLÁUDIA FEIJÓ DA SILVA

Do NOPH ao Ecomuseu de Santa Cruz: representações no jornal NOPH (1983-1990) e no jornal O Quarteirão (1993-2000). Rio de Janeiro, Brasil.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de grau Mestra em Educação.

Orientadora: Prof^a Dra Zita Rosane Possamai

Porto Alegre

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Feijó da Silva, Cláudia
Do NOPH ao Ecomuseu de Santa Cruz: representações
no jornal NOPH (1983-1990) e no jornal O Quarteirão
(1993-2000). Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. /
Cláudia Feijó da Silva. -- 2013.

141 f.

Orientadora: Zita Rosane Possamai.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Noph. 2. Patrimônio. 3. Museu. 4. Ecomuseu. 5.
Museu Comunitário. I. Rosane Possamai, Zita, orient.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CLÁUDIA FEIJÓ DA SILVA

Do NOPH ao Ecomuseu de Santa Cruz: representações no jornal NOPH (1983-1990) e no jornal O Quarteirão (1993-2000). Rio de Janeiro, Brasil.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de grau Mestra em Educação.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Zita Rosane Possamai (Orientadora) – UFRGS

Profª Dra. Ana Maria Dalla Zen - UFRGS

Profª Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil – UFRGS

Profª Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno - USP

Profª Dra. Maria Stephanou - UFRGS

Porto Alegre, 2013.

AGRADECIMENTOS

À Rita, minha mãe grande incentivadora, que me apoia, pois sabe o quanto é importante incentivar, sonhar e realizar.

À Zita, querida professora orientadora que acreditou e me acolheu, incentivadora, tanto me ensinou, a principal responsável pelas minhas transformações, pela orientação precisa, generosa e carinhosa. Minha sincera admiração.

Ao Dimitrius, meu companheiro amado, pela sua paciência e pelo nosso amor.

Aos meus irmãos, meus sobrinhos, especialmente minha sobrinha Jasminy, ao meu cunhado André que passou noites digitalizando os impressos.

À Bianca Costa, querida colega e amiga, incentivadora, apontou caminhos para que eu pudesse chegar aqui.

À Odalice Priosti e Walter Priosti pela acolhida em Santa Cruz, pelas generosidades, pelo trabalho do Ecomuseu que proporcionou este estudo.

Aos primeiros idealizadores do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz (NOPH), pela atitude admirável de registro das ações do Núcleo e posteriormente do Ecomuseu de Santa Cruz.

À professora Ana Maria Dalla Zen pelo incentivo, pelo compartilhamento de sonhos, de ideias, e de tantos artigos.

À professora Elizabeth Torresini minha querida mestra desde a graduação, sou grata pela motivação, carinho e acompanhamento.

Aos queridos amigos, companheiros de trabalho David K. Minuzzo, Márcia Vargas, Manuela Garcia, Izolina Anhaia, Teresinha B. Medeiros, Teresa Dutra, Eduíno de Mattos, agradeço pelo compartilhamento de tantas realizações.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação Carolina Gelmini, Cristina Leitzke, Gabriel Focking, agradeço os momentos e as discussões compartilhadas.

À Fernanda Paulo pela dedicação em me apontar leituras, pela seleção e envio de tantos textos de Paulo Freire.

Aos amigos dos pontos de memória, dos ecomuseu e museus comunitários espalhados pelo Brasil e pelo mundo, que acreditam no poder de transformação por meio da educação e da museologia social.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação, aos professores e funcionários, pelo trabalho e acolhida.

E ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela bolsa concedida, o que possibilitou esta pesquisa.

RESUMO

Nesta dissertação tem-se como foco de estudo as representações sobre patrimônio, museu, ecomuseu e museu comunitário noticiadas nos periódicos NOPH (Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica) e O Quarteirão. O periódico NOPH foi criado em 1983, com a intenção de divulgar as ações do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz sobre as pesquisas e divulgação da história do bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. No ano de 1992, no I Encontro Internacional de Ecomuseus, realizado durante a Eco92, as ações do NOPH foram identificadas e reconhecidas por seus agentes como ações de ecomuseologia e museologia comunitária, o que acarretou a criação do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz, com apoio da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. No ano de 1993, o jornal do NOPH foi transformado em O Quarteirão e passou a divulgar as ações do Núcleo e do Ecomuseu concomitantemente. O reconhecimento do Núcleo enquanto ação museológica comunitária e a criação do Ecomuseu supuseram uma mudança de paradigmas nos conceitos adotados anteriormente. Portanto, com o intuito de identificar rupturas e permanências nas representações sobre patrimônio, museu, ecomuseu e museu comunitário este estudo detém-se na análise de 31 exemplares do jornal NOPH, publicados entre os anos de 1984 e 1990, e 40 exemplares do jornal O Quarteirão, publicados no período de 1993 a 2000. Trata-se de um estudo de caso constituído pela análise das narrativas que revelam as representações presentes no *corpus* documental impresso inserido no âmbito da história da imprensa direcionando-se especialmente para a imprensa alternativa, considerando-se o contexto em que foi constituído. Conclui-se que, o Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz possui dois momentos de atuação distintos e marcados pelo contato com o pensamento museológico internacional a partir do ano de 1992, tal contato estimula uma mudança de paradigmas sobre as representações de patrimônio e museu apropriadas pelos integrantes do NOPH. Nesta pesquisa propõe-se a reflexão a partir do campo da História da Educação, com embasamento nos pressupostos teóricos de autores da História Cultural, da história dos museus e do movimento museológico, do campo do patrimônio, além de estudos sobre museus, ecomuseus e museus comunitários.

Palavras-chave: Noph; patrimônio; museu; ecomuseu; museu comunitário.

ABSTRACT

This dissertation has its study focus on representations about heritage, museum, ecomuseum and community museum published in the periodicals NOPH (Nucleus of Guidelines for History Research) and *O Quarteirão*. The NOPH periodical was created in 1983 with the purpose of publishing the research actions by the Nucleus of Guidelines for History Research from Santa Cruz and to divulge the history of the municipality of Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brazil. In 1992, upon the 1st International Meeting of Ecomuseums carried out during the Eco92, NOPH actions were identified and recognized by their agents as actions of ecomuseology and community museology that led to the creation of the Ecomuseum of the *Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz* with the support of the City Hall of Rio de Janeiro. In 1993, the NOPH journal was changed into *O Quarteirão* and started publishing the actions of the Nucleus and of the Ecomuseum as well. The recognition of the Nucleus as a community museum action and the creation of the Ecomuseum assumed a change of paradigms in the concepts adopted previously. Therefore, in order to identify ruptures and permanencies in the representations about heritage, museum, ecomuseum and community museum, this study concentrates in the analysis of 31 editions of the NOPH journal published between 1984 and 1990 and of 40 editions of *O Quarteirão* journal, published from 1993 to year 2000. It is about a case study that comprises the analysis of accounts that reveal the representations present in the printed documental corpus which is inserted in the realm of the press history, especially addressed to the alternative press by considering the context where it was composed. We conclude that the Guidance Center and Historical Research of Santa Cruz has two distinct moments of action and marked by contact with the international museological thinking from the year 1992, this contact stimulates a paradigm shift on the representations of heritage and museum appropriated by members of NOPH. This research proposes a reflection starting from the field of Education History based in the theoretical presuppositions from authors of Cultural History, history of museums, museum movement and of the heritage field besides of studies about museums, ecomuseums and community museums.

Key words: Noph; heritage; museum; ecomuseum; community museum.

RÉSUMÉ

Cette dissertation se concentre sur l'étude des représentations au sujet de patrimoine, musée, ecomusée et musée communautaire selon des reportages publiés dans les journaux NOPH (Centre d'Orientation et Recherche Historique) et *O Quarteirão*. Le journal NOPH a été créé en 1983 avec le but de divulguer les actions du Centre d'Orientation et Recherche Historique de Santa Cruz sur les recherches et la divulgation de l'histoire de la municipalité de Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brésil. En 1992, dans la I Rencontre Internationale des Ecomusées qui a eu lieu pendant la Eco92, les actions du NOPH ont été identifiées et reconnues par ses agents comme des actions d'écomuséologie et muséologie communautaire ce qui a résulté dans la création du Ecomuseu du *Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz* avec le soutien de la Mairie de Rio de Janeiro. En 1993, le journal NOPH a été changé dans la rubrique *O Quarteirão* et il a passé à divulguer les actions du Centre et du Ecomusée à la fois. La reconnaissance du Centre comme action muséologique communautaire et la création du Ecomusée ont assumé un changement de paradigmes dans les concepts adoptés précédemment. Donc, avec l'objectif d'identifier les ruptures et les permanences dans les représentations sur patrimoine, musée, ecomusée et musée communautaire, cette étude s'occupe de l'analyse de 31 exemplaires du journal NOPH, publiés entre 1984 et 1990, et de 40 exemplaires du journal *O Quarteirão*, publiés entre 1993 et 2000. Il s'agit d'une étude de cas constituée par l'analyse des narrations qui révèlent les représentations présentes dans le *corpus* documentaire imprimé inséré dans la domaine de l'histoire de la presse étant dirigé surtout à la presse alternative en considérant le contexte dans lequel il a été constitué. Nous concluons que le Centre d'orientation et de recherche historique de Santa Cruz a deux moments distincts de l'action et marqué par contact avec la pensée muséologique internationale de l'année 1992, ce contact stimule un changement de paradigme sur les représentations du patrimoine et musée appropriation par les membres de NOPH. Dans cette recherche, on propose la réflexion à partir du champ de l'Histoire de l'Éducation basé dans les présuppositions théoriques d'auteurs de l'Histoire Culturelle, de l'histoire des musées et du mouvement muséologique, du champ du patrimoine, au-delà des études sur musées, ecomusées et musées communautaires.

Mots-clé: Noph; patrimoine; musée; ecomusée ; musée communautaire.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Município do Rio de Janeiro	13
Figura 2 – Cabeçalho do jornal O Quarteirão	67
Figura 3 – Exemplos de capas dos jornais NOPH e O Quarteirão	73
Figura 4 – Desenho de panorâmica do Quarteirão Cultural do Matadouro e arredores.....	99
Figura 5 – Destaque “O que é ecomuseu? O Quarteirão, nº 1 – capa.....	106
Figura 6 – Ação Educativa – caminhada ecomuseológica	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Dados gerais do jornal do NOPH (1984-1990)	65
Quadros 2 - Dados gerais do jornal O Quarteirão (1993-2001)	68

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. Do colecionismo ao ecomuseu: acompanhando os movimentos da educação ocidental .	18
2.1. Configurações históricas para o movimento museológico	20
2.2. O século dos museus e a inserção do Brasil no movimento museológico	28
2.3. Antecedentes da ecomuseologia	33
3. Formação, desenvolvimento e transformações dos conceitos de ecomuseu e museu comunitário.....	36
3.1. Conceitos em transformação	37
3.2. Movimento Internacional por uma Nova Museologia: Minon.....	44
3.3. As práticas ecomuseológicas	49
4. Imprensa comunitária como alternativa de comunicação da ecomuseologia	60
4.1. Historicizando o corpus empírico da pesquisa	62
4.2. NOPH e O Quarteirão: em qual tipologia de jornal se inserem?	69
4.2.1. A Equipe Editorial	71
4.2.2. A composição do jornal	72
4.2.3. Tiragem e circulação.....	74
4.3 Percorrendo o caminho metodológico	76
5. O patrimônio como representação e a representação sobre patrimônio presentes nos jornais NOPH e O Quarteirão	81
5.1 Museu, como lugar de representação, e as representações sobre museu, museu comunitário e ecomuseu presentes nos jornais do NOPH e O Quarteirão	100
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICES	124
Apêndice I - Levantamento Equipes responsáveis pela edição do NOPH e membros da direção do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz (1984 - 1990). Jornal: NOPH	124
Apêndice II - Equipes responsáveis pela edição do Jornal O Quarteirão e pela coordenação do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz (1993-2000)	125
Apêndice III - Correspondências recebidas pelo NOPH (1984 – 1990)	130
Apêndice IV - Temática dos artigos NOPH (1984 – 1990)	136

1. INTRODUÇÃO

É pertinente que, antes de adentrar no tema da pesquisa propriamente dito, seja narrada aqui a minha trajetória pessoal que, sem dúvida, está imbricada nesta investigação. Enveredar-me pelos caminhos dos museus e especialmente dos ecomuseus e museus comunitários foi uma escolha que envolveu paixão e, acima de tudo, algumas necessidades de compreensão desse *mundo* que guarda um pouco do mundo, através dos simbolismos, das representações, das histórias, das memórias e do imaginário... A partir desse lugar se é capaz de comunicar, pesquisar, preservar e ensinar, de propor e provocar transformações sociais e culturais. Então, como não se enredar no cheiro, nas cores, nos desafios e indagações, nas vontades de tocar e, na maioria das vezes, não poder? Meu fascínio pelos museus vem de longa data, não sei ao certo quando, minha memória afetiva me permite recordar somente algumas curiosidades despertadas por visitas esporádicas ao Museu Júlio de Castilhos na infância. No mais, quando criança acreditava que igrejas eram museus, por suas cores, suas imagens, seus objetos, seu silêncio, apenas uma pessoa falando e todas as outras escutando e, às vezes, repetindo.

A escolha pela graduação em História pouco tem a ver com isso, pois está mais ligada ao interesse em provocar transformações através da educação. No entanto, logo após a conclusão da graduação, em 2007, a oportunidade de exercer a profissão de historiadora me levou ao Museu Comunitário Lomba do Pinheiro (MCLP) — Museu no bairro onde “nasci” e sempre morei. A princípio, um desafio, afinal meu conhecimento sobre museus estava restrito à relação de visitante, mas conhecimento se adquire! Com esse pensamento direcionei a continuidade dos meus estudos voltando a atenção à museologia, mediante cursos, oficinas e eventos museológicos, ao mesmo tempo em que promovia, no MCLP, projetos com a intenção de envolver a comunidade em iniciativas de gestão compartilhada, de ações de educação para o patrimônio integradas às escolas, pesquisas de história oral, criação de exposições, entre outros. Em 2008, ano da criação da graduação em Museologia na UFRGS, me apresentei à professora Ana Maria Dalla Zen, então coordenadora do curso, solicitando parceria entre o MCLP e o Curso de Museologia, a qual se tornou profícua e duradoura.

No ano de 2009 tive a satisfação de conhecer a professora Zita Possamai que generosamente atuou pelo Programa Conexões de Saberes (UFRGS/PROEXT/MEC) no Museu Comunitário Lomba do Pinheiro. Durante o ano de 2009 tive a oportunidade de, através dessa parceria institucional, participar de diversas reflexões a respeito da educação em museus e para o patrimônio. Sob o estímulo da professora Zita, iniciei a produção e publicação de artigos sobre as práticas realizadas no Museu Comunitário Lomba do Pinheiro. No mesmo ano, procurei informações sobre as disciplinas ministradas pela professora Zita Possamai, iniciando a trajetória de estudos para participar do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu/UFRGS). Não obtive aprovação no primeiro processo seletivo, em 2009, mas persisti na preparação através das disciplinas ofertadas pelo Programa de Educação Continuada (PEC), fator que contribuiu para a preparação e estudos empreendidos, a fim de participar do processo seletivo em 2010, com ingresso no ano de 2011, após aprovação.

Desde então, dois anos se passaram, alguns meses de continuidade na prática das atividades museais, meses de afastamento na intenção de imergir nos estudos teóricos, na construção do projeto de pesquisa e da própria pesquisa, e ainda o desafio do estágio de docência na graduação em museologia. Formalmente, no PPGEdu, são dois anos de aprendizados que permitiram diversas desconstruções, construções e reconstruções, sobre mim, sobre minhas ideias, sobre os conceitos e as representações: da educação, dos museus, dos patrimônios, da vida e do mundo. Considerando-se que *o caminhar de uma análise inscreve seus passos, regulares ou ziguezagueantes, em cima de um terreno habitado há muito tempo* (CERTEAU, 2007, p. 35), agora, é o tempo de apresentar, compartilhar e ser avaliada. Para tanto, apresento o resultado do que desenvolvi até aqui. Eis a dissertação!

❖ ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O tema central desta dissertação de mestrado está direcionado ao **Estudo da experiência museológica do Ecomuseu de Santa Cruz, em Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brasil, através dos periódicos: jornal do NOPH (1984-1990) e o jornal O Quarteirão (1993-2000), impressos produzidos pelo Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz.** A intenção foi verificar as representações *sobre patrimônio, museu, ecomuseu e museu comunitário* apresentadas por seus agentes e veiculadas pelos periódicos, e identificar rupturas e permanências sobre essas representações ao longo do período investigado. O estudo detém-se na análise de 31 exemplares do jornal NOPH e 40 exemplares do jornal O Quarteirão.

No intuito de contextualizar o objeto da pesquisa convém discorrer, brevemente, sobre o território onde se localiza a produção do corpus documental — Rio de Janeiro, Santa Cruz, bairro da zona oeste, distante 67 quilômetros do centro do município do Rio de Janeiro (Figura 1).

Localização dos limites e divisões das regiões administrativas do Município do Rio de Janeiro, Brasil.



Figura 1 – Mapa do município do Rio de Janeiro

Considerado periferia, Santa Cruz possui população de 217.333 habitantes, segundo dados da prefeitura do município carioca¹. Conta com um importante distrito industrial inaugurado em meados dos anos de 1970. Compõem a paisagem de Santa Cruz duas unidades das Forças Armadas e a maior Base Aérea brasileira.

Na intenção de cumprir os desafios aqui propostos, esta dissertação se estrutura em quatro capítulos, considerações finais, referências e apêndices. A construção de cada um dos capítulos foi marcada pelo tempo e pelo espaço, por histórias que envolvem além dos acervos, das coleções, dos discursos, dos conceitos e das representações, os seres humanos... Indivíduos ou grupos que contribuíram para coletar os acervos, para criar as coleções, para discursar, para tecer conceitos, para representar e serem representados. Para Certeau (1982), a história [...] *é fundada sobre o corte entre um passado, que é o seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado nas suas práticas* (CERTEAU, 1982, p.41).

Nesse sentido, foram percorridos alguns caminhos, entre eles: a escolha do tema, a busca e seleção do *corpus documental*, e, a criação do projeto de pesquisa, na intenção de formular o problema da pesquisa, e pensar na construção do caminho teórico metodológico a ser trilhado.

A presente investigação insere-se na área da História Cultural, o que permitiu aprofundar indagações que surgiram ao longo da análise do *corpus* e o problema principal de pesquisa. Para Roger Chartier (1998), a história cultural [...] *tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler* (CHARTIER, 1998, p. 16-17). Portanto, percorrer os caminhos da pesquisa através da História Cultural habilita a análise das representações presentes no *corpus documental*, pois nessas representações estão presentes o repertório da produção humana construído em determinado tempo e espaço. Investigar e refletir sobre as representações construídas a partir dos jornais NOPH e O Quarteirão permite compreender de que maneira os atores sociais envolvidos na produção do conhecimento e da criação do ecomuseu de Santa Cruz se apropriaram e construíram representações sobre conceitos basilares para o campo do patrimônio e da museologia comunitária.

¹ Dados disponíveis em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_bairro.htm

E questiona-se: Por que esta investigação está proposta a partir da história da educação? Segundo Maria Helena Câmara Bastos (2006), a História da Educação

[...] remete à memória cultural, às questões da cultura escolar e das práticas educativas que são engendradas no cotidiano da sociedade, pelo Estado, pelas instituições (sic) não oficiais, grupo de interesses não escolares, professores, estudantes e outros atores sociais. Como disciplina e campo de investigação, ampliam o nosso universo como sujeitos históricos, professores e futuros docentes [...].

Portanto, analisar a construção das representações a partir do estudo dos impressos NOPH e O Quarteirão corrobora o conhecimento sobre a história da educação em instituições museais. Além disso, o próprio museu está inserido historicamente no campo das representações sobre a sociedade; o museu é considerado representação do social.

No dizer de Fonseca (2003) é necessário que haja uma crítica reflexiva mais apurada sobre as ações do historiador, na intenção de encontrar novos objetos de estudo que se referem à educação:

A contribuição que a História Cultural, como campo dotado de aportes teórico-metodológicos, pode dar ao avanço na História da Educação está no descortinamento de dimensões ainda pouco exploradas, fora da escola e da escolarização [...] (FONSECA, 2003, p. 72).

Nesse sentido, analisar as representações expostas nos impressos NOPH e O Quarteirão, veículos de divulgação que comunicam, reproduzem e reforçam discursos sobre as ações museais, pressupõe, também, construir reflexões acerca da história da educação, pois, segundo Maria Célia Santos (2000), todo o processo museológico e toda a ação museológica é, também, ação educativa.

No primeiro capítulo, apresenta-se a contextualização histórica sobre a constituição dos museus e os conceitos sobre museus construídos ao longo da história. Trata-se de fazê-la perpassando pelos movimentos da educação e verificando como ocorre a construção do movimento museológico. Parte-se do Templo das Musas, passa-se pela inserção do Brasil no movimento museológico, pela criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM) até chegar aos antecedentes da ecomuseologia.

No segundo capítulo apresentam-se o desenvolvimento e as transformações ocorridas nos conceitos de ecomuseu e museu comunitário, situando-os no tempo e no espaço através da apresentação de alguns ecomuseu e museus comunitários constituídos em países da Europa e América Latina. Discorre-se, também, sobre o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Minom), e, por fim, sobre a adoção do pensamento Freireano nessa nova fase da museologia.

No terceiro capítulo expõe-se o *corpus empírico* da pesquisa e um breve histórico da história da imprensa no Brasil — surgem os periódicos “alternativos”, por exemplo, os jornais NOPH e O quarteirão. Faz-se a historicização do corpus documental e a apresentação dos impressos mediante mapeamento geral dos periódicos encontrados em arquivo e conclui-se o capítulo apresentando a metodologia de tratamento para a fonte.

No quarto capítulo trata-se da investigação e da identificação das representações sobre patrimônio, museu, ecomuseu e museu comunitário que circularam em narrativas veiculadas nos impressos jornal NOPH (1984-1990) e O Quarteirão (1993-2000), cotejando o estudo com os de autores que tecem considerações a respeito dos conceitos apresentados. Nesse sentido, pretendeu-se ressaltar os processos de continuidade e descontinuidade que permearam a constituição do Ecomuseu de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

2. DO COLECIONISMO AO ECOMUSEU: ACOMPANHANDO OS MOVIMENTOS DA EDUCAÇÃO OCIDENTAL

Considerando-se a inserção da presente pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação e na Linha de Pesquisa História, Memória e Educação e o objeto de estudo, acredita-se ser relevante apresentar um breve histórico sobre a configuração dos museus ao longo da história da humanidade. A compreensão do processo das transformações na trajetória dos museus e dos conceitos que acompanham seu desenvolvimento trará à história da educação importante contribuição, principalmente no que diz respeito às instituições museais.

Para museólogos e demais profissionais inseridos no campo dos museus, talvez esses históricos e conceitos sejam bastante discutidos. Mas, aqui, sobretudo pelo fato de se analisar as mudanças ou continuidades da Museologia de maneira que acompanhem o movimento museológico, considera-se importante o estudo e a apresentação da trajetória histórica que permite o entendimento sobre a configuração dos museus e outras formas semelhantes de organização. Mas, qual o motivo de retornar ao colecionismo? Para Maria Margareth Lopes (2007):

[...] reunir coleções foi a razão de ser dos museus uma vez que estas materializaram os próprios objetos centrais da História Natural da época; mobilizar o mundo, classificá-lo e ordená-lo, nos espaços institucionais especialmente concebidos para tal fim, os museus (LOPES, 1997, p.22).

Nessa reflexão, a autora se refere aos museus de História Natural, no contexto do Brasil durante o século XIX, por isso é importante observar que a coleção nem sempre foi o foco central em todos os tipos de museus, como é o caso dos ecomuseus, objeto de estudo proposto na presente pesquisa. Para Heloisa Barbuy (1995),

No caso dos ecomuseus, as raízes representam, justamente, a ruptura com certos padrões de museus e de Museologia. O desenvolvimento e a maturação de movimentos voltados para uma chamada cultura popular, engendrados desde o final do século XIX, ganharam vulto e espaço na área dos museus no século XX e, em termos de Museologia, no início dos anos

1970, romperam (ou apresentaram-se como alternativa) com as tradições vindas do século XIX, dos museus de belas artes fixados nas obras primas e únicas, dos museus enciclopédicos de história natural e dos museus de história, calcados na história factual e oficial. Por isto mesmo vale a pena nos remetermos aos seus primeiros tempos e aos movimentos que os antecederam (BARBUY, 1995, p. 212).

Na opinião de Cláudia Brefe (1998) as relações atuais do museu com a sociedade são entendidas fundamentalmente através de um eixo — o tempo —, pois é no tempo que acontecem as evoluções. Acrescenta-se, aqui, a dimensão espacial, pois os museus, em determinados momentos da história, passaram a representar, também, a constituição de Estados nacionais e de suas nações, ou ainda como é o caso desse estudo, em determinados territórios. Assim, são fortemente influenciados pelos movimentos ocorridos em determinados espaços, além de estarem quase sempre alocados em determinado lugar que possui ou que adquire certos significados no imaginário social.

O histórico aqui apresentado poderá contribuir para a compreensão da pesquisa e para a análise do desenvolvimento dos conceitos de ecomuseu e museu comunitário, além disso é pertinente traçar as bases que deram forma a tais conceitos ao longo das quatro últimas décadas. Na intenção de iniciar algumas reflexões sobre o movimento museológico em determinado tempo histórico, apresenta-se uma breve contextualização histórica, partindo-se de fatos históricos sociopolíticos ocorridos em diversos locais do mundo e que, se acredita, pautaram o desenvolvimento das práticas museológicas inseridas nessas tipologias. Acompanham-se alguns movimentos da educação ocorridos durante os períodos analisados, e as mudanças sociais que, por ventura, possam ter sido influenciadas pela construção da história a partir da cultura material exposta e narrada através dos museus, pois, é necessário considerar que essas instituições, a partir do momento em que se tornam públicas, *são as únicas que representam a acumulação cultural material do passado e sua exposição é o principal meio pelo qual o passado é publicamente apresentado* (BREFE, 1998 p.286).

Portanto, para entender a formação dos museus e dos conceitos que acompanham suas práticas é necessário percorrer sua história, pois, a partir dela será possível compreender se os museus operaram de forma descontinuada ou evolutiva ao longo do tempo.

Ao longo do texto a seguir apresentam-se algumas “Cartas Patrimoniais²” que possuem ligação com a presente investigação, e as contribuições de diversos autores — acadêmicos e profissionais — imersos na prática dos museus, ressaltando-se que, em alguns casos, os autores encontram-se nos dois lados — na academia e nos museus — e em diferentes tempos.

2.1 CONFIGURAÇÕES HISTÓRICAS PARA O MOVIMENTO MUSEOLÓGICO

De acordo com Rivière (1989), o colecionismo é um fenômeno presente em todas as culturas. As coleções serviram como forma de certificar a existência dos grupos humanos e de suas identidades e até para certificar a antiguidade dos grupos colecionadores. O autor faz referências a estudos que relatam indícios de colecionismo entre os homens pré-históricos. A arqueologia é capaz de demonstrar que os próprios Faraós eram sepultados em locais onde pudessem guardar objetos significativos de suas culturas, criavam suas câmaras e ali eram depositados seus pertences, e são esses objetos que, na atualidade, colaboram para os estudos sobre a vida e a administração dos Faraós, por exemplo.

Ao longo do tempo, as coleções possibilitaram a criação dos museus e boa parte do conhecimento a respeito de determinados aspectos culturais da humanidade. Diversos autores, entre os quais Suano (1996); Abreu (1996); Lopes (1997); Possamai (2001); Chagas (2007), entre outros, indicam que essa forma de estudar e representar os grupos humanos e a natureza ganhou nome e forma através do templo das nove Musas³, na Grécia Antiga, e foi denominado *Mouseion*⁴. Conforme Rivière (1989) o primeiro dos templos foi criado em Alexandria, ainda no Século III a.C, e além de constituir-se em lugar para estudos e debates, passou a ser embelezado com obras de arte, recebendo

² O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) denomina a coleção de documentos - Cartas, Declarações, Manifestos, Recomendações, etc. - resultantes de reuniões relativas à proteção do patrimônio cultural como Cartas Patrimoniais da UNESCO. As Cartas Patrimoniais podem ser acessadas em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=8F617BC92813C0DA8ACE44856D8C4576?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>

³ As nove Musas são filhas de Mnemosine (deusa da memória) e Zeus (pai dos deuses e dos homens). As nove musas foram criadas para que perpetuassem a glória dos Olímpicos. São elas: Calíope (eloquência), Clio (História), Erato (poesia lírica), Euterpe (música), Melpômene (tragédia), Polímnia (música sacra), Tália (comédia), Terpsícore (dança), Urânia (astronomia e astrologia).

⁴ Originalmente o termo *Mouseion* significa bosque sagrado (Rivière, 1993, p.68).

visitas importantes. O templo de Alexandria tinha caráter enciclopédico, ou seja, pretendia ensinar diversos saberes. Era composto de biblioteca, refeitório, casa para os professores, observatórios, salas de estudos e jardim botânico. Suano (1986) faz uma importante observação, no sentido de chamar a atenção para o fato de que o nome museu também esteve associado a publicações de diversos tipos; em 1600, o naturalista e colecionador Aldovrando de Bologna publicou o texto *Museum Metallicum*. No Século XVIII aconteceram outras publicações, com destaque para o Folhetim *Museum Britannicum*, de 1791, que compila uma série de recomendações sobre os museus, ainda hoje presentes no imaginário social, como é o caso do museu como lugar de coisas curiosas, pitorescas e raras.

Não é possível deixar de associar tais fatos ou deixar de estabelecer relações com o momento em que a educação passou a ser uma atividade setorizada e conferida aos educadores sofistas ou aos filósofos⁵ durante a Grécia antiga. Nem há como deixar de observar que foi nesse momento que surgiram os lugares específicos para estudo, as escolas. Outra observação que se destaca, aqui, é o fato de que as nove musas representavam saberes ensinados nas escolas ou pelos educadores sofistas, portanto, a educação ou a intenção de educar era, sem dúvida, elemento presente no museu. Contudo, é possível concluir que no *Museumion*, desde esse período, o caráter educativo associava-se à pesquisa e ao deleite dos visitantes, realidade que perdura – e perdurará, certamente, — por muitos séculos.

Durante a Idade Média, embora não seja possível identificar a presença da palavra museu, novas formas de organização para recolhimento e acúmulo de coleções surgiram no ocidente. Brefe (1998) observa que após a destruição da biblioteca de Alexandria não há relatos de uso da palavra museu. A Igreja passou a regular a vida intelectual, dominando o “mundo das ideias”. A filosofia de Platão foi adaptada e adotada pelo cristianismo, e associada aos ensinamentos religiosos formou base para a escolástica⁶ (Ferrari, 2003). Esse é também o período conhecido por colapso do Império Romano, tomado pelas invasões bárbaras e também considerado o período de fragmentação das culturas. No entanto, cabe lembrar que, antes disso, os Romanos guardavam e acumulavam coleções com a intenção de demonstrar suas conquistas e o

⁵ Sócrates (469-399 a.C.), Platão (427 – 347 a.C.), Aristóteles (384-332 a.C.).

⁶ Santo Agostinho (354-430) é considerado o precursor da Escolástica, método baseado na dialética. Nessa época o ensino estava restrito a alguns nobres e religiosos.

poder durante os enfrentamentos das guerras, ou seja, as coleções serviam de representação para o poder de dominação dos Romanos. Outro motivo para a formação das coleções foi a rivalidade entre os ricos, que investiam em grandes coleções particulares, demonstrando, assim, sua riqueza e seu conhecimento (Rivière, 1989). Portanto, se houve essa associação, mais uma vez é necessário reforçar o caráter educativo que esteve imbricado na formação de coleções, seja como forma de representação do poder ilustrado ou como elemento que detém e apresenta determinados conhecimentos.

Entre os grandes colecionadores da Idade Média figurou a Igreja. Possibilidade adquirida por conta do dogma cristão – de que o homem deveria ter desprendimento dos bens materiais. Dessa forma, a Igreja passou a ser a principal receptora de grandes doações (SUANO, 1986; RIVIÈRE, 1989).

Já, no Renascimento, em 1471 foi inaugurada, no papado de Sisto IV, uma Galeria com estátuas antigas, com modelos de uma civilização já desaparecida. Segundo Rivière (1989), um catálogo com o tema foi lançado pouco tempo depois. O autor ainda chama a atenção para o fato de o Papa ter tomado a primeira “medida de proteção do patrimônio local” através da publicação de uma bula que proibia a exportação das antiguidades. Rivière observa que, a partir da atitude de Sisto IV, essa Galeria pode ter sido o primeiro museu.

Efectivamente, la galeria se abre al público. Hechos de este tipo son lós que permiten reconocer en esta institución a uno de los primeros museos, en el sentido moderno de la palabra. Es también la antecesora de las galerias de antiguedades y de pintura de la época clásica, creada por los soberanos para acoger en ellas a sus huéspedes de honor y a los artistas de renombre (RIVIÈRE, 1989, p.69).

No século XVII, as Coleções, principalmente as principescas, ganharam um valor diferenciado, sendo integradas aos museus, sobretudo as coleções de História Natural, classificadas e catalogadas com a intenção de compor uma *ordem racional do mundo*. Para a educação, essas coleções se tornaram ainda mais importantes ao serem usadas pedagogicamente, rompendo com a *cultura da curiosidade* (BREFE, 1998).

Ao se refletir sobre esse período é possível pressupor que essas “galerias dos reis ou dos ricos”, no contexto histórico da educação, tiveram claramente o papel de instruir, pois um dos motivos pelos quais se criavam as coleções era para demonstrar o conhecimento dos seus proprietários. Em relação ao papel de colecionadora da Igreja não é possível associá-lo tão claramente à educação, pois [...] *a Igreja usava seus tesouros para lastrear alianças, formalizar pactos políticos e financiar guerras contra os inimigos do Estado papal* (SUANO, 1986, p.14).

Para Rivière (1989) é a partir do Renascimento que uma *onda museológica*⁷ tomou a Europa, dando início a uma série de “Câmaras de Maravilhas” e de “Gabinetes de Curiosidades”, alguns com caráter voltado às artes e outros com caráter naturalista e etnográfico. Já, no entender de Cláudia Brefe (1998), são os Gabinetes de Curiosidades os predecessores dos museus.

Apesar de os gabinetes de curiosidades serem considerados, por alguns, uma “confusão”, eles revelam o pensamento humanista e naturalista de um tempo e de seus criadores. A época do Renascimento foi marcada pelas obras de arte monumentais⁸ e pela valorização do empirismo. O trecho a seguir esclarece o caráter educativo em que os gabinetes de curiosidades estavam mergulhados, à época, seja para o conhecimento de pesquisadores ou para as práticas de ensino em instituições universitárias. Marlene Suano cita brevemente os usos das coleções e a disposição delas nos gabinetes:

Havia também riquíssimas coleções formadas por estudiosos da natureza quer para seu próprio deleite quer para serem usadas em suas aulas nas universidades europeias, Tais coleções primavam pela quantidade de espécimes e nunca pela clareza e organização (SUANO, 1986, p.21).

Os gabinetes de curiosidades também reuniam artefatos de outros povos, revelando, além de aspectos europeus, representações de outros continentes. Data dessa época o envio para a Europa do famoso manto de plumas dos índios Tupinambás⁹.

⁷ A expressão “onda museológica” foi criada por Germain Bazin, conservador-chefe do Museu do Louvre, em *Le temps de musées*. Bruxelles-Liège, 1967.

⁸ Entre os artistas dessa época estão Botticelli, Da Vinci, Michelangelo, Rafael, Palladio e outros.

⁹ Atualmente o manto de plumas confeccionado pelos índios Tupinambás encontra-se no Museu Nacional de Arte da Dinamarca. Recentemente (2012), o Instituto Brasileiro de Museus manifestou a vontade em repatriar a peça para o Brasil.

Não foi por acaso que as câmaras das maravilhas e os gabinetes de curiosidades conquistaram espaço, pois nesse momento as experimentações e os estudos comparativos foram valorizados. Nota-se, até aqui, as múltiplas funções exercidas pelos gabinetes — guarda de coleções, laboratório de estudos, contemplação e afirmação do lugar social de seus donos, entre outras. Para Marlene Suano (1986) essas coleções também serviram como acúmulo de riquezas, porque, em certos momentos, poderiam ser utilizadas como moeda de troca, método adotado não apenas pela Igreja.

Desde a destruição do templo de Alexandria, diz Rivière (1989), o primeiro lugar que recebeu o nome de museu foi instalado próximo ao Lago Como, na Itália, em 1520, denominado *Museo de Paolo Giovo*¹⁰. Paolo usou o local para expor uma coleção de retratos de personagens ilustres da época, pinturas e antiguidades. Atualmente, um conjunto de cópias da coleção de pinturas, denominada Série Giovo, está exposto na Galeria Uffizi¹¹, em Florença, na Itália.

Suano (1986) e Rivière (1989) indicam que o primeiro museu universitário foi criado em 1683, o Ashmoleum Museum de Oxford, a partir de coleções de história natural, numismática, arqueologia e etnologia. A universidade encarregou os professores das tarefas de conservação e inventário das coleções. Após seis anos para organização, o Museu passou a contar com um laboratório de química e uma biblioteca. Nesse caso, fica ainda mais evidente o uso do museu para fins educativos, que também serviu como uma espécie de laboratório e lugar para salvaguardar e expor estudos, possuindo caráter enciclopédico. Talvez essa tenha sido a primeira vez em que o museu foi associado ao ensino formal, e, nesse caso, o primeiro museu pedagógico esteve associado aos saberes científicos não por acaso, porque as correntes educativas do século XVII defendiam a ideia de educação a serviço do povo e dos artistas. Em relação aos gabinetes de curiosidades a associação às universidades não parece conter caráter formalizado.

Ao longo do período histórico entre os séculos XVI e XVIII houve fortes mudanças, principalmente na política econômica, o que refletiu diretamente na política cultural e educacional, principalmente na Europa e na América do Norte. Também foi o período de criação das academias de arte, pois havia a necessidade de criação de obras

¹⁰ Paolo Giovo (1483-1552) era médico, historiador e biógrafo italiano.

¹¹ Para acessar a Galeria Uffizi: <http://www.florence-museum.com/>

de arte internamente, evitando-se a importação e a contratação de artistas externos, o que, à época, tornava esse tipo de bens ainda mais caros. Mais adiante, na sequência desta dissertação, ver-se-á o quanto esse fato influenciou diretamente a abertura pública dos museus.

No século XVII reinava o absolutismo em algumas partes da Europa e com mais intensidade na França e na Inglaterra. Nesse período, algumas galerias foram abertas ao público, entre as quais a Galeria de Apolo, no Palácio do Louvre na França em 1683, período e local onde o absolutismo foi mais intenso, sob o governo do Rei Luiz XIV. O público frequentador da Galeria de Apolo era seleto, composto por artistas, intelectuais e estudantes (Suano, 1986), o que não causa estranheza, pois durante esse período o acesso à educação era privilégio do clero, da burguesia e da nobreza.

Durante o século XVIII, mais especificamente no período denominado Iluminismo, uma série de acontecimentos influenciou a história da educação e a história dos museus. Segundo Rivière (1989), somente em 1792 a Galeria do Louvre foi denominada museu. Inicialmente, foi denominada Museu Nacional, depois de Museu Central das Artes e, por último, de Museu do Louvre. A primeira denominação — Museu Nacional — demonstrava a intenção de formação do Estado nação na França. As coleções dos museus passaram a construir narrativas que contam a história nacional, o que pode ter influenciado a abertura dos museus ao público e, em consequência, a ampliação das suas características. Breffe (1998) observa que um dos fins pedagógicos da Galeria de Apolo foi o fato de que os jovens artistas que eram incentivados naquele momento necessitavam de exemplos para seus estudos e trabalhos. Mesmo com a democratização ao acesso, com a abertura ao público, outros problemas surgiram:

Rapidamente as discussões sobre a abertura do museu ultrapassam as questões relacionadas à aquisição e encomendas de obras para atingirem problemas museográficos, isto é, referentes à disposição das obras no espaço do Palácio do Louvre. Para abrigar as coleções reais e permitir sua exposição pública seria necessário adaptar o local à sua nova função, seguindo três pontos fundamentais: o espaço disponível, a sua iluminação e a segurança das obras (BREFFE, 1998, p.293).

Fica claro que a partir desse momento os museus passaram a priorizar, ao mesmo tempo, a instrução, a contemplação e a salvaguarda das coleções, aumentando

os indícios de que o seu caráter educativo e público adquiria mais força. Contudo, é necessário observar que público era esse, além dos propósitos difundidos através dos museus que se formaram desse momento em diante.

A Revolução Francesa (1789) foi o principal fato que determinou profundas mudanças sociais, entre as quais a função da escola e dos museus. A partir desse momento, tanto a escola quanto o museu assumiram o papel de construtores da nação francesa. Sobre o desenvolvimento dos museus nesse período, Rivière observa:

La institución museal conserva sus roles de colección, de creación y de desarrollo del saber, e, igualmente, de prestigio. Refuerza su misión educativa y adquiere la de protección del patrimonio. En fin, va a ayudar a los pueblos de Europa a tomar consciencia de su identidad. (RIVIÈRE, 1989, p.72)

Esse é o período em que os *esclarecidos* ou *ilustrados* consideram propício para a ampliação das fronteiras do conhecimento, além de considerarem que o conhecimento seria o único caminho para o progresso. A consagração dos direitos civis — da liberdade, propriedade, privacidade e igualdade — apontam para novas formas de vislumbrar o futuro, portanto a busca por novos caminhos apontará também para novos modos de organização social. Nesse contexto, tanto os museus quanto a educação passaram a ser desenvolvidos na intenção de alcançar o *caminho das Luzes*, pois se acreditava que somente através da instrução isso seria possível. Jules Ferry (1832-1893) influenciou fortemente as mudanças educacionais. Foi o responsável pela reforma no sistema nacional de educação, transformando-o em gratuito, obrigatório e laico, considerado o momento em que os franceses de súditos transformavam-se em cidadãos. (CURY, 2004). Esse fator talvez explique a abertura dos museus e seus propósitos, pois nessa lógica o Estado que representava os interesses de todos tornava-se o responsável por instruir a população.

Mesmo que a abertura dos museus ao público tenha ocorrido no século XVIII, foi a partir do século XIX que essa prática ganhou espaço e se estendeu a outros públicos além daquele considerado culto para adentrar nesses lugares. A partir do século XIX o caráter público de espaço de sociabilidade, além do fato de o museu se tornar espaço público, estava ligado ao fenômeno da criação dos lugares para representação e legitimação da Nação (BREFE, 1998). É importante observar que a construção e a

legitimação da Nação, não apenas na França, mas ao longo da construção de outros Estados Nação, foi alcançada através da instrução das populações. E para que esse objetivo fosse efetivo e eficiente buscava-se certa homogeneidade entre os cidadãos além do alcance de uma “consciência coletiva”¹² (CURY, 2004) que, por sua vez, poderia ocorrer também sob influência dos espaços públicos e constituídos intencionalmente como forma de apresentar o que precisava ser visto, valorizado e aprendido.

Em cada país os museus se desenvolveram segundo as suas particularidades, seguindo características de seus contextos históricos (Brefe, 1998). Não só na França, mas por boa parte da Europa era possível observar a crescente criação de instituições museológicas concebidas sob o *espírito nacionalista*, além de possuírem uma perspectiva pedagógica para a formação do cidadão, através do conhecimento do passado, **demonstrando a antiguidade da nação e as perspectivas de desenvolvimento das configurações políticas do momento, ou seja, legitimando a nova forma de governabilidade pós-revolução**¹³ (SUANO, 1986). Nessa onda é possível observar a criação de uma série de museus nacionais pela Europa. Em 1753 surgia, em Londres, o Museu Britânico, e, após, o Belvedere, em 1775 em Viena; em 1808 surgiu o Museu Real dos Países Baixos, em Amsterdã; em 1810, o Museu Hermitage, em São Petersburgo; em 1819, o Museu do Prado, em Madri; em 1852, o Altes Museum, em Berlim (SUANO, 1986). Todos esses museus tiveram o papel de criar a unidade de cada nação que representavam, portanto, a escolha dos locais para abrigar as coleções e os objetos a serem expostos eram escolhidos de forma a ser *a encarnação da história-memória nacional* (BREFE, 2005, p.40).

Cabe ressaltar, ainda, que a burguesia, responsável por esse novo momento, soube organizar os saberes de forma a consolidar o poder conquistado por meio da Revolução **ou pelos efeitos causados por ela ao longo da Europa**¹⁴ (SUANO, 1986). Desse modo, os museus podem ter colaborado para que o nacionalismo criasse o imaginário da nação; a nova configuração histórica pós-revolução e nacionalista provavelmente causou o eco responsável pela criação de museus inscritos nas mais

¹² A “consciência coletiva” pode ser entendida enquanto sistemas que têm determinada lógica e linguagem, sobre uma estrutura de implicações baseada em valores e conceitos e que “determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das ideias compartilhadas pelos grupos e regem subsequentemente, as condutas desejáveis ou admitidas” (Moscovici, 1978, p. 51).

¹³ Grifo nosso

¹⁴ Grifo nosso

variadas tipologias, com ênfase mais voltada para as tipologias de história. Essa expansão não ficou restrita somente à Europa e à América do Norte, pois, a partir desse momento, é possível observar a *onda museológica* se expandir através da América Latina e chegar, finalmente, ao Brasil, como se verá a seguir.

2.2 O SÉCULO DOS MUSEUS E A INSERÇÃO DO BRASIL NO MOVIMENTO MUSEOLÓGICO

O século XIX é anunciado por alguns autores (CHAGAS, 2009; BREFE, 2003; SUANO, 1986; SANTOS, 2008; PEREIRA, 2010) como o século dos museus, momento em que ocorreu notável expansão, em termos quantitativos, de museus pelo mundo e uma possível diversificação da tipologia das coleções. O motivo da propagação dos museus foi por propósitos muito particulares, como se observou até aqui: além de reunir as antiguidades nacionais e artísticas, em muitos casos as coleções reuniam expressivos acervos oriundos das colônias. Muitas das coleções alocadas na Europa eram procedentes do domínio colonial, pois eram realizadas expedições com o intuito de enriquecer as coleções da Metrópole, além de servirem aos estudos de pesquisadores estrangeiros.

Esse foi o período em que os museus foram criados como instituições, ou, ao se institucionalizarem, adotaram formas regionalizadas de atuação e se projetaram, em alguns casos, pela ligação ao ideal de construção da Nação. Para Mario Chagas *a tradição museal brasileira pode ser inteiramente compreendida como parte de um projeto civilizador de modernidade com raízes fincadas no solo do século XVIII* (CHAGAS, 2009, p.64). O autor refere, sem citar fonte, que o primeiro museu em solo brasileiro foi criado em Pernambuco, no jardim do Palácio de Vrijburg, no período da invasão holandesa (Pernambuco 1630-1654). Durante o período em que comandou o Brasil Holandês, o Conde Maurício de Nassau mandou construir, ao lado do Palácio de Vrijburg, um Jardim Botânico e um Zoológico. Nesses locais havia grande diversidade de plantas e animais que, antes de serem mandados para a Europa, na intenção de enriquecer as coleções de lá, eram estudados e algumas vezes catalogados aqui. O local também contava com um observatório astronômico, onde eram realizados estudos e os

dados da astronomia remetidos para a Universidade de Leiden, Holanda (GESTEIRA, 2004).

Muitas expedições científicas da Europa percorriam o território brasileiro e de outras colônias na intenção de estudar os recursos naturais e a cultura local. Em decorrência, formavam grandes coleções de botânica, zoologia, mineralogia, etnografia e arqueologia, muitas das quais ainda hoje compõem os acervos dos principais museus europeus. Na mesma época, o Brasil já contava com outras práticas de hortos e jardins botânicos, os quais, naquele período, ainda não eram considerados práticas de museologia ou instituições museológicas (CHAGAS, 2009), ao contrário dos dias atuais, em que o conceito de museu se dilata e abrange os mais variados estabelecimentos que tenham, entre seus propósitos, a coleta de objetos, salvaguarda, pesquisa e educação.

Criada em 1784, a “Casa dos Pássaros”¹⁵ é considerada por alguns pesquisadores como o primeiro museu brasileiro, o qual, para Maria Margareth Lopes foi uma espécie de entreposto, pois os colonizadores tinham o costume de enviar à Metrópole [...] *‘produções’ da natureza do Brasil – animais, plantas, minerais, adornos indígenas e, mesmo os próprios indígenas...*(LOPES, 1997, p.26) a fim de enriquecer as coleções portuguesas. Segundo a autora, os museus no Brasil nasceram sob os auspícios da mudança da família Real e da Corte Portuguesa para a colônia. O Museu Nacional, originalmente denominado Museu Real, foi criado a partir do acervo doado pela extinta *Casa dos Pássaros*, criado por decreto em 1818. Apesar de as coleções serem as mesmas da *Casa dos Pássaros*, é completamente diferente do [...] *modelo trazido da Europa, de um Museu Metropolitano, de caráter universal, o que vai mudar serão suas particularidades de instalação* (LOPES, 1997, p.41); o novo museu ligava-se às ciências naturais e aos interesses científicos dos primeiros cursos superiores criados no Brasil (LOPES, 1997).

Durante o século XIX, os principais museus criados em centros brasileiros foram: o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 1818 – antiga Casa dos Pássaros e posterior Museu Real; Museu Paraense, em 1871 - atual Emílio Goeldi, no Pará; Museu Paranaense, no Paraná, em 1876; o Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

¹⁵ “Casa dos Pássaros” é o nome popular dado à “Casa de História Natural” ou “Museu de História Natural” (Chagas, 2009).

(IHGB), na Bahia, em 1894; o Museu Paulista, em São Paulo, em 1895 (LOPES, 1997). Ainda no mesmo período foram criados o Museu Naval e Oceanográfico, em 1868, e o Museu da Academia Nacional de Medicina, em 1898, ambos no Rio de Janeiro (SANTOS, 2004). Pouco mais tarde, no início do século XX, foi fundado o Museu Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, em 1903 (POSSAMAI, 2010).

Como é possível observar, o novo século foi marcado pela constituição de uma série de museus. No Brasil, suas tipologias voltaram-se inicialmente à História Natural ou, mais adiante, à História, mas em qualquer dos casos estava envolvido o interesse de constituição da Nação. Contudo, cabe ressaltar:

[...] Se houve uma tendência nos países que declaravam a independência das matrizes colonialistas em criar um conjunto de símbolos que lhes desse autonomia por meio da ruptura radical com a antiga metrópole [...] no Brasil, esses símbolos criados após a declaração da Independência marcaram a singularidade do Império, ou seja, um novo Estado que não procurava a ruptura radical com Portugal (SANTOS, 2004 p.56)

É quase inquestionável que muitos desses museus foram criados com a intenção de guardar as riquezas do Brasil e possibilitar o desenvolvimento de estudos a respeito do território, quiçá na intenção de explorar as diversidades naturais. Entretanto, o caráter educativo das instituições museais não se resumiu ao desenvolvimento do conhecimento científico. Segundo Marcele Pereira, os museus dessa época desenvolveram uma dimensão cívica, o que possibilitou a colaboração dos museus na construção dos *'ideais de civilidade'* que *contribuíram para o surgimento de novos hábitos e costumes* (2010, p.36). Além disso, os ideais de civismo estavam presentes no pensamento das correntes científicas dos séculos XIX e início do século XX, pois além de consolidar a ideia de nação, estava em pauta a educação das próximas gerações (PEREIRA, 2010). Ainda no mesmo período, segundo Zita Possamai (2010), foi possível observar que o movimento dos museus [...] *era solidário ao movimento da educação por alcançar as ideias de uma modernidade pedagógica, onde a adoção da*

*perspectiva científica colocava em voga o método Lição de Coisas*¹⁶ no sistema de ensino.

Iniciando a década de vinte do século passado surgiu um novo momento para os museus no país, quando uma série de mudanças na estrutura político-social influenciou diretamente a política museal do Brasil, por exemplo, o movimento da Semana de Arte Moderna, em 1922. Nessa perspectiva houve a crescente valorização do “moderno” e a tentativa de conhecer os “modos de ser” dos brasileiros. Produto desse pensamento era a concepção da proposta educativa de que *compete ao Estado dimensionar e empreender a tarefa do ensino, treinando as elites intelectuais para o comando da Nação* (SCHEINER, 1993, p.55).

A visão de Mario Chagas (2009) sobre esse período ancora-se na interferência do Estado sobre a cultura, tendo como evidência as decisões que foram tomadas politicamente e que tiveram influência direta sobre o patrimônio nacional:

[...] as décadas de 20 e 30 foram fundamentais para o amadurecimento das ações preservacionistas do patrimônio cultural brasileiro. A preservação das representações de memória, no entanto, estava articulada a questões mais amplas referentes à identidade nacional, à constituição de uma memória coletiva, à conceituação de bem cultural a ser preservado, à origem social desse bem cultural e às possibilidades de uso educativo do patrimônio cultural (CHAGAS, 2009, p. 83).

Como desdobramento do pensamento intelectual desse momento foi criado, por Gustavo Barroso, o Museu Histórico Nacional, em 1922, no Rio de Janeiro. Myrian Sepúlveda dos Santos (2004) problematiza esse novo momento, observando que a questão da nação fica em evidência:

O acervo deixava de ser constituído por elementos da natureza e passava a ser de objetos que representassem a história da nação. Esta, entretanto, privilegiou o legado da elite brasileira, assim como seus feitos históricos, mantendo à parte a participação popular. A homenagem à tradição e ao Império serviu também de base ao discurso nacionalista conservador e elitista que

¹⁶ Método intuitivo ou Lição de coisas foi o método de ensino adotado entre o final do século XIX e início do século XX. De forma geral consistia na “substituição do método dedutivo pelo método intuitivo”. O método previa o ensino pela observação, reflexão e experiência sobre as “coisas”. As experiências inscritas da metodologia do ensino é que aproximavam a escola do museu, pois este possuía o acervo que era utilizado como espécie de laboratório (Possamai, 2010).

Barroso vinha defendendo há alguns anos. Como consequência, a grande maioria da população ficou simplesmente do lado de fora do museu (...) (SANTOS, 2004, p.56).

Apesar de a proposta dos intelectuais *modernistas* ser pela *valorização dos traços autênticos* do Brasil, a cultura a partir desse novo pensamento priorizou a valorização do *autêntico nacional* e do *puro*, ou seja, a cultura erudita é que foi valorizada, enquanto as culturas populares foram relegadas ao esquecimento, quando não, marginalizadas (SCHEINER, 1993). Contudo, cabe ressaltar que tais observações não delimitam apenas uma visão sobre a história do período modernista. Clarice Nunes (2003) chama a atenção para um aspecto interessante que diz respeito à educação e à forma com que a modernidade atinge a escola, e, no caso, cabe transpor essa observação para os museus, pois as reflexões até aqui tecidas têm base também nos movimentos da educação. Sobre a instalação da modernidade brasileira, Nunes (2003) assim se expressa:

A institucionalização do moderno carregou a representação de uma revolução total que não ocorreu, mas que trouxe, como desdobramento, representações de cisão, de renovação, de aceleração do tempo (NUNES, 2003, p. 390).

Mario Chagas apresenta as intenções de dois dos intelectuais mais importantes desse momento e que foram grandes colaboradores para a história dos museus brasileiros. Embora suas perspectivas e ideias tivessem certos afastamentos confluíam no que tange ao ideal nacionalista, pois,

enquanto Gustavo Barroso, criador do Museu Histórico Nacional (1922), pensava o museu como um local destinado a realizar o ‘culto à saudade’, a ‘exaltação da pátria’ e a celebração dos ‘vultos gloriosos’, M.A. [Mario de Andrade]¹⁷ o considerava como espaço de estudo e reflexão, como instrumento capaz de servir às classes trabalhadoras, como instituição catalisadora e ao mesmo tempo resultante da conjugação de forças diversas, como âncora de identidade cultural. No entanto, ambos debruçaram-se sobre o problema do nacional (CHAGAS, 2009, p.65).

¹⁷ Grifo nosso

Os Museus constituídos a partir da década de 1930 e 1940 foram marcados pelas diretrizes do Museu Histórico Nacional, considerado modelo para as demais instituições. Logo, as demais instituições também serviram a determinados grupos, a história divulgada foi a considerada oficial, e a “memória nacional” provavelmente serviu como fator de integração nacional a partir das representações dos museus. Além disso, em 1932, Gustavo Barroso criou o primeiro curso de museologia do Brasil, responsável por formar grande parte dos profissionais que atuaram nos diversos museus do país (SANTOS, 2004). Considerando-se que a formação desses profissionais esteve atrelada aos princípios do Museu Histórico Nacional, é possível conjecturar que as instituições museais do país tentassem reproduzir tal coesão nacionalista de forma regionalizada.

Fim do período, a história dos museus no Brasil modificou-se contínua e permanentemente e de modo mais intenso. Conjunturas político-sociais influenciaram fortemente as mudanças. A criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), encontros e mesas redondas produziram documentos, como a “Carta de Santiago” e a “Declaração de Quebec”, determinantes para a ampliação do conceito de museu e para a democratização dos museus, conforme se explana a seguir.

2.3 ANTECEDENTES DA ECOMUSEOLOGIA

A partir do período pós-segunda guerra mundial foi criado o Conselho Internacional de Museus¹⁸ que passou a colaborar com as reflexões a respeito da função dos museus, propondo discussões e diretrizes relativas à preservação do patrimônio e à atuação dos museus. A primeira vez que o ICOM propôs uma definição para os museus ocorreu em 1946 e teve o seguinte teor:

A palavra ‘museu’ inclui todas as coleções abertas ao público, de valor artístico, material técnico, científico, histórico ou arqueológico, incluindo zoológicos e jardins botânicos, mas excluindo bibliotecas, exceto à medida que mantiver salas de

¹⁸ ICOM: Conselho Internacional de Museus, criado em 1946, é uma Organização Não governamental, mantém relações formais com a UNESCO, e possui status consultivo no Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU).

exposição permanente (ICOM - Comissão Internacional de Museus, 1946)¹⁹

Em 1956, o ICOM reformulou a definição de museu, e é possível perceber uma pequena modificação (ver grifo) em relação àquela de 1946. A palavra “coleções” é excluída, passando a ser considerados museus os estabelecimentos de caráter permanente e administrados para interesse geral. Essa mudança pode indicar uma reflexão em torno do público a ser contemplado pelos museus, ou seja, para quem o museu atuava:

A palavra museu denota aqui **qualquer estabelecimento de caráter permanente, administrado para interesse geral**²⁰, com a finalidade de preservar, estudar, de exibir para o deleite do público e instrução, bibliotecas públicas e instituições públicas de arquivamento mantendo salas de exposições permanentes devem ser considerados museus (ICOM, 1956)²¹.

Em 1961 é possível observar que o termo *educação do público* é acrescentado à definição (ver grifo):

A palavra museu define todo o estabelecimento permanente, administrado em função do benefício e interesse geral, para conservar, estudar, fazer valer por meios diversos e, sobretudo, expor para desfrute e **educação do público**²², um conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos, zoológicos e aquários. As bibliotecas públicas e os centros de arquivos que têm salas de exposições de forma permanente serão assimilados aos museus (ICOM, 1961).²³

É importante ressaltar que em 1958 — antes da redefinição do ICOM — já havia acontecido no Rio de Janeiro o “Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus”, que, segundo Hernan Crespo Toral (1995), foi marcado pela discussão de problemas para a transformação social, considerando a educação como principal fator, e a problemática do museu enquanto lugar de educação.

¹⁹ Disponível em: http://icom.museum/hist_def_eng.html (tradução livre)

²⁰ Grifo nosso

²¹ Disponível em: http://icom.museum/hist_def_eng.html (tradução livre)

²² Grifo nosso

²³ Disponível em: http://icom.museum/hist_def_eng.html (tradução livre)

Em 1972, organizada pelo ICOM, a Mesa Redonda de Santiago do Chile deu origem à carta que versou sobre o papel dos museus na América Latina, aconselhando para uma atuação dos museus no desempenho da educação da comunidade. Além disso, surgiu como proposição o “Museu Integral” cujo papel seria situar o público no mundo, através das suas comunicações e interações entre patrimônio e o “homem-social”, pensando na integração dos museus à vida da sociedade (ICOM, 1972).

A Carta de Santiago, documento produzido a partir da Mesa Redonda, analisou problemas sobre *meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico, e da educação permanente* (ARAÚJO; BRUNO, 1999) encontrados especialmente na América Latina. Partindo desses fatos a proposta de Mesa Redonda de Santiago no Chile visava romper com essa falta de comunicação com a sociedade e associá-la a um novo paradigma:

[...] a tomada de consciência pelos museus, da situação atual, e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la, é uma condição essencial para sua integração à vida da sociedade. Desta maneira, consideraram que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade (ARAÚJO E BRUNO, 1995, p. 111).

Sua principal proposta se baseou no museu enquanto lugar que desempenha a preservação através da ação educativa e cultural a serviço da sociedade, sem, com isso, renunciar aos modelos de museus já constituídos. Portanto, é possível que a “Mesa Redonda de Santiago do Chile”, considerada marco de abertura dos museus para as narrativas e representações de grupos até então invisíveis nesses espaços, tenha suas bases estabelecidas nessa discussão internacional e que ocorreu em território nacional, brasileiro, e em outras reuniões promovidas pelo ICOM na Europa.

No próximo capítulo discorre-se sobre o modo com que os movimentos históricos contribuíram para esse novo momento da museologia e para a abertura dos museus, até então eram vistos como espaços do preservacionismo saudosista e restrito, onde apenas os grupos sociais mais favorecidos economicamente tinham seu lugar garantido na história. Embora as recomendações realizadas na Carta de Santiago estivessem especialmente direcionadas aos museus da América Latina, é possível constatar que, em diversos continentes, a Museologia passou por mudanças — o impacto da Mesa Redonda de Santiago do Chile reverberou especialmente na criação e na concepção dos ecomuseus e/ou museus comunitários.

3. FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÕES DOS CONCEITOS DE ECOMUSEU E MUSEU COMUNITÁRIO

Partindo-se do estudo do capítulo anterior é importante ressaltar que, embora a palavra museu não tenha acompanhado as práticas de colecionismo, preservação e divulgação de bens materiais, as instituições voltadas para esse tipo de práticas passaram por evoluções, principalmente no modo de se estruturarem. É importante observar que alguns elementos estão presentes nos diferentes períodos históricos. Até aqui, o principal elemento de longa duração identificado é a educação. Esse elemento torna-se visível a partir da observação de que, em todos os períodos históricos abordados no capítulo anterior, os museus estiveram a serviço da salvaguarda e também do conhecimento, seja da produção ou da divulgação de saberes. Mais recentemente, a partir da Carta de Santiago, é possível observar que ambos, produção e divulgação do conhecimento, passam a se complementar nos discursos e nas práticas museais.

Para Hugues de Varine (2000), quando

[...] traçamos a história mundial dos movimentos museológicos nos últimos cinquenta anos, veremos desenhar-se uma evolução clara, embora marginal, no sentido de uma constante adaptação da mídia museu ao mundo moderno e às necessidades da sociedade (VARINE, 2000, p. 22).

Ao longo deste capítulo será possível observar se de fato houve tal evolução e de que modo ela ocorreu. Percorrer a história do movimento museológico, mais especificamente a partir dos anos de 1960, poderá oferecer pistas e permitir traçar o caminho trilhado através das práticas desenvolvidas por diversas iniciativas inseridas no contexto de tantas transformações.

3.1 CONCEITOS EM TRANSFORMAÇÃO

No capítulo anterior foi possível observar os movimentos sociopolíticos que influenciaram, com suas propostas de mudanças, os museus, propostas estas que se considera inseridas no movimento museológico liderado formalmente pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) desde o pós-segunda guerra mundial. A partir do movimento museológico aqui abordado fica evidente que o foco se direcionava para a importância política e social dos museus, o que não anula tais dimensões antes desse período, pois, acredita-se que, a partir daquele momento, houve o despertar para esses aspectos. E pergunta-se: nesse limiar de mudanças sociopolíticas o museu conseguiria manter-se estático?

Neste capítulo aborda-se o movimento museológico que agrega a ecomuseologia e as mudanças que proporcionaram a construção do conceito de ecomuseu e museu comunitário²⁴, as influências de pensadores da educação e os contextos históricos que propiciaram tal desenvolvimento, considerando-se que o conceito de ecomuseu passou por mudanças ao longo dos últimos 40 anos.

Inicia-se citando a polissemia *eco(no)museu*, a qual indica, pelo menos, duas fases do conceito. Uma é a historicização do momento em que o prefixo “eco” é integrado à palavra museu, momento datado e que pode ser explicado por um momento histórico no âmbito do ICOM, mais precisamente na Europa. Já, o termo *economuseu* designa outra maneira de atuação de determinada tipologia de museu, esse utilizado a partir do desenvolvimento mais especificamente no Canadá e que está ligado à determinada pretensão condicionada à economia (KLUT, 2003).

Segundo Hugues de Varine, as discussões que provocaram profundas mudanças nos museus começaram em 1962, em Neuchatel, na Suíça, em um Colóquio promovido pelo ICOM. Naquele momento foram iniciadas discussões sobre os países em desenvolvimento, e para falar sobre estes estavam cotados os países considerados desenvolvidos. Quase uma década após, em 1971, o ICOM promoveu, na França, uma conferência geral onde estiveram presentes representantes de quase todos os países do

²⁴ A partir deste ponto as denominações museu comunitário e ecomuseu serão tratadas como sinônimos, sem distinção. Quando houver necessidade, a distinção será feita com as expressões: ecomuseu de meio ambiente ou ecomuseu de desenvolvimento.

mundo. Estrategicamente, a Conferência do ICOM aconteceu um ano antes da Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo²⁵ (VARINE, 1992), e Hugues de Varine relata a preocupação do ICOM:

[...] estávamos preocupados em fazer inscrever politicamente o museu como instituição que podia contribuir para o meio-ambiente e a natureza. [...] quisemos que os políticos falassem do museu, falassem do museu como um fenômeno novo, como um fenômeno moderno, e muito particularmente, já que a Conferência seria na França em 1971, que o Ministro do Meio-Ambiente, um francês, que era prefeito de uma cidade importante, dissesse publicamente que o museu podia servir ao meio-ambiente. Mas esse prefeito não queria pronunciar a palavra museu [...] e foi nesse sentido, do ponto de vista puramente oportunista, almoçando num restaurante com um assistente do Ministro, descobri [...] essa palavra ecomuseu [...] (VARINE, 1992, 284).

Em reunião almoço, antes da Conferência, estavam presentes o assessor do Ministro do Meio Ambiente Serge Antoine, Georges Henri Rivière e o próprio Varine. Segundo Varine (2000), ele e Rivière tentavam convencer o assessor do Ministro de que museus eram instituições atuais e que poderiam colaborar para o desenvolvimento dos territórios e das populações. Após muitas tentativas, passaram à simulação da criação de palavras que agregassem a palavra museu a outras palavras que pudessem conduzir a uma ideia de renovação e desenvolvimento, e chegaram ao termo *ecomuseu*. Para Hugues de Varine a palavra ecomuseu ganhou *status* justamente no pronunciamento do Ministro acima citado, quando repetiu o termo em seu discurso. No entanto, o fato de a palavra *ecomuseu* não conter nenhum conteúdo ou conceito definidos, fez com que, em 1972, o ICOM se reunisse mais uma vez, em outro Colóquio Internacional, a fim de discutir e de construir o conteúdo que seria inserido ao termo ecomuseu. Assim, em 1972, definiu-se, pela primeira vez, a palavra ecomuseu.

O ecomuseu em sua origem histórica, é um museu de ecologia, é um museu ecológico, é um museu. Para a França, onde a palavra foi pronunciada pela primeira vez, era um museu para os parques, era a mesma coisa que os norte-americanos chamavam de centro de interpretação, não era outra coisa (VARINE, 1992, 284).

²⁵ A Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente organizada pelas Nações Unidas, em Estocolmo, em 1972, aconteceu na tentativa de organizar as relações entre o Homem e o meio ambiente, em razão de os cientistas preverem graves problemas de poluição atmosférica provocados pelas indústrias. Nessa Conferência foi elaborado o Tratado Ambiental.

A partir desse viés faz-se necessária uma reflexão sobre o que é um museu ecológico, citando-se a etimologia da palavra. O prefixo *eco* vem do grego *oikos* que significa casa, habitat. Ao se ligar *eco* a *logos* tem-se a construção da palavra ecologia que, por sua vez, é conceituada como um ramo das ciências biológicas que estuda a estrutura e o desenvolvimento de comunidades humanas em suas relações com o meio ambiente, e também estuda os impactos que os processos tecnológicos e os sistemas de organização social podem acarretar às condições de vida dos seres humanos (FILHO, 2007).

A partir da retrospectiva de Varine (1992), talvez seja possível entender como foi construído e modificado, ao longo do tempo, o conceito de ecomuseu.

Por razões puramente administrativas e financeiras esse museu achou por bem, em 1975, adotar o nome de ecomuseu, e a partir desse dia houve de fato duas famílias de ecomuseus, os ecomuseus ecológicos, se assim se pode dizer, os ecomuseus de parques, os ecomuseus naturais, e os ecomuseus da família do Creusot, o que chamei depois de ecomuseus de desenvolvimento, e hoje chamo mais de museus comunitários (VARINE, 1992, p. 285).

Mesmo que a experiência francesa do Ecomuseu de Le Creusot e Montceau-Les Mines tenha sido explorado, à princípio, como ecológica, Hugues de Varine deixa claro que a intenção era trabalhar o desenvolvimento da região, principalmente ligando sua atuação aos campos da Sociologia e da Antropologia. No entanto, o grande diferencial e importância desse tipo de museu, diz Hugues de Varine, reside em aspectos até então não explorados pelas demais tipologias de museus.

Creio que os museus comunitários ou de desenvolvimento, os ecomuseus de desenvolvimento, o nome não tem muita importância, são muito mais importantes como instrumentos de desenvolvimento e como instrumento de participação comunitária do que os museus – os outros tipos de museus que se tornam mais institucionais (VARINE, 1992, p. 286).

Em alguns casos, como se verá mais adiante, mesmo que os ecomuseus tenham sido criados com foco na preservação da natureza, é possível identificar que a sua natureza é compreendida a partir das relações com o ser humano e não de forma isolada,

portanto, atendem aos significados do conceito de Ecologia. Contudo, o aspecto ambiental presente no ecológico, a princípio, parece não ter sido o cerne da problemática, conforme o próprio Hugues de Varine relatou acima. Segundo o autor, o termo foi adotado no intuito de congregare adeptos que deveriam reafirmar a importância dos museus.

Ainda reunindo elementos para entender o desenvolvimento do conceito de ecomuseu, cabe citar Georges Henri Rivière que, juntamente com Hugues de Varine, desenvolveu algumas experiências e proposições para a efetiva mudança do cenário museológico. Rivière define o ecomuseu a partir de dupla perspectiva, capaz de pensar tanto no meio ambiente quanto no desenvolvimento social de determinadas populações:

Um ecomuseu é um instrumento que um poder²⁶ e uma população fabricam e exploram juntos. Este poder, com os especialistas, as facilidades, os recursos que fornece. Esta população, de acordo com suas aspirações, seus saberes suas competências.

Um espelho onde esta população se olha para se reconhecer, onde ela procura a explicação do território onde vive, onde viveram as populações precedentes, na descontinuidade ou continuidade das gerações. Um espelho que esta população mostra aos visitantes, para ser melhor compreendida, no respeito do seu trabalho, de seus comportamentos, de sua intimidade.

Uma expressão do tempo, quando a explicação remonta a tempos anteriores à aparição do homem, passando pelos tempos pré-históricos e históricos que ele viveu, chegando ao tempo em que ele vive hoje. Com uma abertura para o tempo de amanhã, sem que, no entanto, o ecomuseu se coloque como quem decide, mas desempenhando um papel de informação e de análise crítica. (PASSOS, 2007, apud LIMA 1985).

Com exceção do fato de Rivière definir o ecomuseu como uma instância partilhada entre poder público e população local, nos demais tópicos é possível perceber que há congruência com os demais autores que conceituam o ecomuseu, sendo necessário ressaltar que Rivière e Hugues de Varine foram os primeiros autores a conceituar ecomuseu, pois ambos participaram da criação do termo.

²⁶ Rivière refere-se ao poder da esfera pública do Estado.

Seguindo a lógica da necessidade de mudanças para os museus, em 1972 ocorreu outro encontro promovido pelo ICOM, dessa vez, na América Latina, em um contexto considerado propício às transformações.

A UNESCO, em 1972, incumbindo a Mesa Redonda de Santiago do Chile o tema 'Papel do museu na América Latina de hoje', e demonstrando uma preocupação de interdisciplinaridade, fazendo reunir especialistas de vários domínios, procura uma avaliação da capacidade dos Museus em se adaptarem aos problemas postos pelo desenvolvimento da cultura social e econômica, da América Latina de então. Este espírito iria (sic) reflectir-se, não só numa análise profunda do papel dos museus, como viria a traduzir-se num conjunto de recomendações concretas, visando uma mudança de atitudes nos Museus (CONSTANÇA, 1993, p.122).

Considerando-se a grande importância da mesa redonda de Santiago do Chile para a Museologia e para o movimento museológico, cabe, aqui, contextualizar o momento histórico em que foi realizada. No campo da museologia, já mencionado, havia um cenário favorável para as mudanças que começavam a se desenrolar por meio de proposições de novos tipos de museus. O cenário cultural mundial dos anos de 1960 foi marcado pelos movimentos da contracultura, de inconformidade com o momento econômico. Nesse período as últimas colônias europeias na África conquistavam sua independência. A década foi marcada por uma série de contestações e por afirmação de novos ideais, entre os quais a valorização da natureza, a vida em comunidade, a luta pela paz, o respeito às minorias. Na América Latina, a década de 1960 foi tempo de uma série de golpes de Estado, o primeiro ocorrido no Brasil, em 1964, seguido pelo golpe na Bolívia, em 1971. O ano de 1972 precede o golpe de Estado que sofrerá Salvador Allende no Chile. O presidente chileno havia chegado ao poder pela via eleitoral e prometia um governo socialista para o país. Esse foi um período em que praticamente todos os países da América do Sul estiveram sob o regime militar e eclodia uma forte resistência às ditaduras, com os movimentos sociais lutando pela igualdade de direitos. Nessa conjuntura, as práticas culturais passaram a ser utilizadas como importantes ferramentas de diálogo social.

Enquanto praticamente todos os países da América Latina passavam por forte repressão militar, o Chile ainda vivia a democracia, e talvez por esse motivo o Chile não foi escolhido ao acaso para a reunião da Unesco, principalmente porque essa

organização tinha como proposta discutir o papel dos museus na contemporaneidade com foco na América Latina. Desde então, considera-se emblemático o ano de 1972 para a discussão sobre a reconfiguração dos museus e da Museologia, pois proporcionou possibilidades de reflexões sobre o papel que os museus exerciam.

Como resultado obtido na mesa redonda de Santiago do Chile estão as recomendações apresentadas à Unesco:

Um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e proposição de um novo conceito de (sic) acção dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Ela sugere que a UNESCO utilize os meios de difusão que se encontram à sua disposição para incentivar esta nova tendência (ARAÚJO; BRUNO, 1999, p. 120).

No trecho acima se observa que o museu integral tem como principal objetivo a integração dos meios material e cultural. O museu integral, modelo adotado a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile e transcrito na Carta de Santiago, tem como conceito a seguinte descrição:

[...] leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade e vislumbra ser um museu-ação, ou seja, pretendia ser instrumento dinâmico de mudança social (ARAÚJO; BRUNO, 1995, p.18).

Apesar de alguns autores, entre os quais Hugues de Varine, dizerem que a Carta de Santiago do Chile ficou adormecida até os anos 1990, é possível verificar algumas influências que esse documento provocou. Em 1974, apenas dois anos após o Encontro, a redefinição do ICOM para os museus pode ser considerada um indicativo para os efeitos da mesa redonda do Chile, ao sugerir que os museus estejam a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, termos que até então não apareciam, portanto, é possível que essa alteração seja resultado das recomendações presentes na Carta de Santiago:

[...] é uma instituição permanente, não lucrativa, ao serviço da sociedade e seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e principalmente expõe os testemunhos materiais do Homem e seu meio ambiente, para fins de estudo, educação e prazer (ICOM, 1974).

A denominação ecomuseu não aparece no documento criado a partir da mesa redonda de Santiago, mas pode-se considerar que é a partir desse momento que o conceito passa a ser desenvolvido e utilizado de forma mais recorrente. Embora o termo ecomuseu não tenha sido adotado pela mesa redonda de Santiago, é possível identificar que as propostas discutidas anteriormente, elencadas a partir das discussões sobre os ecomuseus, na Europa, ainda nos anos de 1970, partem claramente do conceito e das determinações para os ecomuseus. *Centrar-se no desenvolvimento local, tornar o museu acessível, criar novas alternativas, dar maior atenção à educação, pensar no museu de forma que integre homem e meio ambiente*²⁷ foram necessidades comuns discutidas anteriormente pelos idealizadores e praticantes dos ecomuseus, e, do mesmo modo, para a proposta de museu integral.

Os ecomuseus se desenvolveram, afirma Varine (2009), a princípio considerando duas bases: uma - “Ecomuseu do Meio Ambiente” e a outra o “Ecomuseu do Desenvolvimento Comunitário”, ambos os modelos datam dos anos de 1970. Por ecomuseu do meio ambiente entende-se os museus ao ar livre, e como exemplo o autor cita os escandinavos; e os modelos norte-americanos são as casas de parque. O ecomuseu de desenvolvimento comunitário segue, em alguns, casos o modelo francês e distingue-se basicamente pelo protagonismo na criação: calcam-se em grupos que possuem vínculos históricos ou territoriais em parceria com o poder público. Sobre a criação dos ecomuseus no interior da França, Heloisa Barbuy (1995) desenvolveu estudo em que relata que, ao contrário do que se pensa e muitas vezes se diz, os ecomuseus não surgiram de maneira informal, mas sim de uma política oficial, fator que Georges Henri Rivière (1983) aborda ao conceituar o termo: *o ecomuseu é um instrumento que um poder e uma população concebem, fabricam e exploram juntos.*

No caso do México, os museus identificados com esse movimento museológico são denominados museus comunitários, assim definidos:

[...] museu comunitário é uma ferramenta para a construção de sujeitos coletivos, enquanto as comunidades se apropriam dele para enriquecer as relações no seu interior, desenvolver a consciência da própria história, propiciar a reflexão e a crítica e organizar-se para a ação coletiva transformadora (LERSCH; OCAMPO, 2004, p.2).

²⁷ Grifo nosso.

É fundamental observar que nessa nova definição de museu está contemplado o que é considerado um dos maiores avanços na Museologia e que direcionou as práticas e os discursos do campo museológico desde os anos 1960 até a atualidade. A referida mudança encontra-se no fragmento da definição de museus do ICOM (1974): *ao serviço da sociedade e seu desenvolvimento*, considerando-se que esse trecho norteia a missão de muitos dos museus criados enquanto instituições ecomuseológicas e/ou comunitárias. Cabe ressaltar que mesmo os museus já existentes e considerados clássicos e das mais diversas tipologias²⁸ acabam por incorporar alguns discursos desse movimento museológico mais recente, o que também pode ser considerado um grande avanço, pois, em sua grande maioria, são equipamentos culturais públicos.

3.2 MOVIMENTO INTERNACIONAL POR UMA NOVA MUSEOLOGIA: MINOM

O Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Minom)²⁹ foi organizado na década de 1980, a partir das aberturas provocadas pela mesa redonda de Santiago do Chile e pelas diversas experiências museológicas desenvolvidas no México, na França, em Portugal, no Canadá e, de forma mais tímida, em outros locais pelo mundo.

O Minom é uma organização internacional filiada ao ICOM. Fundada oficialmente no ano de 1985, durante o Segundo Seminário Internacional para a Nova Museologia, em Lisboa, Portugal. O primeiro Seminário Internacional para a Nova Museologia aconteceu em Quebec, no Canadá, em 1984, que resultou na Declaração de Quebec, considerada um marco de reafirmação para a Carta de Santiago do Chile. Nessa declaração, o Minom apresenta, como sua principal missão, a afirmação da função social do museu e o caráter global de suas intervenções (Declaração de Quebec, 1984).

A respeito do Minom, Maria Célia Santos tece as seguintes considerações:

²⁸ Por tipologia de museus entendem-se as especialidades e/ou disciplinas a que estão relacionadas suas coleções: artes, ciências naturais, história, antropologia, etnografia, arqueologia, etc.

²⁹ Ver: <http://www.minom-icom.net/index.php>

O Movimento da Nova Museologia um dos momentos mais significativos da Museologia contemporânea, por seu caráter contestador, criativo, transformador, enfim, por ser um vetor no sentido de tornar possível a execução de processos museais mais ajustados às necessidades dos cidadãos em diferentes contextos, por meio da participação e visando o desenvolvimento social (SANTOS, 2008, p. 71).

Do que se tem conhecimento, a partir de artigos sobre relatos de experiências, boa parte das ações da denominada nova museologia seguem as recomendações da Carta de Santiago do Chile e da Declaração de Quebec, ou ao menos as têm como fontes inspiradoras para reafirmar a relevância de suas ações. Faz-se necessário ressaltar que essa nova forma de atuar através da museologia não tem como pressuposto abandonar ou mesmo negar as técnicas do campo museal desenvolvidas até então. Ao se observar o trecho abaixo é possível verificar que há uma incorporação de novas atitudes, e mesmo de novas técnicas, à museologia praticada até então.

Ao mesmo tempo em que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia actual, a nova museologia - ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia activa - interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, reflectindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo em que as associa aos projectos de futuro (DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1984).

Portanto, considera-se pertinente apresentar, aqui, a concepção de Hugues de Varine, quando diz:

Não há como afirmar que existe uma ‘nova’ museologia, mas sim uma *museologia diferente* decorrente de uma ideia diferente do museu e de seus objetivos, diferente da concepção ‘normal’, ou predominante [...] (VARINE, 2000, p. 22).

Mesmo havendo o esforço em não distinguir os museus entre tradicionais e novos, muitas vezes se torna difícil cumprir tal esforço, pois, de fato, há uma distinção entre ambos, principalmente em relação ao distanciamento temporal em sua criação e desenvolvimento ao passo que foram sendo constituídos simbolismos a respeito do tradicional e do moderno em torno das diversas tipologias de museus. Mario Moutinho

(2000) diz que mesmo que os museus tenham passado por diversas mudanças, ou recebido incentivos para realizar mudanças, ainda se mantêm invisíveis às *mudanças da sociedade* (p.64). O autor apresenta três pontos que demonstram a inércia dos museus de forma generalizada:

- O discurso museológico mantém-se dependente das coleções.
- Não se reconhece um novo grau de autonomia na aquisição de informação por parte dos visitantes.
- o discurso dos museus mantém-se defasado do cotidiano (MOUTINHO, 2000, p. 64).

Chama-se a atenção para o fato de que essas observações foram produzidas pelo autor há mais de uma década, período em que os conceitos de ecomuseu e de museu comunitário passaram por diversas modificações, no entanto, as observações são apresentadas aqui como forma de contextualizar o momento em que o corpus da pesquisa foi produzido, qual o pensamento estava sendo construído sobre os museus naquele determinado contexto.

Embora Varine tenha sido um dos precursores do Minom, na década de 1980, o autor faz questão de esclarecer que não existem duas museologias, o que existe são duas concepções museológicas: a normal, em que

[...] o museu é apenas uma **instituição**, cujos objetivos e funções são determinados pela definição do Icom, amplamente aceita no mundo inteiro. Existem modelos suscetíveis de serem copiados ou adaptados sem maiores perigos (VARINE, 2000, p. 23).

E uma segunda concepção, modelo, ou um museu diferente que, segundo Varine (2000), é

[...] a que subentende um curso de museologia social como este e, mais geralmente, os movimentos fora das normas mencionadas acima, o museu, sem deixar de ser uma instituição, é essencialmente um **processo** cujo objetivo é contribuir para a transformação de uma realidade não dominada pela comunidade num recurso útil para seu desenvolvimento, tanto presente quanto futuro. Não pode, portanto, existir modelo algum, pois cada caso tem sua especificidade, e o projeto deve responder parâmetros (VARINE, 2000, p. 23).

Nessa concepção diferenciada, o foco se direciona a outros aspectos, não somente ao das coleções, ao museu alocado em um prédio, e ao público visitante — coleção, prédio, público —, elementos muito conhecidos e reconhecidos pela museologia ao longo do tempo, e adquire novo formato. Nessa outra concepção, o foco passa a se direcionar ao território, à comunidade³⁰ e ao patrimônio local. Os acervos, os prédios e os públicos não são excluídos nesse novo tipo de museu, ao contrário, são ampliados, e amplia-se, também, o próprio conceito de acervo, englobando os territórios, os bens imóveis, a flora e a fauna, o patrimônio imaterial, considerados parte do conjunto de bens desse território, ou seja, o próprio território é o ecomuseu.

Mario Chagas define o ecomuseu e suas dinâmicas nas seguintes palavras:

[...] no ecomuseu, o lugar é o território onde se encontra um patrimônio (suporte de memória e instrumento de poder) manejado por sujeitos historicamente condicionados (população local) visando ao seu próprio desenvolvimento social (CHAGAS, 2009, p. 58).

Segundo Hugues de Varine, esses dois modelos de museus – os tradicionais e os ecomuseus - não podem se confundir, pois cada um tem suas perspectivas:

[...] o ecomuseu é a comunidade vista e vivenciada sob uma certa ótica, em uma perspectiva dinâmica e unicamente aberta ao futuro próximo e ao distante. Os museus que existem, de fórmula tradicional, com suas funções de coleta, de estudo, de conservação, de apresentação, podem dar-lhe sua contribuição como banco de objetos, como lugares especializados na instalação e na animação de exposições ou então como símbolos e memoriais da comunidade. Não podem confundir-se com o ecomuseu, pois se situam em um outro plano, no qual o homem é visitante e não agente (VARINE, 2000, p. 71).

A partir desse fragmento constata-se que Hugues de Varine, considerado um dos maiores expoentes dos ecomuseus, não nega a existência dos acervos e sua importância para os ecomuseus, seja para contemplar a função de memorial ou para comunicar através de exposições. Contudo, considera que os acervos não fazem parte da essência dos ecomuseus, pois estes possuem uma atuação diferenciada, calcada em seus

³⁰ O conceito de comunidade empregado pela ecomuseologia, pela museologia social ou pela museologia comunitária é o de *comunidade territorial, ou seja, um conjunto de indivíduos que participam num determinado território, da comunidade de interesses, como um conjunto de indivíduos que partilham interesses comuns. Ou se preferirmos identidades partilhadas.* (Leite, 2012, p. 112).

agentes que são capazes de promover mudanças sociais a partir de suas próprias experiências.

O fato de Hugues de Varine e outros autores simpatizantes e/ou praticantes da ecomuseologia ressaltarem que nesse tipo de museus investe-se em aspectos mais amplos do que as coleções, acabou gerando uma interpretação equivocada. Heloisa Barbuy (1995) esclarece o foco das preocupações dos ecomuseus ao dizer:

As novas experiências de museus mais preocupados com seu papel social representaram - e representam - uma corrente de ar fresco dentro de um ambiente cujo ar chegava a ser viciado pelas antigas práticas, guiadas por um 'patrimonialismo' como fim em si. Mas mesmo assim, ou justamente por contarem com um passado de tradição patrimonialista, os ecomuseus não abandonaram simplesmente as idéias de acervo e de patrimônio, como creem alguns (BARBUY, 1995, p. 210).

Considerar, portanto, que os ecomuseus não têm ou não terão relação com o patrimônio ou com os objetos é um equívoco, pois esse tipo de museus explora ambos na intenção de pensar e repensar a vida cotidiana dos habitantes envolvidos com tal prática, pois, o patrimônio para os ecomuseus é considerado *recurso do território* (VARINE, 2000, p. 28). Na definição de Maria Cristina Bruno (1998), a concepção mais moderna de patrimônio, ou seja, a que acompanha o pensamento desenvolvido pela nova museologia, patrimônio é um [...] *conjunto de objetos derivados das relações do homem com o meio ambiente e outros homens; interpretação dessas relações* (BRUNO, 1998, p.17).

Assim, o que pode ocorrer é a falta de interesse por bens patrimoniais e objetos que não possuem relação com as histórias e memórias das pessoas envolvidas. Também pode ocorrer maior interesse por outros tipos de patrimônio, como o imaterial, ou pelos patrimônios não oficiais do ponto de vista dos órgãos institucionais. Nesse sentido, pode-se inferir que esses patrimônios que não são oficiais do ponto de vista institucional, ou dos órgãos de patrimônio brasileiros, tornam-se patrimônio para essas comunidades envolvidas com os ecomuseus. Diferentemente do que foi praticado pela museologia até então, é possível perceber que a ecomuseologia se volta para diferentes interpretações. Teresa Lersch e Camarena Ocampo, autores mexicanos, definem museu comunitário da seguinte maneira:

O museu comunitário tem uma genealogia diferente: suas coleções não provêm de despojos, mas de um ato de vontade. O museu comunitário nasce da iniciativa de um coletivo não para exibir a realidade do outro, mas para defender a própria. É uma instância onde os membros da comunidade livremente doam objetos patrimoniais e criam um espaço de memória (LERSCH; OCAMPO, 2004, p.3).

O interesse antes restrito aos objetos pelos objetos, nesse novo momento é renovado pelo estudo das relações da sociedade com os objetos, com os bens materiais e imateriais. Além disso, o foco também passa para as relações sociais nos diferentes tempos históricos e o patrimônio intangível ganha importância, pois define a diversidade das relações culturais em diferentes sociedades.

Essas novas maneiras de envolvimento com as práticas museais envolve a necessidade de um tempo diferente, ou seja, da apropriação de ferramentas até então inacessíveis, e, na falta de tais ferramentas, uma das alternativas pode ter sido a de criar ferramentas próprias, o que pode ter implicado no contar a história sob o seu próprio ponto de vista, na intenção de também utilizá-la como ferramenta de reivindicação e fortalecimento de grupos historicamente excluídos.

3.3 AS PRÁTICAS ECOMUSEOLÓGICAS

É importante destacar que, semelhante ao que se observa no Brasil, no panorama mundial também é possível identificar grande número de iniciativas ecomuseológicas. Na sequência, apresenta-se um breve histórico sobre esse desenvolvimento.

Para Yára Mattos e Ione Mattos (2010),

[...] uma experiência antecipatória e pioneira, desse tipo, fora realizada nos Estados Unidos, no final dos anos 1960, coordenada pelo museólogo afro-americano John Kinard, sob os auspícios do Smithsonian Institute (MATTOS; MATTOS, 2010, p.124).

A autora continua, dizendo que o Museu de Vizinhança de Anacostia³¹

³¹ Atualmente, esse museu é denominado Anacostia Community Museum, segundo os escritos em sua Missão, o Museu tradicionalmente tem o objetivo de proporcionar aos visitantes provas materiais das experiências afro-americanas a partir das perspectivas da comunidade. Coloca-se como modelo para

[...] tinha como objetivos tratar dos problemas relacionados ao meio ambiente urbano, fazer o levantamento da história das comunidades, dos temas africanos e da situação social dos negros (MATTOS; MATTOS, 2010, p.124).

Já, no entender de Barbuy (1995), os “neighbourhood museums” aproximam-se de uma tipologia de museus considerada por especialistas como “parente próximo” dos ecomuseus, pelos aspectos comunitário e social desenvolvidos (BARBUY, 1995, p. 220).

A partir da revisão bibliográfica pertinente ao tema desta dissertação, foi possível reconhecer que, na Europa, o Ecomuseu de Le Creusot e Montceau-Les Mines é a primeira iniciativa que fez uso do termo ecomuseu, datada dos anos de 1970, em Le Creusot e Montceau-Les Mines, na região administrativa de Borgonha, na França. O écomusée Le-Creusot-Montceau é considerado experiência precursora na França, e surgiu em meio à crise das indústrias de metalurgia, mineração de carvão, vidro e produção de cerâmica. Como relata Bruno Soares, o elemento propulsor da crise foi a troca de administração da indústria local, constituída tradicionalmente há 140 anos. Soares relata a situação no momento de criação do ecomuseu:

Esse complexo urbano, impregnado das marcas industriais das atividades do império industrial dos Schneider, que contribuiu para a Revolução Industrial do século XIX, é, no fim dos anos de 1960, uma região abandonada e em degradação. O império industrial, ao fim da guerra, havia sido deslocado. Os Schneider passaram suas posses a um *trust* capitalista. A iminência de fecharem as minas desorganizou a paisagem industrial da região. (SOARES, 2006, p.12).

A população mobilizou-se pela valorização da identidade local e pelo respeito ao seu trabalho e modo de vida. Nesse contexto abre-se espaço para esse instrumento de representação, com características diferenciadas dos museus clássicos. Zita Possamai narra a forma de organização desse novo museu:

Esse Ecomuseu surgia a partir de duas características principais: o patrimônio coletivo e comunitário substituía noção tradicional de coleção e a gestão do ecomuseu era compartilhada por um grupo de associações e de voluntários da própria comunidade (POSSAMAI, 2010, p. 36).

museus comunitários de pequeno e médio porte, partilhando suas experiências de “*community-based museology*”.

No final dos anos 1980, paralelamente ao conceito de ecomuseu surgiu, no Canadá, o conceito de economuseu, criado por Cyril Simard, arquiteto, etnólogo e museólogo canadense. O economuseu é definido como um museu-empresa que apresenta publicamente as técnicas de artesanatos tradicionais, com a intenção de valorizar os saberes e os artesãos produtores. Ao analisar o caso do Economuseu da Casa do Bordado, na Ilha da Madeira, Klut (2003) conclui que o intuito do economuseu é o de promover uma *base financeira sólida* para aqueles que desejam mostrar a cultura material de determinada localidade, assim,

o sentido do economuseu como um novo tipo de centro de produção, que envolve igualmente variadas actividades (sic) interpretativas e esforços para promover a herança local, é revitalizar os produtos tradicionais e, paralelamente, adaptá-los às necessidades contemporâneas (KLUT, 2003, p.70 -71).

Klut (2003) relata o caso da papelaria Saint-Gilles, no Québec, que produzia papel manualmente e em determinado momento, mais precisamente em 1984, passou por uma crise financeira e precisou encerrar seus trabalhos. Logo, a papelaria foi classificada como *sítio de interesse patrimonial* e em seguida foi reestruturada, voltando a funcionar como economuseu, gerando empregos para a comunidade local e desenvolvimento econômico.

Em Portugal há um grande número de ecomuseus. Destacam-se, aqui, algumas iniciativas que recorrentemente apareceram em publicações que compõem o campo da museologia. José Sancho de Sousa e Silva está entre os autores que analisam o desenvolvimento de iniciativas de museologia social, em Portugal, com a intenção de abordar a apropriação do património através de ecomuseus ou museus comunitários e como as populações se beneficiam dos patrimônios locais para seu desenvolvimento. Em Portugal, desde a década de 1980, a ecomuseologia tem colaborado para o desenvolvimento do turismo local. No decorrer de sua explanação, José Sancho de Sousa e Silva faz algumas reflexões sobre o modo com que o conceito de ecomuseologia tem sido abordado em alguns países da Europa:

Como o próprio termo indica, a 'Ecomuseologia' interliga dois aspectos fundamentais (equilíbrio ecológico e valorização da cultura), perfeitamente conciliáveis numa estratégia assumida de desenvolvimento turístico sustentável (SOUSA E SILVA, 1998, 21).

E o autor continua:

A ecomuseologia trata-se no fundo, de mais uma vertente das possibilidades de exploração da transversalidade do turismo onde de acordo com os limiares do desenvolvimento sustentável, se podem criar intervenções coordenadas de interesse múltiplo em articulação com áreas que vão desde o desenvolvimento rural, ao patrimônio cultural, ao ambiente, ao artesanato, à agroflorestação e ao emprego. (SOUSA E SILVA, 1998, 22).

Portanto, mais do que um movimento museológico, pode-se considerar que a ecomuseologia em alguns casos está a serviço dos desejos de criar o desenvolvimento sustentável e econômico de determinados grupos, fazendo uso da museologia como ferramenta para tanto. A cultura e o patrimônio, nesses casos, têm sido utilizados “de forma positiva” (Sousa e Silva, 1998), pois, além de promover a salvaguarda dos patrimônios, ainda têm servido de possibilidades econômicas para os grupos que vivem próximos a esses bens.

Outro exemplo oriundo de Portugal, o Ecomuseu Municipal do Seixal, pode ser considerado um ecomuseu aos moldes da definição de Rivière, pois envolve poder público e população local. Segundo Graça Filipe (2000), esse ecomuseu abarca um grande território que envolve duas freguesias, é composto, também, por patrimônios móveis e imóveis, e, além dos saberes locais,

[...] tem por missão fundamental interpretar, incorporar, valorizar e difundir informação sobre a realidade territorial e populacional do conselho em que se insere, contribuindo para a construção das memórias colectivas, para o processo de aprofundamento das identidades locais – através do trabalho museal nas suas diversas vertentes – e para estimular o desenvolvimento cultural, tomando-se ele próprio instrumento activo (com reconhecimento da população) e resultado dum desenvolvimento sustentado da região (FILIPE, 2000, p.90).

O Ecomuseu do Seixal atua sob a ótica de desenvolvimento local, por exemplo, utilizando o “moinho de maré” para moer grãos e realizar a venda de farinha. É importante ressaltar que, nesse caso, não há intenção de lucrar economicamente e esse projeto está respaldado pelo projeto museológico desenvolvido na região.

Ainda percorrendo as experiências portuguesas cabe apresentar o Ecomuseu de Lanhoso, localizado em Póvoa de Lanhoso, região norte do país. Identificado com o conceito de ecomuseu apresentado até aqui, o Ecomuseu de Lanhoso foi criado sob a perspectiva de integrar meio ambiente e cultura em prol do desenvolvimento econômico da população que vivia na região. Nas palavras de Manuel de Carvalho e Sousa e Damiana Paiva de Carvalho e Sousa (1998),

a ideia de criação de um ecomuseu em Póvoa de Lanhoso surge como meio de preservar, valorizar e potenciar um valioso patrimônio de forma integrada com a população residente. Criam-se assim alternativas, em termos econômicos, às populações rurais, com uma crescente perda de rentabilidade face à crise resultante da reforma Política Agrícola Comum da União Europeia (SOUSA; SOUSA, 1998, p.39).

Segundo os autores acima mencionados, além da perspectiva de desenvolvimento social e cultural da localidade, a criação do Ecomuseu visava o fator econômico, ou, a sustentabilidade econômica dos habitantes, por meio da produção local de grãos e sua trituração, e não somente mediante o turismo. No entanto, aparentemente, os ecomuseus da Europa atuam com mais veemência em turismo, conforme se lê a seguir:

O turismo cultural e ambiental é assim uma alternativa viável e complementar à actividade (sic) agrícola do conselho, pelo que se pretende recuperar artes e ofícios tradicionais, valorizar espaços naturais desenvolver o ensino profissional virado para as necessidades de formação do meio, criar pequenos núcleos museológicos, musealizar sítios, valoriza a gastronomia local e incentivar o turismo no espaço rural, nas suas várias modalidades (SOUSA; SOUSA, 1998, p. 39).

No Brasil, em 1987, o conceito de ecomuseu foi empregado pela experiência de Itaipu, em Foz do Iguaçu, Paraná, talvez essa seja a primeira experiência brasileira a utilizar o termo. Naquele momento, a atenção se voltava às preocupações ecológicas e ao desenvolvimento das 16 regiões atingidas pela Hidroelétrica de Itaipu. Segundo Souza (2008), *“na época de sua criação, o projeto renovou a proposta dos Ecomuseus, aliando preservação ambiental e desenvolvimento [...]*. Mesmo que a partir de 2003 o Ecomuseu tenha expandido sua atuação a outros municípios, abrangendo os 29

municípios da região, atualmente mantém-se na mesma linha norteadora, desenvolvendo diversos projetos, entre eles o *Varanda* que propõe atividades com a finalidade de [...] *fortalecer a imagem institucional, por meio da valorização da memória e da educação ambiental*³² (SOUZA, 2008, s/p.).

Esse é um movimento que tem crescido exponencialmente, principalmente no Brasil. Alguns mapeamentos sobre esse tipo de museus demonstram tal crescimento. No site da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (Abremc)³³ é possível encontrar vinte e um³⁴ museus considerados experiências de ecomuseologia. Contudo, acredita-se que esse número esteja desatualizado, pois muitos museus em plena atividade não estão contabilizados.

Na mesma linha de atuação, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)³⁵ tem incentivado, através de política pública, a criação de novos museus mediante Programa Pontos de Memória³⁶, com previsão de criação e reconhecimento de doze museus dessa tipologia, entre os anos de 2009 e 2014. Na mesma linha, em 2011, o Ibram criou o Edital de Premiação para as iniciativas comunitárias em memória e museologia social, que premiou 45 iniciativas no Brasil e três iniciativas no exterior. Desde novembro de 2012 o mesmo Edital está em andamento e pretende premiar mais 50 iniciativas dessa tipologia. Assim, pode-se considerar que, no próximo ano, serão mapeados, pelo menos, cem museus ou iniciativas, classificados nessa tipologia.

Ainda em relação ao ecomuseu, enquanto nas exposições de Hugues de Varine o termo mais recorrente associado à ecomuseologia é desenvolvimento local, Maria Célia de Souza Santos (2008) associa o termo ao desenvolvimento social. Conforme a própria autora, essa nova forma de atuação da museologia está estreitamente ligada a uma aproximação com a realidade social brasileira, ou seja, ligada aos fatores de exclusão e

³² <http://www.itaipu.gov.br/meioambiente/ecomuseu>

³³ <http://www.abremc.com.br/>

³⁴ A partir de um levantamento, junto ao cadastro de museus do Ibram, foi possível identificar os museus a seguir: Ecomuseu da Amazônia – PA; Ecomuseu da Ilha da Pólvora – RS; Ecomuseu da Ilha Grande – RJ; Ecomuseu da Picada – RS; Ecomuseu da Serra de Ouro Preto – MG; Ecomuseu de Itabirito – MG; Ecomuseu de Itaipu – PR; Ecomuseu de Manguinhos – RJ; Ecomuseu de Maranguape – CE; Ecomuseu do Cerrado – GO; Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro – Santa Cruz/RJ; Ecomuseu do Ribeirão da Ilha – SC; Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão – Brasília/DF; Museu Comunitário dos Ticuna – AM; Museu Comunitário dos Trabalhadores da Limpeza Urbana de Porto Alegre – RS; Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão – BA; Museu da Maré – RJ; Museu Didático-Comunitário de Itapuan – BA; Museu Treze de Maio – Santa Maria – RS; Museu Vivo do Folclore – São José dos Campos – SP; Projeto Quarta Colônia / CONDESUS – RS;

³⁵ O IBRAM foi criado pela Lei 11.906 de janeiro de 2009, como Autarquia do Ministério da Cultura.

³⁶ <http://www.museus.gov.br/programa-pontos-de-memoria/>

das desigualdades sociais³⁷. Sobre o conceito de exclusão social, Gabriela Aidar (2002) observa que esse conceito [...] *refere-se aos processos pelos quais um indivíduo ou um grupo de indivíduos encontra-se com acesso limitado aos instrumentos que constituem a vida social* (AIDAR, 2002, p. 54), desse modo, o museu e outras instituições podem agir como facilitadoras ou não da participação dos indivíduos ou grupos na vida política e cultural. Projetos educacionais que articulem vários setores da sociedade podem criar excelentes possibilidades de inclusão social.

Partindo-se dessa lógica e das configurações sobre as quais o conceito de ecomuseu vem sendo construído até o presente, considera-se que quando se fala nessa maneira diferente de pensar e fazer museologia não se pode deixar de pensar que seu principal caráter se estabeleceu a partir do uso do museu para problematizar as questões da sociedade impostas em dado momento da história. Assim, é necessário observar que nem todo o museu problematiza as desigualdades sociais, portanto, não são todos os museus que praticam a museologia social ou a sociomuseologia³⁸. Mais uma vez cabe citar Maria Célia de Souza Santos (2008):

A relação museu/sociedade tem sido evidenciada pela atuação de técnicos que cumprem, bem ou mal, a política cultural estabelecida pelo sistema vigente por meio do cumprimento de metas e objetivos propostos por determinados segmentos e que trazem em seu bojo, na maioria das vezes, a ausência de uma ação comprometida com o desenvolvimento social ou, quando muito, especificam as metas e diretrizes que traduzem uma preocupação com uma aproximação maior entre as instituições museais e os anseios da sociedade, permanecendo em geral no papel em razão das diversas barreiras que inviabilizam a sua execução (SANTOS, 2008, p. 59).

Considerando-se que muitos museus sequer problematizam as questões sociais, tampouco pensam em proposições para tais problemas, neste caso, quando se fala em refletir, buscar soluções, combater as mazelas de tais territórios não se está falando

³⁷ Maria Célia se refere ao autor Pedro Demo para conceituar o que considera exclusão social. A autora incorpora o termo pobreza em sua análise, pois pobreza é sinônimo de desigualdade social quando analisada sob o ponto de vista de bem-estar social. Nesse sentido é necessário pensar na pobreza não apenas como a material, mas também aquela que marginaliza e oprime politicamente a sociedade. A pobreza socioeconômica e a pobreza política estão estritamente relacionadas, enquanto a pobreza socioeconômica relaciona-se à carência material imposta, traduzida em precariedade, fome, favela, desemprego, mortalidade infantil, doenças, etc., a pobreza política caracteriza-se pela dificuldade histórica de o pobre superar a condição de objeto manipulado para atingir a de sujeito consciente e organizado em torno de seus interesses (2008, p. 60).

³⁸ O termo sociomuseologia foi incorporado aos discursos do Minom a partir de meados dos anos de 1990 e é utilizado principalmente por intelectuais e iniciativas do Brasil e de Portugal.

sobre métodos de assistencialismo³⁹, mas propondo reflexões a partir das ações que são legitimadoras das instituições museais. Ressalta-se que assumir tais reflexões ou tarefas faz parte de um imperativo social ético provisório, o que não quer dizer que os museus devam assumir esse papel como missão primordial. Refletir sobre essas questões é pensar o museu enquanto instrumento da educação do tempo presente e que representa o exercício da cidadania. Mais precisamente fala-se aqui do que Néstor Canclini (2001) apresenta como *cidadania cultural*, e que se define pelo fato de os cidadãos não terem reconhecidos seus direitos à diferença, nesse caso a diferença que se apresenta através das práticas sociais e culturais que se afirmam mediante vivências concretas de apropriação e de empoderamento — exatamente as diferenças que dão o sentido de pertencer a determinado território ou grupo. Nesse caso, a cidadania está associada ao pertencimento territorial da Nação, de fazer parte da história, de se reconhecer enquanto indivíduo no Estado, sem necessariamente abdicar das manifestações próprias de sua cultura. É evidente que os museus ainda não atendem a todos os grupos, portanto, a criação de museus em comunidades populares, tradicionais e/ou historicamente excluídas é parte da conquista dos direitos sociais, ou melhor, da prática da *cidadania cultural*.

Não se considera, aqui, tal asserção como crítica, mas como constatação de uma realidade constituída historicamente, o que, por outro lado, proporcionou a concretização da atuação de outros grupos interessados em provocar mudanças a partir dos museus, o que pode ser considerado como a renovação das ações museais e mesmo do pensamento museológico. Além disso, como resultado dessa dinâmica da museologia é possível observar como foram surgindo, no mundo, e especialmente no Brasil, incontáveis ecomuseus, museus de território, museus de vizinhança, museus comunitários, museus de favela, entre outros. Percebe-se, assim, que tais mudanças estão intrinsecamente ligadas ao movimento da educação articulado por Paulo Freire⁴⁰, conforme será explanado mais adiante.

³⁹ Quando se fala, aqui, em assistencialismo, o termo tem conotação pejorativa, ao contrário do que seria uma política de assistência ou de direito constitucional de acesso a bens e serviços culturais previstos na Constituição Federal.

⁴⁰ Paulo Freire (1921-1997), célebre pedagogo brasileiro, nasceu em Recife (PE). Reconhecido internacionalmente pelo método de educação de adultos que leva seu nome. Paulo Freire defendia que o objetivo da escola era ensinar o aluno a “ler o mundo para poder transformá-lo”, além de defender que o grande objetivo da educação seria conscientizar o aluno, ou seja, fazer com que as parcelas da sociedade desfavorecidas entendessem sua situação de oprimidas e que pudessem agir em favor de sua própria libertação (Freire, 1998).

Não é por acaso que o pensamento do pedagogo Paulo Freire está ligado ao desenvolvimento das ações dos museus que surgiram a partir do movimento pela nova museologia, pois o autor foi convidado a participar da reunião da Unesco, em 1972, no Chile. Em depoimento, Hugues de Varine relata que o governo brasileiro não autorizou a Unesco a efetivar o convite a Paulo Freire (CHAGAS, 1997). Segundo o próprio Hugues de Varine, Paulo Freire também foi convidado a adequar o seu pensamento à museologia, o que não se concretizou. Mas tal fato também não impediu que suas ideias passassem a ser utilizadas pela museologia. Sobre a apropriação do pensamento de Paulo Freire por essa linha da museologia, Varine observa que, assim como na lógica da pedagogia de Freire, na cultura, igualmente, [...] *todo cidadão, toda comunidade oferece alguma coisa em troca do que o agente cultural pode lhe oferecer. Não deveria então ser mais possível fazer uma política cultural, conceber uma estratégia, utilizar métodos como se fazia antes de Paulo Freire* (CHAGAS, 1997, p. 8).

Portanto, é possível identificar nas ações museológicas propostas a partir de Santiago do Chile aspectos presentes no pensamento de Paulo Freire. Tais ações passaram a considerar e reconhecer as produções das comunidades; a vida cotidiana passou a integrar a abordagem desse tipo de museus, conforme expressa Maria Célia de Souza Santos:

A vida cotidiana passa a ser considerada entre as múltiplas realidades, como “a realidade por excelência”, que não se esgota na presença imediata, mas abarca fenômenos que não estão presentes ‘aqui e agora’, o que significa que a experimentamos em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporal. A cultura e a identidade serão considerados, pois, fenômenos construídos e reconstruídos em processos de interação, em ‘um jogo diferenciador’, contrativo, dinâmico, concretizado na dinâmica do dia-a-dia (SANTOS, 2008, p. 83).

Nesse caso é necessário esclarecer que a vida cotidiana de tais comunidades passa a ser abordada como a história delas próprias. Em alguns casos, essas histórias compõem os acervos desses museus como forma de pensar sobre o passado, e qual o papel dos cidadãos na construção de suas comunidades. É necessário dizer que esses sujeitos históricos, a partir do momento que assim se reconhecem, não se restringem apenas a registrar suas histórias, mas refletir sobre elas e escrever a partir de suas próprias narrativas. A história passa a ser utilizada como forma de refletir sobre o

passado e de pensar e planejar o futuro. É o que Paulo Freire denomina de a capacidade dos seres humanos de atuarem sobre a sua realidade (FREIRE, 1981).

A criticidade e as finalidades que se acham nas relações entre os seres humanos e o mundo implicam em que estas relações se dão com um espaço que não é apenas físico, mas histórico e cultural. Para os seres humanos, o aqui e o ali envolvem sempre um agora, um antes e um depois. Desta forma as relações entre os seres humanos e o mundo são em si históricas, como históricos são os seres humanos, que não apenas fazem a história em que se fazem, mas, conseqüentemente, contam a história desse mútuo fazer (FREIRE, 1981, p.55).

Contudo, ao evocar Paulo Freire para pensar sobre os ecomuseus, museus comunitários e todos os seus derivados, faz-se necessário pensar sobre o conceito de conscientização que o pedagogo propõe. Quando Paulo Freire fala em conscientização ele propõe uma análise crítica da compreensão do ser humano e de como ele existe *NO* mundo e *COM* o mundo. Para Paulo Freire o sujeito da criação cultural não é individual, mas coletivo. Para o processo de conscientização defendido por Freire, a valorização da cultura do indivíduo⁴¹ se torna essencial, pois é nela que reside a possibilidade do entendimento dos significados do mundo. Para que haja o processo de conscientização e conseqüentemente a organização social, é necessário que as pessoas compreendam que estão inseridas em um sistema complexo, no qual existem forças distintas e desiguais, em que alguns tentam manter o *status quo*. Portanto, é a conscientização dos indivíduos que poderá tensionar a realidade na intenção de transformar para a libertação.

Em alguns museus é possível identificar que a metodologia da pedagogia da libertação é utilizada. Não que seja aplicada de forma idêntica ao que defendeu o autor, mas seguindo as dinâmicas locais de cada museu, podendo acontecer em maior ou menor proporção. É o caso do ecomuseu de Santa Cruz, analisado na tese de doutoramento de Odalice Priosti (2010), dinamizadora daquele museu:

Santa Cruz é um caso específico de comunidade que tenta aplicar realmente princípios tão radicais e sem concessões, fiel à necessidade de libertação cultural e ao direito de ela própria escolher o modo de criar e gerenciar esse museu (PRIOSTI, 2010, p. 61).

⁴¹ Paulo Freire utiliza a denominação aluno, aqui será adotada a nomenclatura “indivíduo”, no sentido de tornar flexível o entendimento de seus conceitos do ponto de vista do museu.

No Brasil, além do caso de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, foi possível identificar pelo menos mais três ocorrências que citam relações entre seus fazeres e o pensamento de Paulo Freire, são eles: o Ecomuseu de Serra do Ouro Preto (MATTOS, 2010), Ecomuseu de Maranguape (ALMEIDA, 2012) e o Ecomuseu da Amazônia (Martins, s/d.), em ambos os casos é recorrente o uso dos termos “conscientização” e “libertação”.

No próximo capítulo serão apresentados os periódicos NOPH (1984 – 1990) e O quarteirão (1993-2000), impressos produzidos pelo Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz, ambos compõem o corpus documental desta pesquisa.

4. IMPRENSA COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVA DE COMUNICAÇÃO DA ECOMUSEOLOGIA

Nas linhas a seguir traça-se um brevíssimo histórico sobre a imprensa no Brasil, especialmente no que tange à forma impressa, com a intenção de contextualizar rapidamente o corpus empírico da pesquisa — um periódico de imprensa, do tipo jornal, e com definição de comunitário. Embora não esteja situado diretamente no campo da educação, esse tipo de periódico oferece importante contributo para o conhecimento a respeito das práticas educativas desenvolvidas especialmente a partir do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz e do Ecomuseu de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. A história da imprensa no Brasil, a partir da historiografia, remonta à chegada da família real ao Brasil, em 1808, conforme Tânia Regina de Luca e Ana Luíza Martins (2008):

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da colônia em Império e participar intensivamente do processo. A imprensa é a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a construção do passado. (LUCA; MARTINS, 2008, p.8).

Mesmo com essas afirmações das autoras, acredita-se que já circulava no Brasil, de forma clandestina, o que talvez tenha sido a primeira produção periódica de imprensa, o Correio Braziliense, editado em Londres, por Hipólito José da Costa⁴². Mesmo com a censura da Monarquia portuguesa, o Correio Braziliense circulou entre 1808 e 1922, e era responsável por divulgar o ideário liberal do movimento pela independência brasileira.

Também em 1808 passou a circular, no Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro, jornal oficial do Estado brasileiro (Luca; Martins, 2008). Enquanto o jornal considerado clandestino rompia com o Estado e discutia novas formas de política, o Gazeta do Rio

⁴² Hipólito José da Costa (1774 – 1823) nasceu em Colônia de Sacramento, atualmente território uruguaio. É considerado patrono da imprensa no Brasil. Para mais informações sobre o jornalista ver: <http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br/site/museu/hipolito-jose-da-costa/>

de Janeiro, jornal produzido pelo Estado, alimentou o *status* da família real portuguesa, mas não por muito tempo.

Segundo Tânia Regina de Luca e Ana Luíza Martins (2008), com a Independência do Brasil, várias redes de sociabilidade foram tecidas por meio dos jornais periódicos da época, as quais – guardadas as condições da época – colaboraram para a constituição do desejo de tornar o Brasil uma Nação.

Não se deve negligenciar dentro desses laços que se articulavam (criavam, mantinham ou refaziam), com densidades desiguais, uma forma de associação bastante específica em suas características, embora articulada com as demais: as redes das sociabilidades pela imprensa periódica. Essa pode ser considerada um palpável agente histórico, com sua materialidade no papel impresso e efetiva força simbólica das palavras que fazia circular, bem como dos agentes que a produziam e dos leitores/ouvintes que de alguma forma eram receptores e também transmissores de seus conteúdos. (LUCA; MARTINS, 2008, p. 41).

O momento de grande transformação da imprensa ocorreu em fins do século XIX, quando as configurações sociogeográficas passaram por grandes mudanças que, imbricadas na concentração populacional e na industrialização, produziram

[...] a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamentos gráficos necessários ao exercício de sua função. (SODRÉ, 1977, p. 315)

Paralelamente a essas mudanças a cidadania passou a ser incentivada, porém, para alcançar a *cidadania plena*, ou seja, para exercer a cidadania, ser um indivíduo *ativo*, era necessário saber ler e escrever e sem o aprendizado desses dois códigos não era permitido votar, por exemplo. Logo, coube à educação esclarecer a população sobre seus direitos e deveres. Ao mesmo tempo em que a educação proporcionou a muitos indivíduos compor a sociedade e fazer parte das *identidades coletivas*, também foi o caminho de ascensão para muitos grupos rumo à burguesia (CARVALHO, 1990). Nesse caminho, a imprensa provavelmente desempenhou papel fundamental, pois ao passo que maior número de indivíduos passou a ler e escrever teve maiores condições de acesso à informação presente nos impressos.

Na década de 1960, marcada especialmente pela conjuntura política e cultural da América Latina, intensificaram-se alternativas de mídia impressa, e fora dos circuitos dos grandes impressos surgiram os jornais de bairro, também denominados comunitários⁴³. Segundo Beatriz Dornelles, esse tipo de mídia se desenvolveu pautado, principalmente, por paradigmas que combinavam os ideais marxistas e o cristianismo católico, a princípio tendo como inspiração a pedagogia de Paulo Freire. Entre os anos 1980 e 1990 surgiram os jornais de bairro com maior intensidade em diversos estados brasileiros. Beatriz Dornelles identifica nesse período pelo menos seis subgrupos⁴⁴. Convém observar que para a autora *a mídia de bairro diferencia-se pelo fato de pretender mobilizar e educar a comunidade* (DORNELLES, s/d, p.6).

Ao fim dessa breve introdução, no próximo tópico trata-se de historicizar o corpus documental e problematizar a tipologia dos jornais NOPH e O Quarteirão, discorrendo-se sobre os impressos de forma mais detalhada, principalmente a respeito da abrangência de interesse da presente dissertação.

4.1 HISTORICIZANDO O CORPUS EMPÍRICO DA PESQUISA

O Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz, no Rio de Janeiro (NOPH), teve sua criação inspirada em um grupo de profissionais⁴⁵ recém-formadas em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A notícia chegou a alguns professores de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, através do *Jornal do Brasil*⁴⁶ dominical. Segundo Sinvaldo do Nascimento Souza (1983) a partir da leitura da matéria

⁴³ Beatriz Dornelles conceitua jornal comunitário pela seguinte fórmula: é aquele que representa uma grande série de atividades, valores e aspirações presentes na comunidade e que não são expressas na imprensa diária. Ele fornece um fluxo de notícias específicas para ajudar na adaptação às instituições e comodidades da vida urbana e interpretar, num contexto significativo e afetivo, os acontecimentos externos que são importantes para a comunidade alvo. (p.7)

⁴⁴ Para mais informações ver artigo Dornelles, Beatriz. *A imprensa local*. Disponível em: http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/Imprensa_Local_-_Beatriz_Dornelles

⁴⁵ Suzana Manenti, Marelza Azevedo, Nilda Maisonnave, Sueli Oliveira e Rosa Oliveira são as profissionais que criaram a empresa Centro de Orientação e Pesquisa Histórica de Porto Alegre (COPH-PA) com ênfase em pesquisa histórica (NOPH nº 8, p.1).

⁴⁶ O *Jornal do Brasil* foi fundado em 1891, pouco tempo depois da deposição da monarquia, no Rio de Janeiro. Seu fundador, Rodolfo Dantas, era admirador da monarquia, a fundação do *Jornal* teve como

[...] fundamos, em agosto de 1983, o NUCLEO DE ORIENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA (...). Só que o NOPH surgiu como uma associação civil, sem fins lucrativos com o objetivo primordial de realizar pesquisa e divulgar a história local.

Optamos por NÚCLEO em substituição a centro por reconhecemos na primeira palavra uma carga bem maior de dinamismo. Além de passarmos pela etimologia da palavra NÚCLEO, (sic) considera-mo-la também sob o ponto de vista semântico. Não desprezamos as considerações sobre o NÚCLEO dentro da Física Nuclear, muito menos da palavra inserida no contexto da Biologia, mais especificamente da Botânica. Em qualquer desses casos o NÚCLEO destaca-se, invariavelmente com uma posição importante, especial, central, vital... Assim também o NOPH, enquanto NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA.

As origens estão relacionadas com as propostas. Prevalendo, no caso do NOPH, e de forma prioritária, a investigação sobre a História local, não com intuito de nos enclausurarmos no empirismo da história factual, ou nos restringirmos à visão bairrista do processo histórico. Pelo contrário! A História local é considerada prioritária como ponto de partida para estudos sob perspectivas mais amplas. (NOPH nº 8, p. 1)

Contudo, a motivação despertada pela matéria no Jornal do Brasil não surgiu apenas da divulgação da história pela história. O Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica surgiu a partir da vontade de um grupo heterogêneo, formado por pessoas de diversas profissões, principalmente por professores e residentes em Santa Cruz. Para Odalice Priosti (2000)⁴⁷, uma das razões impulsionadoras da criação do Núcleo em relação ao bairro foi:

[...] a descaracterização de seu perfil psicossocial, modificando sua vocação agrícola, conseqüente à criação do Distrito Industrial de Santa Cruz, na década de 60 e à proliferação de conjuntos habitacionais provisórios para as comunidades vindas do desmonte das favelas do Rio. O crescimento desordenado no espaço de duas décadas e a explosão demográfica, sem o implemento de uma infraestrutura compatível provocou um impacto de gravíssimas conseqüências, empobrecendo cada vez mais a região. (PRIOSTI, 2000 p.68)

intuito defender o regime monárquico no Brasil. O JB passou por diversas crises, entre elas a que transformou o jornal em edição apenas digital, no ano de 2010. Para acessar o Jornal do Brasil: <http://www.jb.com.br/>

⁴⁷ Odalice Miranda Priosti moradora de Santa Cruz e professora de língua francesa em escolas da região. Membro do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica. Nos anos de 1990 graduou-se em museologia, após o reconhecimento do NOPH enquanto iniciativa de ecomuseologia. Nos final dos anos 1990 realizou mestrando e no ano de 2010 doutorou-se em Memória Social.

Para Odalice Priosti, o NOPH foi o instrumento encontrado para reação e ao mesmo tempo resistência às mudanças indesejadas, decorrentes de decisões políticas, em determinado período da história. Para a autora, nesse momento dois fenômenos são perceptíveis em Santa Cruz; o primeiro é de frustração da nova população que chega *sem raízes e sem quaisquer laços com a região*; o segundo refere-se à população que reside no local há mais tempo e, em consequência da chegada dos novos vizinhos, parte para outros lugares ou, *ilhada, passa a não se reconhecer nas ruas e nos quarteirões* (PRIOSTI, 2000, p.68).

Esse pode ser um fenômeno de *aceleração social* que

[...] leva a um número crescente de indivíduos, sem se mudarem do bairro em que sempre viveram, experimentem o mesmo desajustamento **dos novos moradores**⁴⁸ ao descobrir que as coisas não funcionam como antes, que o seu mundo foi substituído por outro, em que não sabem muito bem como situar-se. E isto sem nenhuma possibilidade de retorno à paisagem social, que dominavam e conheciam. (ESTEVE, 2008, p. 96).

Sobre as mudanças relacionadas aos fatores identitários ligados às características do patrimônio arquitetônico, Priosti observa que

[...] a descaracterização acelerada da feição arquitetônica do bairro e de sua identidade cultural e a exacerbação dos problemas sociais são consequências (sic) imediatas que mergulham a comunidade em novo período de apatia cívica, desestimulada também pelo contexto político nacional, em pleno regime autoritário [...] (PRIOSTI, 2000, p. 68).

Para Néstor Canclini (1994), esse resultado é compreensível porque esses novos habitantes estão enredados nas necessidades de sobrevivência e na escassez das moradias. Os valores simbólicos que têm importância para os antigos moradores nem sempre chamarão a atenção desses novos, pois não são seus.

Dessa forma, entende-se que a criação do Núcleo e de seu impresso de comunicação, o NOPH, teve fortes motivações de preservação das características e da

⁴⁸ Grifo nosso

história local dos períodos históricos anteriores. Conforme afirmação também do estatuto do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica,

o NOPH tem por finalidade proceder a estudos e pesquisas concernentes aos testemunhos materiais do homem e de seu ambiente, estando particularmente voltado para a História de Santa Cruz, compreendendo-se esta, como a região histórica correspondente à jurisdição da antiga Fazenda dos Padres Jesuítas (NOPH, Estatuto, Art. 1º e 2º, 1985).

A princípio, o veículo de comunicação do NOPH recebeu o nome de Boletim do NOPH⁴⁹, e foram editados seis exemplares em formato de boletim. Mas, segundo nota publicada na primeira edição do novo formato, a mudança ocorreu por conta da abrangência atingida pelo periódico. Além da mudança no formato físico, o nome também foi modificado, passando a se chamar somente NOPH. No trecho do informativo apresentado no periódico lê-se:

O NOPH – 06 extrapolou os limites jurisdicionais da XIX R.A. Não ficou restrito à Santa Cruz. Sua distribuição alcançou outros Estados e o Distrito Federal. (sic) Enviamo-lo ao MEC, INL, SPHAN, Biblioteca do Congresso Nacional, Fundação MOBREAL, entre outras instituições.

Em termos físicos, O NOPH – 07 adquire uma dimensão principalmente devido ao próprio crescimento do Núcleo de História de Santa Cruz Por outro lado, dois fatores justificam essa nova <<roupagem>> do NOPH: Em primeiro lugar as facilidades que o (sic) tablóide nos oferece em termos de espaço para divulgação das imagens; em segundo lugar pela maior aproximação do leitor ao jornal do que ao boletim. (NOPH nº7, p.1)

Como é possível verificar no trecho citado, houve esforço em divulgar o periódico além do bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e deve-se prestar especial atenção às instituições para as quais foi remetido o periódico — as ligadas à leitura, ao patrimônio e à educação⁵⁰. Nesse sentido, cabe dizer que entre as missões elencadas pelo NOPH, identificou-se a intenção de criar um meio de informação a respeito da história do bairro que pudesse ser acessado e utilizado pelos professores da região, de

⁴⁹ Para fins de pesquisa não foi possível acessar o período que compreende aos boletins entre o número um e o número seis. Foi possível acessar somente as imagens das capas das seis primeiras edições.

⁵⁰ Além da informação contida no excerto publicado no deslocamento, também é possível conferir tais informações no Quadro 3 apresentado neste capítulo.

modo que o periódico fosse incorporado enquanto material de apoio pelos professores das escolas da zona oeste.

O NOPH foi distribuído durante nove anos, entre 1983 e 1992. Neste capítulo verificam-se as principais características do jornal entre os anos de 1984 e 1990 concentrados em 31 exemplares, pois esse é o período que abrange a primeira fase temporal do *corpus* documental. O quadro a seguir evidencia as especificações gerais sobre o periódico impresso NOPH.

Ano	1984	1985	1986	1989	1990
Números publicados	5	12	8	4	4
Média de páginas por número	8 – 24	16-20	16-20	4	4
Formato (cm)	29x36	29 x 36	29 x 36	29x36	29x36
Capa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Cores	P&b	P&B	P&B	P&B	P&B
Valor	Cr\$200,00 – 500,00	Cr\$500,00 – 2.000	Cr\$2.000- Cz\$ 2,00	Sem valor	Sem valor

Quadro 1 - Dados gerais do jornal do NOPH (1984-1990)

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados obtidos no *corpus* documental.

A segunda fase temporal do *corpus* documental está ligada ao impresso periódico jornal O Quarteirão, publicado entre 1993 e 2000, e é composto por 40 exemplares. Esse novo impresso abandonou a narrativa de ser *o órgão de divulgação do NOPH*, conforme mencionado anteriormente, e adotou uma forma de apresentação um tanto diferenciada. A partir dessa fase passou a ser o *Órgão de divulgação do 1º ecomuseu da cidade do Rio de Janeiro - E das atividades comunitárias de Santa Cruz e da Zona Oeste - editado pelo Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz* (O Quarteirão, 1993, nº1, p.1), conforme se identifica na Figura 2:

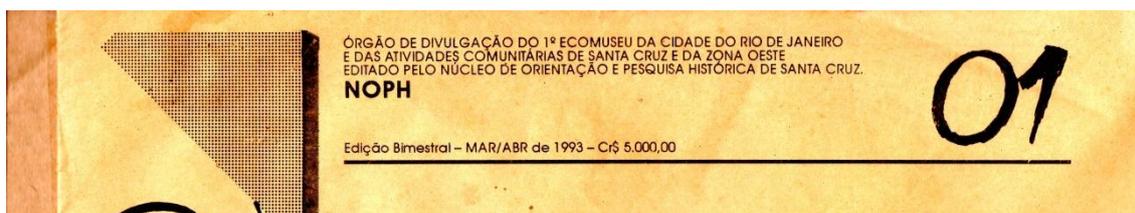


Figura 2 – Cabeçalho do jornal O Quarteirão

Mas, por que a mudança no nome? A princípio, a mudança do nome do impresso ocorreu com a finalidade de atender a uma nova fase histórica pela qual o Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz passava. Esse momento tem seu princípio no ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, durante a “Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento”, sob a sigla de ECO 92, conferência também chamada de Cúpula da Terra. O encontro reuniu 108 chefes de Estado, tendo como principal enfoque a criação de mecanismos para a preservação dos recursos naturais da Terra, a partir do conceito de Desenvolvimento Sustentável lançado em 1987, durante a Conferência de Estocolmo. Nesse momento foi produzida a AGENDA 21⁵¹ (BRASIL, 1992)⁵², um conjunto de 2.500 recomendações a serem seguidas, com a intenção de atingir o desenvolvimento sustentável. Nesse cenário ocorreram as discussões sobre ecomuseus, através do I Encontro Internacional de Ecomuseus, organizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, tendo em sua programação a proposta de

[...] implantar o conceito no Brasil e propor a criação de um ecomuseu na Zona Oeste da cidade. Nesse encontro, a participação da comunidade de Santa Cruz identificou o seu ecomuseu e se descobriu protagonista da experiência desde 1983, a partir das ações do NOPH- Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica. (PRIOSTI, 2010, p. 67).

Como se mencionou nas linhas anteriores, o Ecomuseu de Santa Cruz foi criado a partir do reconhecimento das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Orientação e

⁵¹ No Brasil foi criado por Decreto, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, em fevereiro de 1997. O Decreto atualmente em vigor é de 3 de fevereiro de 2004. Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10114.htm

⁵² <http://www.ecolnews.com.br/agenda21/>

Pesquisa Histórica, sendo que o Núcleo não foi extinto e continuou atuando enquanto entidade dinamizadora e facilitadora do Ecomuseu, motivo considerável para esclarecer as mudanças apresentadas no cabeçalho do periódico da Figura 2.

As duas temporalidades, para análise do *corpus* documental, referente ao período do impresso O quarteirão, foram escolhidas considerando-se dois marcos:

- ✓ O ano seguinte a Eco 92 – I Encontro Internacional de ecomuseus;
- ✓ Ano de realização do II Encontro Internacional de ecomuseus e museus comunitários no ano 2000.

No Quadro 2 apresenta-se uma visão geral a respeito do jornal O quarteirão:

Quadro 2 - Dados gerais do jornal O quarteirão (1993-2001)

Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Números publicados	05	05	05	05	05	05	05	04
Média de páginas por número	12-16	16-24	16	16	16	16	16	16
Formato (cm)	29x36	29x36	29x36	29x36	29x36	29x36	29x36	28x32
Capa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	sim	sim	sim
Cores	Cores	Cores	Cores	Cores	Cores	Cores	Cores	Cores
Valor	Cr\$ 5.000	Cr\$200,00 – R\$0,20	R\$ 0,30 – 0,40 N° 14 sem valor	Sem valor				

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados obtidos no *corpus* documental.

Ao finalizar a breve apresentação sobre a história da criação dos jornais NOPH e O Quarteirão e os aspectos gerais que envolvem os impressos, inicia-se a análise sobre a tipologia dos jornais e sua composição estruturante.

4.2 NOPH E O QUARTEIRÃO: EM QUAL TIPOLOGIA DE JORNAL SE INSEREM?

Ao longo da pesquisa, entre as muitas indagações que surgiram, uma delas diz respeito à tipologia dos periódicos. Alguns estudos sobre as tipologias de jornais foram empreendidas, embora se tenha encontrado semelhanças no conceito que define *jornais de bairro*, tal definição ainda não é satisfatória. Após imergir na fonte e refletir sobre os diferentes aspectos presentes nela, foi possível identificar outras características presentes. Além de jornal de bairro, os periódicos em questão poderiam se enquadrar também na tipologia jornal institucional, pois a missão apresentada pelo corpo editorial se identifica dessa forma, segundo esclarecimento prestado no próprio periódico: *o NOPH é o órgão de divulgação das atividades do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz [...]*. (NOPH, 1984, p.1).

Os jornais de bairro, categoria em que se insere o *corpus* documental da presente pesquisa, são considerados, por alguns autores, um meio de comunicação alternativo e que surge a partir dos movimentos sociais. Segundo Beatriz Dornelles (2012), os jornais de bairro *diferem-se da mídia tradicional na escolha das notícias e pela oposição ao poder exercido por alguns regimes de governo*. (DORNELLES, 2012, p.246).

A imprensa alternativa teve seu auge na ditadura militar, pois com o AI-5 muitos jornalistas foram perseguidos e precisavam buscar um local, no qual fosse possível ‘pensar’ contra o regime. Sendo assim, os profissionais acabavam seguindo para a imprensa alternativa por questões ideológicas. (FREITAS, 2006, p.15 *apud* DORNELLES, 2012, p. 246).

Para Beatriz Dornelles (2012), esse tipo de jornal surge

[...] como instrumento de representação social, um espaço que discute os valores e a identidade de um determinado grupo, ocupando uma lacuna deixada pela imprensa de grande porte. (DORNELLES, 2012, p.245).

Em seu conceito, a autora atrela ao jornal de bairro a tipologia do denominado jornalismo comunitário, expressão que recorrentemente aparece no *corpus* da pesquisa.

O conceito de jornalismo comunitário está associado à (sic) idéia de jornal de bairro quando os objetivos de ambos expressam a

representatividade dos moradores, agindo como intermediário desses com o restante da sociedade. Seu papel é informar, alertar, denunciar, enfim construir com a comunidade situações que visem à melhoria das suas condições de vida. A diferença entre os dois tipos de jornalismo é que o comunitário pertence à comunidade, portanto, não visa lucro. (DORNELLES, 2012, p. 246-247).

Portanto, também cabe, aqui, o autorreconhecimento do grupo que produz os jornais, fator que não exclui a necessidade de reflexão a respeito de sua tipologia, sob pena de se ignorar os esforços realizados pelos seus editores ao criarem alternativas de comunicação condizentes com as ações desenvolvidas pelo Núcleo e simplificar o processo de análise do *corpus* documental.

Beatriz Dornelles (2012) assim conceitua os jornais de bairro:

Os jornais de bairro fornecem um fluxo de notícias específicas sobre o bairro onde atuam num contexto significativo e afetivo, relatando, ainda, os acontecimentos externos que são importantes para a comunidade alvo. Caracteriza-se, também, por atender as pautas sugeridas pela comunidade. (DORNELLES, 2012, p. 247).

Baseado na conceituação apresentada acima, e nas anteriores, tanto o NOPH quanto O quarteirão se adaptam a diversas características de periódicos de diferentes tipos e, ao mesmo tempo, supõem outra tipologia que, talvez, ainda não seja nomeada. Na intenção de apresentar a fonte de pesquisa de maneira mais detalhada, a seguir apresentam-se alguns elementos que corroboram para tal asserção. Para Renè Zicman (1985), três elementos compõem a produção jornalística: *a expressão escrita (textos, manchetes...)*; *a expressão icônica (fotos, desenhos...)* e *a composição do jornal (distribuição dos artigos e colunas pelas páginas do jornal)*.

Nesse caso, a apresentação da composição material do jornal será subdividida em aspectos que compreendem: equipe editorial; composição do jornal; tiragem e circulação.

Para Renè Barata Zicman (1985), a imprensa se constitui por formas próprias de análise sobre realidades específicas, e talvez seja o caso dos impressos NOPH e O Quarteirão aqui analisados enquanto fonte de pesquisa. Segundo a autora, essa linguagem específica é formada por um sistema global de informação, ou seja, um

sistema que comunica determinadas informações escolhidas por determinados grupos. Portanto,

[...] o estudo mais atento dos órgãos de imprensa tomados como fonte do conhecimento histórico deve ser um pressuposto necessário de todo trabalho que utiliza este tipo de fonte documental. Partimos da hipótese geral que a imprensa age sempre no campo político-ideológico e portanto toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgão de Imprensa consultados. (ZICMAN, 1985, p.90)

4.2.1 A EQUIPE EDITORIAL

Considerando-se sua importância, e com a intenção de contextualizar o *corpus* da pesquisa, optou-se pela apresentação da equipe editorial do NOPH e do O Quarteirão. Ressalta-se que tanto o NOPH quanto O Quarteirão não possuem em seus editoriais profissionais com formação em jornalismo, ou seja, profissionais técnicos da área da imprensa. Desse modo, os editores de ambos os periódicos são também os idealizadores, coordenadores e dinamizadores do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica e, posteriormente, do Ecomuseu de Santa Cruz. Para Maria Cavalcante (2002), ao se trabalhar com fontes de imprensa deve-se considerar quem são os profissionais responsáveis por sua produção, pois, um

[...] aspecto a ser ressaltado é o elemento teórico embutido em qualquer notícia. O jornalista é também, em princípio, um intelectual, em especial, quando o localizamos no passado, pois quanto mais recuamos no tempo, mais próximos estaremos de um jornalismo feito por humanistas e literatos, diferentemente do que ocorre, hoje, com a exigência profissional de formação técnica e especializada na área. (CAVALCANTE, 2002, p. 4).

Em tais aspectos enquadram-se o NOPH e O Quarteirão, pois sua produção parte de um grupo, que claramente possui interesses específicos através das publicações em jornais. Conforme consta nos Apêndices I e II, nos quais é possível identificar que os editores e equipe de redação compõem o quadro diretivo do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica. Raras vezes são publicados artigos de colaboradores externos ao

grupo diretivo do Núcleo. Enquanto em O Quarteirão foi possível identificar maior número de colaboradores externos que contribuem através da publicação de artigos.

4.2.2 A COMPOSIÇÃO DO JORNAL

A composição do jornal, segundo Zicman (1985), é realizada pela distribuição dos artigos e colunas ao longo das páginas. Seguindo essa orientação apresenta-se, a seguir, algumas características que persistiram por mais tempo ao longo dos periódicos.

No caso do NOPH e de O Quarteirão não há uma fórmula para essa composição. Com exceção das capas do NOPH⁵³, a diagramação do jornal passa por constantes mudanças. As matérias jornalísticas são distribuídas de forma desorganizada, na maioria das vezes têm seu início em uma página e sua continuidade em outra, muitas vezes a mesma matéria é distribuída em até três páginas, e sua continuidade, na mesma página, perde lugar para os anúncios propagandistas.

Algumas colunas são mantidas ao longo de diversas edições, entre elas a coluna *Editorial*, a única que acompanha todos os números analisados e, na maioria das vezes, é assinada pelo coordenador do Núcleo. Algumas das colunas com temas específicos e condizentes com o tema proposto pelos periódicos são recorrentes em diversas edições, como exemplo é possível citar:

- O que é importante ler para conhecer um pouco da História de Santa Cruz;
- Curiosidades históricas;
- As ruas de Santa Cruz, suas origens e denominações;
- A heráldica em nossa região;
- Preservação da memória desportiva de Santa Cruz;
- O NOPH e a Constituinte.

O jornal O Quarteirão passou por constantes modificações na diagramação da capa. Na edição número um já é possível observar um novo elemento, o sumário, que tem como proposta anunciar previamente a localização das notícias e artigos. Foi

⁵³ A diagramação da capa do primeiro periódico do NOPH de 1984 possui o símbolo do Núcleo na parte superior esquerda; nas demais edições o símbolo encontra-se centralizado.

possível observar que as cores vermelho, verde e azul compuseram a capa, e em cada edição as fontes com a inscrição do nome do jornal são coloridas por uma dessas cores.

Figura 3 – Exemplos de capas dos jornais NOPH e O Quarteirão



Nota-se que o periódico O Quarteirão passou a apresentar maior número de imagens e ilustrações que fazem conjunto com as matérias. Foi dado aos artigos um espaço mais organizado, e um número significativo de anúncios de propaganda foi mantido e, dessa vez, de forma mais organizada, sem prejudicar os espaços de matérias e artigos.

As colunas com temáticas contínuas permanecem, porém organizadas de forma diferente e com novos assuntos, e a maior recorrência de colunas tem os seguintes assuntos:

- Museu Comunitário/Ecomuseu;
- Página do aluno;
- História;
- Ecologia/Meio Ambiente;
- Cultura popular;
- Cultura;
- Página literária;
- Integração;
- Educação;

- Comunidade em ação/desenvolvimento social;
- Comunidade em ação;
- Ética e cidadania.

Nessa etapa optou-se por apresentar brevemente as diversas temáticas que aparecem nos periódicos. A apresentação foi abreviada pelo título das temáticas mais recorrentes tentando-se aprofundar a análise dos artigos no próximo capítulo.

4.2.3 TIRAGEM E CIRCULAÇÃO

Apesar de nenhum dos periódicos apresentarem em sua ficha de expediente a sua tiragem, em dois momentos foi possível identificar elementos sobre a distribuição em números. A primeira vez em que se conseguiu acessar dados sobre o número de impressos foi mediante o texto a seguir:

A tiragem de 1.500 (hum mil e quinhentos) exemplares do boletim de nº 6 NOPH (fev-mar/84) possibilitou uma disposição mais ampla. Alcançamos Sta. Cruz, Campo Grande, Sepetiba, Bangu, Realengo e Itaguaí. Foi possível ainda o envio do periódico para a maioria das instituições interessadas na coleta, pesquisa e divulgação das atividades culturais. (NOPH 1984, nº 7, p. 1)

Em outro exemplar, dois anos após, constata-se a tiragem do periódico:

O boletim do NOPH, órgão de divulgação do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz – RJ, poderá ter sua circulação interrompida a partir do próximo mês de outubro, por falta de dados concretos sobre o verdadeiro interesse dos leitores quanto ao veículo de informação, objetivo com os quais se propõe a entidade, forma periodicidade etc. Na edição passada (NOPH – 31) publicamos um questionário com o título **É DE SEU INTERESSE CONTINUAR RECEBENDO O BOLETIM DO NOPH?** (sic) e, apesar de termos distribuído cerca de 4.000 exemplares do nosso mensário, não recebemos nem se quer 1% de respostas (...). (NOPH 1986, nº32, p.1)

Conforme o fragmento acima, pode-se identificar a tiragem do jornal e o aumento de impressões de 1.400 para 4.000 exemplares, em dois anos. A presença de outros dados nos demais periódicos seria de suma importância para o conhecimento

acerca da visão de construção do jornal, por exemplo, no excerto acima o jornal é apresentado como mensal, quando, em realidade, os dados demonstram que (ver Quadro 1) no ano de 1984 a periodicidade do jornal foi menor, tendo circulado cinco exemplares; em 1985 a periodicidade aumentou e o jornal tornou-se mensal, com circulação de 12 exemplares; em 1986 a primeira edição refere-se a fevereiro e março, contudo, o NOPH de 1986, nº32, exemplar citado acima contempla o mês de abril. Foi possível constatar que ao final do ano de 1986 haviam sido publicados oito exemplares.

Em relação à tiragem do jornal O Quarteirão não foi possível acessar nenhum dado. Quanto à periodicidade de circulação, o jornal manteve, entre os anos de 1993 e 1999, cinco exemplares anuais, e nos meses de janeiro e fevereiro não houve edição e circulação. No ano 2000 circularam quatro edições.

A abrangência geográfica da circulação do periódico ocorreu principalmente em Santa Cruz, abarcando outros bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, conforme citação no jornal nº 32 de 1986. A partir das *correspondências recebidas* (Apêndice III) observou-se que o impresso foi remetido a outros museus, pesquisadores e repartições públicas, em diversos estados da Federação. Historicamente, os museus têm o hábito de estabelecer e manter uma rede de intercâmbios, também por meio de publicações de periódicos. Lopes (1997), ao pesquisar o movimento dos museus brasileiros no contexto internacional, conclui que as publicações e remessas de Revistas e/ou Periódicos dos museus brasileiros foi um dos fatores que permitiu a visibilidade internacional nessa área, durante o século XIX e início do século XX.

No Apêndice III constata-se que, embora seja jornal de bairro, o periódico do NOPH possuía um significativo retorno sobre suas remessas a leitores externos ao bairro e até mesmo ao Rio de Janeiro. Também é interessante observar a quantidade de órgãos públicos com os quais mantinham contato e a lista de destinatários do periódico.

Nesse sentido, chama-se a atenção para o fato de que, além dos impressos divulgarem regionalmente suas ações e reivindicações, também se inscreveram em outros cenários, possibilitando impactos mais amplos. Nóvoa destaca:

A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas, também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente. (NÓVOA 2002, p.11).

No Apêndice III é possível identificar o retorno de alguns leitores que se apropriaram dos conteúdos publicados. Por vezes, identificou-se a interação entre leitores e os editores; os leitores enviavam informações que, em algumas ocasiões, foram publicadas. Há, também, a sugestão de pauta para pesquisa, como é o caso da sugestão contida no periódico nº2, de 1990, enviada pelo leitor Jerônimo José de Oliveira Matos, líder sindical, residente em Recife, Pernambuco, cuja sugestão está ligada à história do sindicalismo, especialmente em Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Embora a sugestão tenha sido publicada não foi possível verificar se houve retorno, seja em forma de comentários ou de publicação de pesquisa sobre o tema. Em outros casos, constatou-se que houve respostas aos leitores, comentários sobre as sugestões ou a efetivação das pesquisas sugeridas. Entre 1984 e 1986 foi possível identificar o contato realizado pelo leitor Francisco D. R. Pfaltzgraff, cujos informes foram publicados em algumas edições. Embora esse leitor enviasse narrativas com esclarecimentos sobre a história dos dirigíveis não foi possível identificar a publicação de suas narrativas na íntegra, pois sua colaboração ficou restrita ao espaço destinado às correspondências recebidas.

Outro tipo de correspondências recebidas e que também fazem parte Apêndice III são as oriundas de órgãos públicos, o que demonstra, ao menos parcialmente, o estabelecimento de contatos para divulgar as ações e reivindicações promovidas pelo Núcleo.

A abordagem a respeito da relação periódico/leitor foi analisada, pois algumas edições do NOPH reservaram espaço específico para as *correspondências recebidas*, o que possibilitou a identificação de uma interação maior nos anos iniciais de publicação do periódico. Entre 1984 e 1986 houve maior retorno de agradecimentos e sobre o recebimento do impresso. Após 1986 até os anos de 1990 a publicação sofreu descontinuidade, mas em 1990 essa forma de interação foi retomada.

4.3 PERCORRENDO O CAMINHO METODOLÓGICO

Nesse momento, ressalta-se a necessidade de inserir o problema central e os objetivos específicos propostos para a dissertação e articulá-los às tarefas a serem

cumpridas de acordo com o método adotado. Entende-se que a metodologia aqui desenvolvida possibilitou uma visão ampla, panorâmica, do *corpus*, permitindo que se aprofundasse o conhecimento sobre as matérias e se desenvolvessem reflexões acerca da problemática de pesquisa. Os impressos NOPH e O Quarteirão foram utilizados como documentos que testemunham uma época, ou seja, como paradigma indiciário, metodologia indicada por Ginzburg (2003). Considerando-se que esta pesquisa se ancora no campo da História da Educação e pelos pressupostos teóricos da História Cultural, ressaltam-se as orientações de Certeau (1982), quando discorre sobre os caminhos e operações que envolvem a escrita da história:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira [...]. Na realidade ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto [...]. Longe de aceitar os ‘dados’, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso. (...) e que o destinam a um reemprego coerente (CERTEAU, 1982, p. 81).

Desse modo, compreende-se que a “operação historiadora” é imprescindível para a produção científica. Portanto, após uma revisão aprofundada do *corpus* documental estabeleceram-se os seguintes passos:

- ✓ Pesquisa e identificação geral dos periódicos NOPH e O quarteirão;
- ✓ Pesquisa sobre os diferentes grupos e sujeitos que compõem o corpo editorial do impresso jornal, referente ao período definido;
- ✓ Pesquisa sobre as correspondências recebidas enquanto retorno dos leitores dos periódicos.
- ✓ Identificação e descrição das representações sobre patrimônio, museu, ecomuseu e museu comunitário mais recorrentes, fazendo uso de quadro esquematizado, a partir do qual foi realizada a análise⁵⁴;

Para Cavalcante, o ofício do historiador propõe uma metodologia a ser utilizada para os estudos com jornais, pois é o método que poderá causar a diferença no momento da interpretação das fontes. É fundamental que a “operação historiadora” considere o conteúdo de forma integral.

⁵⁴ O quadro citado encontra-se em Apêndices.

[...] o trabalho de um historiador se diferencia, fundamentalmente, do labor da ficção. No seu ofício, em especial, em relação à fonte aqui tratada, a empiria da notícia é a matéria-prima de onde parte para tecer as redes possíveis de interpretação. (CAVALCANTE, 2002, p. 7).

Compreende-se o impresso jornal como fonte de pesquisa do objeto empírico, enquanto registro das informações referentes aos processos de produção das representações sobre patrimônio, museu, ecomuseu e museu comunitário desenvolvidas pelo Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz e pelo Ecomuseu de Santa Cruz, e também porta-voz dos desejos e das reivindicações dos movimentos constituintes do Ecomuseu de Santa Cruz. Além disso, *o corpus* foi capaz de tornar explícito a importante fase do movimento da Nova Museologia no Brasil, da história da educação, e em especial da educação em museus, constituída de forma distinta e com perspectivas diferenciadas dos demais museus.

Bastos (2007) afirma que

Jornais, boletins, revistas, magazines – feitas por professores para professores, feitas para alunos por seus pares ou professores, feitas pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igrejas contêm e oferecem muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e as filiações ideológicas, além das práticas educativas e escolares. (BASTOS, 2007, p. 167).

Mesmo que o corpus apresentado não seja, aparentemente, produzido com a intenção de cumprir o papel de imprensa educacional, é necessário ressaltar sua importância como documento a ser problematizado enquanto referência relevante à composição de um movimento que passou a produzir rumos para a educação, especialmente em museus. A partir disso, a análise dos periódicos NOPH e O Quarteirão revelam enunciações sobre as preocupações e intenções a respeito da construção da educação museal em Santa Cruz, e também sobre as práticas que são constitutivas das representações a serem reveladas. Verifica-se que o impresso objeto da pesquisa foi capaz de responder a algumas indagações, confirmando a explanação de Maria Helena Câmara Bastos, a seguir:

A imprensa é um *corpus* documental de vastas dimensões, pois se constitui em um testemunho vivo dos métodos e concepções

pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo profissional. É um excelente *observatório*, uma *fotografia* da ideologia que preside. Nessa perspectiva, é um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar. (BASTOS, 2007 *apud* CATANI; BASTOS, 1997).

O foco de atenção desta pesquisa também esteve presente nas representações relativas ao patrimônio, museu e ecomuseu contidas nos enunciados.

De qualquer modo, independente do jornal, o pesquisador que utiliza esse periódico como fonte não deve perder de vista que o mesmo nunca deve ser tomado com efeito de verdade, mas sim como representação de grupos sociais sobre si mesmos e a realidade que os cercam (SILVA; FRANCO 2010, p.10).

Analisando-se os jornais ora apresentados é necessário dizer, novamente, que estes não se definem enquanto fontes de Imprensa Educacional. Entretanto, algumas matérias são escritas por professores e, às vezes, direcionadas aos professores. Segundo Maria Helena C. Bastos, a imprensa de educação e ensino é definida da seguinte maneira:

[...] é constituída de periódicos que, destinados em sua maioria aos professores, visam principalmente guiar sua prática cotidiana, oferecendo informações sobre o conteúdo e o espírito dos programas oficiais, a conduta em classe e a didática das disciplinas (BASTOS, 2007, p. 167).

Considera-se relevante identificar o *corpus* documental como sendo um jornal de temática específica, identificado como *aqueles editados por grupos com princípios em comum* (Silva; Franco, 2010, p.8), e, além disso, refletir sobre as múltiplas faces identificadas ao longo do estudo, frisando o fato de o *corpus* estar posicionado conceitualmente na categoria de jornal de bairro, e ainda se autodenominar jornal institucional, conforme já mencionado.

Ao finalizar o presente capítulo faz-se necessário informar que a riqueza dos periódicos e suas possibilidades de pesquisa vão muito além das investigações aqui

propostas. Os impressos possuem uma gama excepcional de imagens fotográficas, iconografias, reprodução de documentos históricos, em geral, e especialmente da cultura escolar em Santa Cruz, anúncios propagandistas, poesias, entre outros. A intenção, aqui, é de que parte do corpus documental que foi pouco explorado componha o acervo para complementação da pesquisa através de novos artigos. Nesse capítulo, a apresentação do *corpus* documental priorizou o método da pesquisa.

5. O PATRIMÔNIO COMO REPRESENTAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO PRESENTES NOS JORNAIS NOPH E O QUARTEIRÃO

Nos capítulos anteriores foi possível acompanhar a tentativa de historicização dos museus, relacionando o movimento museológico aos movimentos da educação. Também foi possível observar que o desenvolvimento do conceito de ecomuseu e/ou museu comunitário teve sua base ancorada no pensamento desenvolvido pelo campo da educação, especialmente a partir da década de 1970. No terceiro capítulo fez-se a apresentação do *corpus* documental da pesquisa, a sua historicização e a metodologia adotada para seu tratamento. A principal intenção ao dispensar precioso tempo à escrita e ao estudo nesses tópicos foi necessária para se atingir os objetivos do quarto capítulo.

Portanto, no presente capítulo apresenta-se um resumo da história de Santa Cruz, principalmente os momentos que se entrecruzam com os elementos de representação que serão revelados a partir do que é difundido nos impressos NOPH e O Quarteirão. Seguindo nesse caminho, as narrativas apresentadas no *corpus* documental são utilizadas para se verificar **quais são as representações sobre patrimônio, museu, ecomuseu, museu comunitário presentes no NOPH (1984-1990) e em O Quarteirão (1993-2000)**. O estudo detém-se na análise de 31 exemplares do jornal NOPH e 40 exemplares do jornal O Quarteirão. Esse trajeto será percorrido através da apresentação de excertos dos impressos e apresentação de imagens digitalizadas do *corpus documental*, mescladas com análises reflexivas sobre os conceitos apresentados por autores que tratam sobre o tema.

Para dar início às reflexões, algumas observações são importantes para o entendimento da linha de pensamento que rege a presente dissertação. Inicialmente faz-se necessário dizer que os museus e o patrimônio são entendidos, aqui, como parte importante para o inventário dos historiadores da educação, principalmente para os que se preocupam em refletir sobre as construções das representações construídas na sociedade, as quais, conseqüentemente, são parte constitutiva dos elementos educativos de determinados grupos. Para Maria Cristina Oliveira Bruno (2002),

[...] a museologia se interessa, portanto, em administrar e conservar essa informação (e em organizar novas maneiras de informação), por meio da elaboração de discursos expositivos e estratégias pedagógicas. (BRUNO, 2002, p.91).

É possível concluir, a partir dos estudos realizados até aqui, que há séculos se estudam as formas de representação das sociedades através do acúmulo da cultura material com a pretensão de se compreender as práticas socioculturais que compõem as sociedades. Portanto, os museus possuem a potencialidade de transformar os objetos testemunhos em objetos diálogo, apontando para uma maneira distinta de se pensar a educação. Assim, reforça-se, aqui, trecho já apresentado no capítulo três deste estudo que define como uma das finalidades do NOPH *proceder estudos e pesquisas concernentes aos testemunhos materiais do homem e de seu ambiente* (Estatuto do NOPH, art. 1º e 2º, 1985).

A respeito do Estatuto Social, é importante observar que os focos de atuação do NOPH são a coleta, a pesquisa, a salvaguarda e a educação.

Em seu artigo 3º estão elencadas sete finalidades que o Núcleo deve atingir:

- a) Receberá manuscritos e documentos para serem pesquisados e divulgados;
 - b) Coletará, conservará e classificará documentos, livros mapas e outras peças documentais que possam valer como elementos de informação, mantendo um arquivo, mapoteca, biblioteca e museu histórico para consulta dos sócios e do público em geral;
 - c) Publicará um boletim para divulgação dos trabalhos e documentos relativos à História de Santa Cruz, como também assuntos administrativos e financeiros e outros, de interesse geral;
 - d) Manterá correspondência e intercâmbio com entidades congêneres;
 - e) Promoverá (sic) exposições, cursos, concursos, conferências e outras modalidades de simpósios relacionados aos assuntos sobre a História de Santa Cruz;
 - f) Prestará apoio aos estabelecimentos de ensino, bibliotecas, clubes e associações culturais no que concerne à divulgação e estudo da História local;
 - g) Manterá uma postura de defesa aos bens culturais da região, mediante campanha permanente de divulgação, além de incentivo oportuno à preservação, restauração e revitalização daqueles bens.
- (Estatuto do NOPH, art. 3º, 1985).

Conforme se mencionou ao discorrer sobre o testemunho do homem e de seu ambiente, os monumentos — testemunho — referenciam três períodos históricos, os

quais se destacam em ambos os impressos, entre os quais: Período Jesuítico, Período Real e Período Imperial, comumente apresentados nos impressos seguidos de fatos históricos ocorridos em Santa Cruz.

O Período Jesuítico foi precedido pela doação — Termo datado de 1589 — de quatro léguas de terras pela Marquesa Ferreira aos Padres da Companhia de Jesus. Posteriormente, os padres compraram ou negociaram por trocas novas glebas de terras, e, sinalizando uma ocupação pacífica, ergueram, na fazenda, a Cruz de Cristo, símbolo que deu nome ao local. No princípio do século XVII começou a ser construída a sede da Fazenda de Santa Cruz, concluída somente na metade do mesmo século. Poucos anos após os Jesuítas foram expulsos do Brasil e a Fazenda passou para a administração da Coroa Portuguesa.

Durante o Período Real, a fazenda de Santa Cruz foi denominada “Fazenda Real de Santa Cruz”, administrada como local de descanso para a nobreza e seus convidados. Com o retorno de Dom João para Portugal, em 1821, D. Pedro I continuou a frequentar a Fazenda. Com a proclamação da República, em 1822, sua denominação mudou mais uma vez, passando à denominação de Fazenda Imperial de Santa Cruz. Segundo as representações expostas no Ecomuseu de Santa Cruz, no retorno de São Paulo para o Rio de Janeiro, Dom Pedro I teria comemorado na sede de Santa Cruz a proclamação da República. Com o retorno de Dom Pedro I a Portugal, Dom Pedro II e sua família continuaram frequentando Santa Cruz, tendo inaugurado diversas obras: o Matadouro, o Colégio Imperial, a Estrada de Ferro, o primeiro telefone no Palácio Imperial e a primeira estação fixa dos correios.

No entanto, com a modificação do nome, de NOPH para O Quarteirão e com a adoção do conceito de ecomuseu, é possível observar que bens de outros períodos históricos começaram a ser inseridos nas matérias. O editorial do jornal O Quarteirão, número 8, de 1994, lista os bens imóveis que o NOPH/Ecomuseu considera importantes e que deveriam ser enquadrados no Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural, especificamente no Programa de Proteção e Valorização de Patrimônio Cultural e do Ambiente Urbano:

1. Palácio Imperial de Santa Cruz (quartel);
2. Casa de Sal;
3. Casa Cirauco (o proprietário não concordou);
4. Villa Celina;
5. Villa Joana;
6. Marco Onze;
7. Residência dos Araújo;
8. Residência do Senador

Júlio Cesário de Melo; 9. Morro do Mirante; 10. Avenida Matadouro; 11. Palacete do Matadouro; 12. Hangar dos Zeppelins, o que foi feito em 1992 com a autorização prévia dos proprietários ou responsáveis pela guarda. (O Quarteirão, 1994, nº 8, p.2).

Constata-se, então, que além dos monumentos já tombados, uma série de 12 potenciais símbolos é apresentada no intuito de que esses monumentos sejam registrados como de interesse cultural. Nota-se que o número 3 (Casa Ciraudó), apesar da observação de que “o proprietário não concordou”, aparece listado. Na continuidade do texto estão listados os bens já considerados patrimônio, e ao que indica o *corpus*, já protegidos pelo tombamento.

O NOPH continua e continuará sempre defendendo a preservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Santa Cruz, a começar pelos bens tombados, que estão sendo negligenciados pelos Governos, como a Ponte dos Jesuítas, o Palacete do Matadouro, o Marco Onze, o Mirante, a Vila Operária do Matadouro, a Estação Ferroviária do Matadouro e o próprio Matadouro, hoje praticamente abandonado. [...]. (O Quarteirão, 1994, nº8, p.2)

São recorrentes tanto no NOPH quanto em O Quarteirão reclamações de abandono do patrimônio de Santa Cruz em detrimento de outras zonas da cidade com maior poder aquisitivo, conforme se constata nos trechos a seguir:

E o Centro Cultural de Santa Cruz, sai ou não sai?

[...]

ATÉ AGORA NADA! Enquanto isso, o prédio vai sofrendo toda sorte de depredações, com seu madeiramento nobre utilizado – PASMEN! – como lenha, o velho portão de ferro vendido como sucata, os janelões sendo criminosamente destruídos e até as placas de mármore, testemunhos históricos que demarcam fatos ocorridos ali no antigo casarão, quebrados impiedosamente pelos vândalos, sem qualquer providência por parte das autoridades, legalmente responsáveis pela preservação do nosso patrimônio.

[...] priorizando as obras do Castelinho Eclético da Praia do Flamengo, assinalando que ‘politicamente’ os ganhos serão maiores do que o Centro Cultural de Santa Cruz’.

No Flamengo existem inúmeras opções culturais [...].

(NOPH, 1985, nº18, p. 3)

O editorial, da edição nº 7, de 1994, de O Quarteirão, intitulado “BASTA!”, Antonio Nicolau Jorge diz:

Ninguém poderá dizer, agora e no futuro que o Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica – NOPH foi omissa na sua missão de defender o que resta ainda dos bens arquitetônicos de Santa Cruz.

O Descaso, a incompetência e a falta de vontade de fazer de autoridades [...]. (O Quarteirão, 1994, nº 7, p. 2).

Analisando-se as narrativas realizadas pelos idealizadores do Núcleo, em um trecho do jornal NOPH o editorial reivindica a colaboração dos comerciantes e empresários em prol do patrimônio de Santa Cruz, conforme segue:

É triste, mas é verdade. Até hoje, e já faz mais de um ano, que pedimos e reiteramos às grandes empresas instaladas na área de Santa Cruz, para que investissem na restauração dos poucos bens patrimoniais que ainda restam de um passado glorioso da nossa terra. [...]. (Antonio Nicolau Jorge, NOPH, 1985, nº2, p.2).

O trecho acima permite algumas análises, entre as quais a seguinte: qual a representação de patrimônio está presente nas narrativas apresentadas no impresso do NOPH? Cabe ressaltar que a análise de apenas estes excertos não é suficiente para que se chegue a qualquer conclusão. Portanto, apresentam-se, aqui, outros fragmentos que relatam a preocupação com o patrimônio descrita no impresso NOPH, em matéria escrita pelo mesmo autor, o coordenador geral do NOPH, à época:

Graças a Deus o NOPH conseguiu sensibilizar os Poderes Públicos e já é realidade a restauração da Ponte dos Jesuítas. **O mais antigo monumento da Santa Cruz**⁵⁵, e a primeira obra de engenharia hidráulica da América.

[...]

[...] Já estão nas pranchetas do escritório da Firma EGESA, sob a direção do Arquiteto Emilio Gianalli, os detalhes ornamentais da Ponte e muito em breve será implantado o canteiro de Obras no local, iniciando de fato **a restauração do belo monumento que está sendo depredado por mãos de vândalos.**⁵⁶

Estamos discutindo no momento o que diz respeito à área de entorno, isto é a área próxima ao monumento e a visibilidade da ponte-comporta, bem como dos aspectos relacionados a sua revitalização.

⁵⁵ Grifo nosso

⁵⁶ Idem

"Sem prévia autorização da SPHAN não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, a fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandado destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de (sic) cinqüenta por cento do valor do mesmo objeto".

É necessário que a população local perceba o quanto a Ponte dos Jesuítas representa para a comunidade sob o aspecto histórico, artístico e afetivo, preocupando-se em preservá-la de todas as modalidades de depredações.⁵⁷

Colabore com o NOPH na campanha de divulgação e revitalização da Ponte dos Jesuítas para que ela permaneça intacta até pelo menos o ano 2000. (Antonio Nicolau Jorge, NOPH, 1985, nº23, p.2).

Essas observações presentes nas narrativas construídas pelo coordenador no NOPH, no intuito de salvaguardar e preservar o patrimônio santa-cruzense, estão implicitamente ligadas à análise de José Reginaldo Gonçalves (1996) sobre o patrimônio brasileiro, o qual declara que os elementos que configuram o patrimônio no Brasil pretendem representar a cultura nacional, principalmente no que tange ao patrimônio relativo aos primeiros séculos de colonização portuguesa.

Portanto, quando Antonio Nicolau Jorge faz o apelo à preservação para que a Ponte dos Jesuítas seja mantida intacta até os anos 2000, ele certamente está determinado a perpetuar o patrimônio, símbolo de uma época, para as gerações futuras. Constata-se, ainda, uma série de artigos, tanto no NOPH quanto em O Quarteirão demonstrando a preocupação com a preservação da identidade e da cultura de Santa Cruz, entre os quais o fragmento a seguir:

Esperamos que todas as entidades comunitárias, clubes de serviços, pessoas preocupadas com a identidade e a cultura, de Santa Cruz, da Zona Oeste e de outros recantos nos apoiem para que unidos possamos reivindicar com maior empenho a restauração de um dos monumentos mais significativos de um passado não muito distante da nossa terra. (Antonio Nicolau Jorge, NOPH, 1986, nº 26, p.2).

No editorial da edição número 29, do mesmo ano, novamente aparece a preocupação:

⁵⁷ Ibidem

[...]

É preciso que todos saibam que há um grupo de esforçados santacruzenses que nada querem para si, individualmente, e tão somente preservam hoje a nossa identidade e o nosso passado que está sendo divulgado para a posteridade.

[...]. (Antonio Nicolau Jorge, NOPH, 1986, nº 29, p.2).

Quase uma década após a publicação do texto acima mantém-se parte do teor da intencionalidade da narrativa, exceto pelo fato de que o trecho, a seguir, demonstra o risco da perda do patrimônio em questão, além de demonstrar a preocupação sobre o modo com que a população se apropria do patrimônio. Assinado pelo arquiteto Oswaldo E. Lioi, membro do NOPH, o artigo intitulado ‘Nossos Portões’ apresenta narrativa a partir de uma metáfora sobre a preservação do patrimônio. A intenção do autor é a de mencionar a falta de cuidados por que passava o Palácio Princesa Isabel enquanto era restaurado:

[...] a comunidade precisa aprender rápido a tomar conta do que é ou será seu pra fazer jus à obra quando pronta, correndo o risco de perder para sempre seu patrimônio e sua identidade (O Quarteirão, 1997, nº 22, p.3).

O período que abrange a pesquisa, o qual se propõe a analisar demonstra que há maior incidência de artigos a respeito de três períodos históricos específicos, conforme já citados anteriormente. A atenção na abordagem histórica tem maior ênfase nos períodos Jesuítico, Real e Imperial, principalmente no periódico NOPH entre os anos de 1984 e 1990. A partir do periódico O Quarteirão ocorreu uma heterogeneização das abordagens, e outros elementos culturais foram incorporados às narrativas sobre a história Santa-Cruzense.

Para José Reginaldo Gonçalves (1996),

na medida em que [...] o presente é narrado como uma situação de perda progressiva, estruturam-se e legitimam-se aquelas práticas de colecionamento, restauração e preservação de “patrimônios culturais” representativos de categorias e grupos sociais diversos. (GONÇALVES, 1996, p. 22-23).

O autor observa, ainda, que a partir desses processos acredita-se gerar formas de continuidade da situação originária. Tais práticas (colecionamento, apropriação) podem ser entendidas como esforço de defender a integridade do que define a identidade, e no caso de Santa Cruz a defesa da integridade da identidade local. Percebe-se, nas narrativas dos artigos, que existe uma preocupação para que não haja uma homogeneização da cultura de Santa Cruz, e o que garantiria essa diferença em relação aos demais grupos cariocas seria o patrimônio, mais precisamente, aqui, a preservação do patrimônio de Santa Cruz.

Odalice Priosti, em artigo publicado em *O Quarteirão*, nº 30, de 1998, refere-se a uma série de questões que envolvem ações ecomuseológicas de preservação do patrimônio na intenção de que se pense em resistências frente ao fenômeno da globalização. Priosti traça uma série de caracterizações para o que considera ações de museologia comunitária e especialmente para as formas de atuação do Ecomuseu de Santa Cruz. O excerto é longo, mas considera-se importante transcrevê-lo para o entendimento da concepção da autora sobre a lógica das relações estabelecidas entre comunidade e ecomuseu/museu comunitário:

[...] Na via contrária dessa estrada, o museu toma sentido inverso da globalização. Ele estimula a diferença, convida o diverso a lutar pelo seu direito de ser diverso. Esquece a coleção de objetos raros e se volta para a coleção de seres e suas comunidades que são agora o seu objeto de estudo. Torna-se um instrumento de inclusão daqueles que se perderam nesse turbilhão, da comunidade excluída por uma economia ou política globalizantes.

O novo compromisso do museu – Davi contra Golias – procura, apesar da supremacia da ideologia de mercado e do consumo, um administrador consciente de sua cultura viva.

A cultura global não pode se perder na hegemonia dos mais favorecidos econômica e tecnologicamente. É preciso que a museologia liberte o público de sua condição de consumidor para ser apenas uma população que não quer senão guardar a sua cultura. Ele deve se tornar o ninho onde se possa assegurar a sobrevivência de toda a diversidade e de onde se pode aprender e ver nisso a maior riqueza.

Santa Cruz Cultura Viva, com sua história, sua tradição e pela pluralidade e diversidade do seu tecido social (o índio, o português, o africano, os imigrantes de várias nacionalidades) forjou seu **Ecomuseu como instrumento e expressão de guarda de sua identidade, de construção de sua memória e de luta pelo seu direito de existir num Rio plural.** É sobretudo um instrumento orientador do seu desenvolvimento sustentado (*O Quarteirão*, 1998, nº 30, p. 5).

Nesse caso, também é necessário compreender a lógica das identidades múltiplas, segundo António Nóvoa:

Vivemos uma época marcada por fenômenos de globalização e por uma desenraizada circulação de ideias e conceitos e, ao mesmo tempo, por exacerbar de identidades locais, étnicas, culturais e religiosas. Uma das funções principais do historiador da educação é compreender esta lógica de ‘múltiplas identidades’, através da qual se definem memórias e tradições, pertencas e filiações, crenças e solidariedades. Pouco importa se as comunidades são ‘reais’ ou ‘imaginárias’. *Não há memória sem imaginação* (e vice-versa). A história cumpre elucidar este processo e, por esta via, ajudar as pessoas (e as comunidades) a darem um sentido ao seu trabalho educativo (NÓVOA, 2004, p.10).

Embora haja a intenção de “guardar” aspectos da pluralidade cultural de Santa Cruz, também é possível encontrar indícios do desejo de ressignificação do patrimônio, da elaboração de novas formas de lidar e de apropriar o patrimônio Santa-Cruzens. As representações sobre esse patrimônio são utilizadas como forma de aumentar a autoestima dos moradores do bairro que, rapidamente, passam por processos de desestruturação social. Também se faz uso do patrimônio na intenção de demonstrar que outrora o bairro possuiu grande valor aos olhos do Estado.

Para Baczko (1985) o imaginário social torna-se comunicável através de “discursos”, e é nesses discursos que se efetua a reunião das representações condensadas em uma linguagem. Tal assertiva encontra eco na declaração de Odalice Priosti, já citada anteriormente, quando descreve o NOPH como instrumento de reação frente às mudanças indesejadas ocorridas no bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Odalice relata que tais mudanças ocorreram principalmente na descaracterização arquitetônica e da identidade cultural, fator que corrobora a apatia cívica. Em outro artigo, José Luthgard de Azevedo escreve sobre a comemoração de dez anos de sua atuação do Núcleo, e declara que o NOPH é “um sonho realidade”, e reafirma as condições de atuação e intenções do Núcleo:

Na sua tarefa de preservar o nosso Patrimônio Histórico, reavivar os valores culturais, fortalecer a identidade e a consciência cívico-crítica de nossa gente, a palavra de ordem do NOPH tem sido sempre a de: ‘Ousar é preciso’. (O Quarteirão, 1993, nº 4, p.5).

É interessante observar que, embora algumas recorrências tenham desaparecido, a partir da transição do NOPH para O Quarteirão outras foram reforçadas, por exemplo, a recorrência da reivindicação de preservação dos monumentos considerados de maior valor cultural. Esse valor cultural quase sempre está atrelado às relações estabelecidas entre Os jesuítas ou a família imperial e os edifícios, e, com exceção da Ponte dos Jesuítas, alguns monumentos foram tombados no decorrer de 1990. Outro destaque necessário é a forma com que esses prédios são descritos, sempre ressaltando os aspectos arquitetônicos, históricos e artísticos, o que, conforme já se mencionou, responde às expectativas da política do IPHAN naquele momento:

É sempre oportuna a lembrança quanto ao significado histórico e o valor do patrimônio artístico e arquitetônico, daquele prédio centenário, construído primitivamente para servir como sede administrativa do Matadouro público de Sta. Cruz e transformado, em 1886, na Escola Princesa Isabel [...]. (NOPH, 1986, nº 26, p.3).

No trecho a seguir, mais uma vez os apelos à preservação do patrimônio “pedra e cal”, ou seja, o patrimônio edificado, com características históricas e artísticas e que exaltam os “heróis”, tradicionalmente preservado com referência ao Imperador, da mesma forma a intenção é demonstrar a importância do prédio, pois parte dele foi inaugurada por D. Pedro I:

É incrível o que vem acontecendo em Santa Cruz, sem que haja interesse das autoridades que deveriam agir no sentido de resolver de vez, alguns velhos problemas da localidade.
[...] O seu interesse maior é de preservar o casarão centenário, um prédio histórico, que foi feito para nele ser instalada a administração do Matadouro e em algumas salas foi inaugurada por D. Pedro I a escola Santa Isabel em 1886. (Antonio Nicolau Jorge, NOPH, 1986, nº32, p.2).

Néstor Canclini (1997) talvez definisse tais afirmações feitas no excerto acima, NOPH, 1986, nº32, p.2 como um resumo do fundamento filosófico do tradicionalismo (CANCLINI, 1997, p.163), onde a:

[...] certeza de que há uma coincidência ontológica entre realidade e representação, entre a sociedade e as coleções de símbolos que a representam. O que se define como patrimônio e identidade pretende ser o reflexo fiel da essência nacional. Daí que sua principal atuação dramática seja a comemoração em massa: festas cívicas e religiosas,

comemorações patrióticas e, nas sociedades ditatoriais, sobretudo restaurações. Celebra-se o patrimônio histórico constituído pelos acontecimentos fundadores, os heróis que os protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam. Os ritos legítimos são os que encenam o desejo de repetição e perpetuação da ordem (CANCLINI, 1997, p. 163).

Portanto, se o grupo já instalado busca, de um lado, a preservação do seu patrimônio e considera que esse patrimônio o identifica, de outro é possível que os recém-chegados estejam querendo imprimir os seus traços nesse lugar. Para Nóvoa (2007) *a construção de identidades é um processo que necessita de tempo. Um tempo para refazer identidades, para acomodar inovações, para assimilar mudanças* (NÓVOA, 2007, p. 16). Assim, esse espaço, e também o patrimônio, poderá se reconstituir, a partir, da atuação dos novos atores sociais. Da mesma forma, a identidade santa-cruzense poderá seguir uma forma moderna, definida por Stuart Hall (2000) como algo fluido, fragmentado e relacional e não como algo imutável e rígido, que sintetiza a essência do indivíduo. Para o autor identidade é um processo dinâmico de identificação, que passa por constantes transformações, algo sempre incompleto. Longe do que as formações narrativas do NOPH e as de O Quarteirão demonstram sobre patrimônio.

Néstor Canclini observa que o patrimônio cultural não discute ou provoca debates sobre a modernidade, portanto, é o recurso que melhor garante a afirmação das sociedades tradicionais. O autor ressalta, ainda, que

esse conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identifiquem como nação ou como povo é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo. As únicas operações possíveis – preservá-lo, restaurá-lo, difundir-lo – são a base mais secreta da simulação social que nos mantém juntos. (CANCLINI, 1997, p.160).

Desse modo, pensar e difundir a identidade de determinado povo ou comunidade a partir do patrimônio implica refletir sobre quais representações e referências estão presentes. Talvez seja necessário pensar sobre as representações que os grupos sociais constroem sobre a visão de si próprios. Para Sandra Pesavento [...] *todo fato histórico – e, como tal, fato passado – tem uma existência lingüística, embora o seu referente (o real) seja exterior ao discurso* (PESAVENTO, 1995, p.18). Portanto, a linguagem que

apresenta o patrimônio pode ser considerada também um meio de representação, ou seja, podem existir ainda outros sentidos sobre a representação que envolvem fatores presentes no contexto social de onde parte a narrativa.

Nesse caso, cabe refletir sobre quem tece tais narrativas de salvaguarda e de preservação do patrimônio. Para tanto, vale analisar rapidamente quem escreve no NOPH e em O quarteirão. Estariam esses autores dos discursos inseridos no campo do patrimônio ou no campo dos museus? Para Zita Possamai (2000),

pensar o patrimônio a partir do conceito de ‘campo’ implica identificar um conjunto de códigos mais ou menos estabelecidos entre diferentes atores que, ao instituírem a noção de patrimônio, fazem uma seleção das estruturas materiais do passado a serem preservadas. O campo tem autoridade da fala, ou dito de outra forma, tem exclusivamente autoridade para definir o que é de interesse para uma dada comunidade manter como sua memória. (POSSAMAI, 2000, p.7).

No caso do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz é interessante observar que a maioria dos envolvidos com as campanhas de preservação do patrimônio do bairro, ao menos no primeiro período analisado (1984-1990), não estão inseridos no *campo*. Conforme os Apêndices I e II é possível visualizar que grande parte dos membros que constituíram o editorial dos jornais são moradores do bairro de Santa Cruz, mas quanto aos membros do NOPH a maioria é de professores. A partir do período em que as ações do NOPH são reconhecidas de forma mais veemente e externa à Santa Cruz, um número significativo de profissionais do campo do patrimônio e mesmo da Museologia passa a se interessar e participar das ações. O trecho a seguir foi escrito com o título “NOPH com a vanguarda da Museologia” demonstra a aceitação e o reconhecimento do Ecomuseu de Santa Cruz pelo campo dos museus:

Desde 1992, quando participou como um dos organizadores do I Encontro Internacional de Ecomuseu, no Rio de Janeiro, o NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA DE SANTA CRUZ vem sendo apontado pelos especialistas a área da Museologia, a nível nacional e internacional, como uma das entidades precursoras na criação do museu como instrumento de desenvolvimento, levando em consideração a identidade histórico-cultural e os projetos voltados para a realidade Regional (Zona Oeste). (O Quarteirão, 1995, nº12, p.2).

Apesar disso, especificamente no caso aqui analisado, é perceptível a existência de forças que estão fora do campo e que fazem pressão pública sobre os agentes do campo. Nesse caso, o principal veículo de pressão são as falas sobre o abandono e a destruição do patrimônio e a falta de preservação de monumentos históricos. Como observa Zita Possamai (2001), *esses atores que estão fora do campo interferem e participam ativamente das discussões, entre eles estão intelectuais, artistas e jornalistas (p.8)*, além disso, o próprio jornal NOPH, veículo de comunicação local, pode ser considerado responsável por mobilizar outros indivíduos em prol do patrimônio do bairro. O caso aqui analisado, além de se enquadrar na análise da autora, demonstra que há outra categoria de organização também fora do campo e que é capaz de organizar-se de forma a conquistar a adesão dos indivíduos responsáveis pelas decisões de preservação conforme se observa no trecho a seguir:

Pedimos a todos os ex-alunos, funcionários e professores da Escola Princesa Isabel que organizam manifestações, escrevam ou telefonem para os jornais, emissoras de Rádio e Televisão e promovam uma campanha em prol da restauração daquele prédio histórico.

A lei foi sancionada, mas somente o povo através das suas manifestações, do seu desejo, da sua efetiva participação conquistará aquele espaço para sua utilização.[...] (s/a, NOPH, 1984, nº7, p.7).

Esse trecho diz respeito à matéria que anuncia a proposição de Vereador do Rio de Janeiro que criou projeto de Lei para transformar o prédio da Escola Princesa Isabel – antigo Palacete do Matadouro - em Centro Cultural de Santa Cruz, e, para tanto, seria necessário que o prédio fosse restaurado. A Lei Municipal nº 465, de 13.12.1983, sancionada pelo então Prefeito, visava a destinação do prédio para a criação de um centro cultural e incentivava a restauração do prédio, e foi transcrita em matéria do NOPH, 1984, nº7, conforme trecho abaixo:

No art. 2º, fica expresso que o <<Poder executivo, através dos seus órgãos responsáveis, poderá executar obras de restauração, recuperação e ampliação do imóvel, construindo instalações para abrigar uma biblioteca, um auditório para palestras, (sic) projecções e outros eventos culturais.

[...] (s/a, NOPH, 1984, nº7, p.7).

Nesse caso, cabe ressaltar o conceito de campo engendrado por Pierre Bourdieu (1989), em que o autor observa que o campo é a composição de forças com diferentes

intensidades e com diferentes tipos de relação entre seus integrantes, os atores sociais. Além disso, o campo é definido também a partir dos conflitos e das tensões vigentes em sua própria delimitação, portanto as estruturas do campo são compostas por diferentes forças atuantes representadas por agentes diversos. Na experiência de Santa Cruz é possível identificar os agentes desse campo: professores, jornalistas, arquitetos, comerciantes, políticos, artistas, vereadores, entre outros, ou seja, um grupo heterogêneo que possui interesses diversos, mas une-se em torno da reivindicação de preservação do patrimônio local. Na análise de Canclini (2008), o patrimônio pode ser

[...] um mecanismo de unificação social a partir de identidades e representações, mas também um espaço de luta material e simbólica entre classes, grupos e etnias, em consequência das desigualdades em sua formação e apropriação. (CANCLINI, 2008, p. 114).

Especificamente no caso apresentado acima é possível identificar que houve uma ação de agentes pertencentes ao poder público municipal sobre o campo. O NOPH, enquanto veículo de comunicação e movimento social, fez pressão sobre o poder público e, em consequência, o poder público, na figura de um vereador e do prefeito, posicionou-se enquanto estrutura pública capaz de decidir e promulgar leis sobre outras instâncias. No entender de Teresa Luporini (2000), os movimentos sociais em defesa do patrimônio têm se destacado junto ao poder público e promovido mudanças nas políticas de preservação, entretanto, a autora destaca que esse é um movimento que se contrai quando tem suas demandas atendidas, pois outras necessidades emergentes surgem e há necessidade do deslocamento de forças.

No entanto, a partir da análise dos impressos NOPH e O Quarteirão foi possível perceber que ao longo dos anos não houve abandono das demandas pelo patrimônio, tampouco da reivindicação de demandas em outras áreas — saúde, educação e cultura. No capítulo anterior é possível perceber, nas temáticas abordadas nos impressos, que houve uma distribuição diferenciada em relação às discussões propostas ao longo do jornal, inclusive com acréscimo de colunas periódicas que abrangem os assuntos desenvolvimento social, cidadania, ecologia e meio ambiente. Contudo, observa-se, no fragmento a seguir, que houve um deslocamento de forças para a reivindicação de preservação de outro monumento quando atendidas as reivindicações do anterior:

Passada a euforia dos momentos vividos com a inauguração da Ponte dos Jesuítas, nos empenhamos agora da restauração do prédio da Escola Princesa Isabel onde será instalado o centro Cultural de Santa Cruz, projeto que já foi autorizado [...].
(NOPH, 1986, nº 26, p.2)

Na composição da narrativa a seguir, no artigo intitulado “Jóia Centenária, Prédio da Escola Princesa Isabel”, é possível identificar uma série de elementos que compõem apelos preservacionistas engendrados sob aspectos divinos, de raridade e de autenticidade, ao que Gonçalves (1988, p. 265) denomina de *relação genuína com o passado*:

Estamos perdendo? Sim, estamos perdendo, pois esta jóia é nossa, não como uma propriedade qualquer, mas como um dom de Deus. É bom lembrarmos que ela representa um elo vivo da História de Santa Cruz.

[...] A nossa esperança é a renovação do prédio, fonte de tantos benefícios na educação dos filhos da nossa terra. [...] Escola Santa Isabel. No edifício do Matadouro de Santa Cruz, na presença de S.M. O Imperador, da Princesa Isabel, Conde D’Eu e pessoas gradas e o Ver. Pe. João do Amor Divino, procedia benção da sala destinada à Escola de Santa Isabel (Santa da Caridade). [...] (Amely Pereira Pinto e Silva⁵⁸, NOPH, 1986, nº28, p. 10)

Há evidências de dados que são redundantes quando se fala em preservação do patrimônio. A composição apresenta elementos com apelos discursivos que, nas palavras de Canclini (1997), estão reduzidas à política de reiteração e administração do patrimônio preexistente. Para o autor esse tipo de relação é típica de regimes conservadores que

buscam uma maior identificação do público-povo com o capital cultural acumulado, com sua distribuição e usos vigentes. Nada melhor que os antigos edifícios e seu estilo, a história do uso escolar e as imagens convencionais para representá-la. Para o conservadorismo patrimonialista, o fim último da cultura é converter-se em natureza. Ser natural como um dom. (CANCLINI, 1997, p. 164).

No caso dos apelos pela preservação feitos pelo Núcleo e por outros moradores de Santa Cruz que colaboram com artigos para o jornal, há pelo menos dois elementos a

⁵⁸ Amely da Silva Pinto, professora da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro.

serem destacados: o primeiro é o apelo preservacionista do que é histórico, “raro”, “belo”, “clássico”. É provável que a atribuição de valor esteja de acordo com a Política Federal de preservação do patrimônio, engendrada pelo órgão de preservação Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e com a legislação criada no início do século XX, em que, para tombou ou registrar algum bem, era necessário que esse bem atendesse a alguns critérios que o qualificassem como de interesse da nação. Convém ressaltar que o interesse da nação era aquele descrito pelo Decreto Lei 25/37⁵⁹, que determina que, para ser considerado de interesse da nação, o bem patrimonial deve respeitar os valores da arte e da história, além de possuir vinculação com fatos memoráveis da história do Brasil. Somente nos anos de 1970 houve modificação no conceito de patrimônio, e lhe foi agregado o cotidiano, as manifestações culturais populares, e a dilatação do conceito acompanhou os movimentos socioculturais da época. Nesse entendimento, o patrimônio está ligado ao valor do “legado”, relacionado ao conhecimento histórico, com acesso às heranças ancestrais, e não com os usos do patrimônio. Portanto, a atribuição de valor está imbricada ao belo, à estética e à raridade. Para Maria Cecília Londres Fonseca (2005), o principal valor que permeia o conjunto de bens tombados é o nacional, aquele que está ligado ao sentimento de pertencimento à nação.

O segundo é o apelo de reutilização do patrimônio no sentido de pensar em novos usos para ele, apropriar-se de um prédio de estrutura tradicional na intenção de abrir espaço para novas interpretações, ou para a mudança do caráter das sociabilidades e diversificação das atividades culturais praticadas. Os novos usos podem envolver formas de pensar a sustentabilidade de determinada população ou do território, seja através do turismo, ou da intenção de estimular a fruição cultural, as práticas e ações educativas a partir do patrimônio, como é o caso do Palacete do Matadouro/antiga Escola Princesa Isabel, no qual se requer que seja criado o Centro Cultural de Santa Cruz, no qual seriam destinados espaços para museu histórico, teatro, biblioteca, etc. Por outro lado, a Ponte dos Jesuítas é vista como monumento mais antigo e como a primeira obra de engenharia hidráulica da América (NOPH, 1985, nº2, p.2).

⁵⁹Embora tenha havido uma modificação na Política Federal de preservação do patrimônio, a preocupação de preservação persiste em incidir sobre o patrimônio tradicional. Para acessar o Decreto Lei 25/1937 acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm

A partir de 1993 o veículo de comunicação do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz, conhecido como jornal NOPH, passou a ser denominado *O Quarteirão - Ecomuseu*, em consequência do ocorrido durante o I Encontro Internacional de Ecomuseus na Eco 92⁶⁰. Juntamente com a mudança na denominação e a adoção de uma nova forma de atuação, algumas narrativas foram modificadas, principalmente no que tange à representação sobre museu - apresentado no próximo subcapítulo. No entanto, deu-se continuidade às narrativas de preservação do patrimônio anteriormente expostas, conforme se identifica na Figura 4, na página a seguir, em que é apresentada ao leitor de *O quarteirão* uma imagem em estilo mapa, denominada *Panorâmica do Quarteirão Cultural do Matadouro e arredores*. É importante observar a imagem, no que diz respeito aos elementos expostos e suas respectivas disposições. Nota-se que as edificações representadas e que possuem maior destaque são aquelas presentes no quarteirão cultural do matadouro, território onde se encontra o Palácio do Matadouro/antiga Escola Princesa Isabel, prédio onde o Núcleo sugere que seja instalado o museu histórico de Santa Cruz e outros equipamentos. As edificações numeradas e nomeadas na legenda, em sua maioria encontram-se no mesmo quarteirão. Com exceção das palmeiras reais, figueiras centenárias e a Baía de Sepetiba, a representação de patrimônio é reforçada principalmente enquanto patrimônio edificado. Observa-se, também, que apesar de a legenda anunciar a apresentação do entorno, este é representado apenas por ícones em menor proporção. A centralidade do quarteirão visivelmente provoca destaque, permitindo uma leitura em relação ao tipo de patrimônio ressaltado.

⁶⁰ O fato sobre o reconhecimento do NOPH enquanto iniciativa ecomuseológica já foi relatado no capítulo dois.

Desenho de panorâmica do Quarteirão Cultural do Matadouro e arredores

8 QUARTEIRÃO 9

ESSES TEIMOSOS QUIXOTES MODERNOS...

Começo por relebrar a figura grotesca de D. Quixote de la Mancha, personagem criado pelo imortal Miguel de Cervantes Saavedra, na sua apaixonada luta contra os moínhos de vento, fantasias, alucinações, loucuras, encantamentos em que se transformavam os fatos mais comuns, sempre acompanhado de seu fiel escudeiro Sancho Pança, revestido de bom senso, mas compactado com ele, respeitando-o no seu sonho aventureiro e frívolo. A universalidade do personagem de Cervantes, montado em seu cavalo Rocinante, inspirou artistas e idealistas vários na composição de uma imagem: o CAVALEIRO DA TRISTE FIGURA, ridículo e simpático a um só tempo, fê e parece em ebulição numa alma que explode em sentimentos e elevados ideais, tão altos, tão sinceros em busca da justiça ideal.

Na ótica quixotesca, assim foram todos os que iniciaram o NOPH, nele se preservaram, a ele aderiram e com ele compactaram sonhos possíveis. Sonharam fazer de SANTA CRUZ algo mais que o mais afastado quinhão da Cidade do Rio de Janeiro. Sonharam despertar a conscientização dos que vieram depois e que hoje seguem seu exemplo.

Foram tantos os moínhos de vento a enfrentar... Mas a palada desses Quixotes Modernos por esta terra sagrada de SANTA CRUZ não se diluiu ante os obstáculos. Nem sempre vencemos, nem sempre fomos bem compreendidos, mas nem por isso abdicamos o ideal: não alugamos nossa consciência por interesses outros e não vendemos nossa dignidade.

Hoje, voltados ainda mais para a comunidade, buscando dialogar com outras que aqui chegaram, os Quixotes Modernos continuam sua luta, aproximando - se cada vez mais de seus problemas, conscientizando-as mais para que "sejam não mais, mas sujeitos sociais e políticos válidos", segundo as palavras de Marlênia Chauí.

A cada momento surgem mais e mais moínhos, cada vez mais altos, porém o contingente de Quixotes Modernos também aumenta. Um dia seremos todos Quixotes, dos 5 aos 80 anos, em luta sem tréguas, não contra o imaginário, mas contra nosso real inimigo: a desinformação, a educação degradada, a falta de acesso à cultura, a falta de ética, entre outros.

Não somos ingênuos, muito menos ridículos. Nosso fiel escudeiro SANCHO ESPERANÇA, será testemunha ocular de que preferimos ser Quixotes teimosos a sermos Filatos omissos em tudo o que seja para defender nossa Comunidade.

Alguém disse que o NOPH é pura emoção. Concordamos plenamente, pois não podemos diso-

ci-lo do seu irmão gêmeo IDEAL. Nascidos ambos de um mesmo parto, Emoção e Ideal são diferentes e iguais. Emoção é extrovertida, é explosão, incôntida, mas seu rosto reflete a mesma face de ideal. Este, ao contrário, é calmo, sincero também e aparece sempre nas "situações-limite", onde temos que escolher ser Quixote ou ser Filatos.

A esses Quixotes que se foram antes de ver a vitória desses 10 anos, nosso reconhecimento e nosso orgulho de participarmos com eles da mesma batalha: o engrandecimento de nossa terra por uma comunidade mais limpa, revestida de caras de emoção e almas de ideal, que certamente começou na LUTA PELO CENTRO CULTURAL DE SANTA CRUZ.

"IN MEMORIAM"
HOMENAGEM AOS SÓCIOS
E COLABORADORES FALECIDOS

1 - Clara Lúcia de Sousa	13 - Eulain Braga Martha
2 - Gastão Abbott	14 - Maria Joaquina de Almeida Leite (Tia Quina)
3 - Orival de Freitas	15 - Achilles Rodrigues da Costa
4 - José Francisco Iodani	16 - Emanuel da Silveira Câmara
5 - Salvador Pedro da Silva	17 - Luiz Corrêa de Queiroz
6 - Walter de Oliveira	18 - Bécilo Face
7 - Irmão Antonio	19 - Guilherme José de Andrade
8 - Padre Luciano Dall'Zoppo	20 - Carlos Vieira Priosti
9 - Murilo Costa Fernandes	21 - Padre Expedito Guimarães
10 - Amely Pereira Pinto de Silva	
11 - Auda Ferreira	
12 - Fernando Batista	

Cidade Miranda Pinell
10º Aniversário do NOPH Agosto de 1993
NOPH/COMISEL

PANORÂMICA DO QUARTEIRÃO CULTURAL DO MATADOURO E ARREDORES

- 1 - Palacete do Matadouro
- 2 - Palmeiras Reais e Figueiras Centenárias
- 3 - Vias Operárias (1 e II)
- 4 - E.M. Fernando Azevedo...
- 5 - E.M. Prefeito João Carlos Vital
- 6 - E.M. Princesa Isabel (Prédio Novo)
- 7 - Colégio Estadual Barão do Rio Branco
- 8 - Antiga Estação Ferroviária Tombada
- 9 - Matadouro Industrial
- 10 - CIEP Barão de Itararé
- 11 - Comunidade da Boa Vista
- 12 - Comunidade da Vala do Sangue
- 13 - Hangar do Zepelin
- 14 - Baía de Sepetiba

Figura 4 - O Quarteirão nº 4, 1993.

Contudo, é necessário que se esteja atento ao fato de que pensar no patrimônio é pensar na representação que ele difunde sobre determinada realidade social, em determinada época histórica. Portanto, decidir ou tomar parte na decisão sobre quais patrimônios representam determinadas comunidades ou grupos sociais é tomar parte do destaque e do lugar que cada grupo ocupa, ocupou e pretende ocupar ao longo da história. Para Jodelet (1989), as representações são a elaboração compartilhada, socialmente, das formas de conhecimento que favorecem a criação de uma realidade comum que viabiliza a compreensão e a comunicação dos sujeitos com o mundo. Assim, pode-se entender que esse conjunto de conhecimentos elaborados e compartilhados socialmente favorece e possibilita a formação de um contexto social comum a determinados grupos. Já, Moscovici (1978) entende por representação social um campo específico de conhecimento que tem como intuito construir condutas comportamentais, na intenção de estabelecer a comunicação entre indivíduos em determinado grupo social. É consenso entre os autores apresentados até aqui que as representações sociais são formas que permitem a comunicação de indivíduos com grupos ou de grupos com outros grupos ao longo da história da humanidade. Portanto, pode-se pensar que o patrimônio escolhido como representação do passado, ou do presente, constitui-se no modo com que o grupo representado quer ser enxergado, compreendido e, até mesmo, respeitado. Desse modo, o patrimônio considerado representativo não é escolhido necessariamente de forma afetiva, mas, simbólica, lógica e racional, de acordo com os interesses de quem realiza as escolhas.

Como foi possível observar até aqui, o foco da pesquisa esteve mais direcionado ao periódico NOPH, embora tenham ocorrido algumas inserções sobre O Quarteirão. Ocorre que a conjuntura histórica que alterou o nome do veículo de comunicação de NOPH para O quarteirão acarretou mudanças também na forma como a representação de patrimônio passou a ser construída. Por esse motivo, nas próximas páginas, retomam-se os conceitos de museu, ecomuseu e museu comunitário, a fim de se identificar de que maneira eles estão imbricados nas representações sobre museu divulgadas nos impressos NOPH e O Quarteirão.

5.1 MUSEU, COMO LUGAR DE REPRESENTAÇÃO, E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE MUSEU, MUSEU COMUNITÁRIO E ECOMUSEU PRESENTES NOS JORNAIS DO NOPH E O QUARTEIRÃO

Neste ano de 1993, em que comemoramos o 10º aniversário de fundação do NOPH, retornamos à nossa publicação, agora intitulada O Quarteirão que, nestas duas edições, oferece aos leitores um perfil do trabalho do Ecomuseu, que, nada mais é do que uma proposta atualizada de tudo o que o NOPH vem fazendo neste decênio. O Ecomuseu é o próprio NOPH. Não há como se confundir nem se perder de memória. Aqueles que nos acompanham (sic) nesse trajetória, e que ainda tiverem dúvidas sobre o que seja Ecomuseu, quais seus objetivos e finalidades, convidamos que façam um exercício de memória, pois toda a prática desenvolvida pelo NOPH de 1983 até hoje, e que, sem resumo, objetiva **fortalecer as raízes culturais** da comunidade, denomina-se Ecomuseu (O Quarteirão, 1993, n°2, p.2).

Semelhante ao entendimento que se tem sobre patrimônio, o museu, o ecomuseu e o museu comunitário são entendidos e definidos enquanto lugar de representações de determinadas memórias e histórias, de uma parcela de indivíduos ou grupos, que opera também com a imaginação. Segundo a definição de Mario Chagas, os museus são

um lugar, coisas que ancoram poder e memória e um ente (individual ou coletivo) possuído e possuidor de imaginação criadora são elementos indispensáveis para a constituição do museu. Mesmo quando se pensa em termos de ecomuseu a situação não é diferente. (CHAGAS, 2009, p.57-58).

Conforme o *corpus* documental é possível verificar que os próprios agentes constroem as representações sobre o Ecomuseu de Santa Cruz, em praticamente todos os elementos transcritos do *corpus* documental. Ao longo das páginas anteriores e as subsequentes as narrativas apresentadas demonstram apropriação sobre o patrimônio a partir da experiência dos agentes sociais, dos seus desejos e aspirações. Convém ressaltar que essa referência diz respeito ao grupo que escreve e se expressa através dos periódicos. Baczkó (1981) diz, ainda, que o imaginário social torna-se comunicável através de “discursos” e é nesses discursos que se efetua a reunião das representações

condensadas em uma linguagem. Portanto, os museus são representações sociais construídas a partir de linguagens que operam com artefatos materiais. O museu, além de produtor dessas representações, é, também, produtor de narrativas sociais sobre o passado, podendo, em alguns casos, produzir narrativas sobre o presente e ponderações sobre o futuro. Sendo assim, pergunta-se: quais são as formas que os museus têm para difundir as representações?

Nesse caso, é necessário analisar quais os processos ou mecanismos que os museus utilizam para produzir e difundir representações. Segundo Maria Cristina Bruno (2002), duas bases de procedimentos estruturadores servem a diferentes modelos de processos museológicos: em um primeiro momento voltado para a salvaguarda dos registros patrimoniais, e, em outro, voltado para a comunicação caracterizada pela ação expositiva e educativa.

Maria Cristina Bruno (2004) declara que,

ao lado dos museus enciclopédicos e especializados, a musealização tem sido potencializada pelos museus comunitários, ecomuseus, museus de sociedade, museus de território, entre muitos outros modelos. Em todos esses esforços é evidente o interesse das sociedades pela educação e preservação da memória, como também, a ampliação das áreas de intervenção dos museus. (2004, s/p.).

Ao se analisar as narrativas de ambos os periódicos, nos diferentes períodos NOPH (1984-1990) e O quarteirão (1993-2000), é possível identificar uma mudança de discurso no que tange ao tipo de museu desejado pelo Núcleo. No primeiro período há indícios e reivindicação para a criação de um museu histórico, caracterizado conforme diz o excerto de artigo intitulado *Museu Histórico de Santa Cruz*:

O Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica coleta documentos e peças de caráter museológico que virão a constituir-se no ACERVO DO FUTURO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CRUZ.

[...]

Queremos que o MUSEU não seja o ‘nosso museu’, o ‘museu do NOPH’, mas sim o MUSEU DE SANTA CRUZ, MUSEU DA SOCIEDADE SANTACRUZENSE, daí nossa preocupação preliminar e prioritária em **definir muito bem a relação entre museu x sociedade**; os aspectos pedagógicos do futuro museu; sua projeção social, isto é, será que o MUSEU atenderá realisticamente os anseios da comunidade?

Estamos conscientes também, do ‘tabu’ criado em torno da palavra MUSEU. Aliás, pejorativamente todos **sabemos que ‘museu’ significa coisa velha, ultrapassada, retrógrada...** Daí nossa preocupação no sentido de pensar essa conceituação, uma vez que o MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CRUZ, dentro daquilo a que o NOPH se propõe, estará inserido num contexto bastante dinâmico. Pretendemos que seja um MUSEU inovador [...]. (s/a, NOPH 1984, nº 9, p.6).

É possível identificar nesse fragmento alguns elementos que já começavam a ser discutidos no campo museológico antes de 1984 quando o artigo foi publicado, por exemplo, a definição da relação entre museu e sociedade e a relação estabelecida no sentido de incluir a comunidade, no intuito de atentar para suas necessidades. Apesar do texto não possuir autoria, é provável que tenha sido cunhado por alguém com relações no campo da museologia. Chama a atenção, ainda, o senso comum explicitado no texto, em que museu tem como significado coisa velha, ultrapassada e retrógrada. Embora esteja explícito na matéria que o museu a ser criado deve ser dinâmico e ter caráter inovador, o texto não diz que maneira esse processo será alcançado.

Em outro artigo com o título *A ‘Nova Igreja’ e o ‘Monumento Repositório’* é possível identificar outros aspectos que fazem referência às representações sobre museu expressas pelo Núcleo. O texto também cita a intenção da construção do denominado *monumento repositório*⁶¹, e dentro desse monumento é que seria construído o museu, conforme explicitado no trecho a seguir:

[...] 6- "ESPAÇO VISITÁVEL"/RAZÕES PARA A SUA CRIAÇÃO
Não houve no Estudo intenção de se restaurar ou recompor, ainda que parcialmente, a Igreja original, nem tampouco criar um museu estático.

A intenção foi de se criar um **espaço que sendo depositário** de todos os elementos encontrados, **ao mostrá-los**, pudesse **oferecer oportunidade** de contar de modo simples e didático, fatos da história local. (NOPH, 1986, nº 30, p. 3 e 9).

Novamente é possível identificar o desejo de criação de um museu que seja

⁶¹ O termo monumento repositório não é comumente utilizado no campo do patrimônio. Ao que tudo indica essa foi uma forma de expressar a construção de um monumento em substituição a uma construção que não foi concretizada. Conforme trecho do NOPH, *O que direcionou todo o trabalho de pesquisa e projeto do Estudo foi a intenção da Comunidade através do NOPH de construir em Cruzeiro/Monumento em comemoração ao aniversário do Prédio da Antiga Fazenda Real e Imperial de Santa Cruz, utilizando o material hoje existente e abandonado que pertencia à antiga Igreja (pedras talhadas formando capitéis, bases colunas etc.)* (NOPH, 1986, nº 30, p. 3 e 9)

histórico, direcionado a contar a história de Santa Cruz. Do mesmo modo, verifica-se a preocupação sobre a forma com que o suposto museu vai estabelecer relações com o público. O termo estático surge para dizer que esse não é o tipo de museu desejado, contudo, a relação apontada, ou seja, as formas de atuação anunciadas relacionam-se ao modelo de museus considerado estático, inclusive a utilização da palavra “depositário” leva ao entendimento de falta de interação. A intenção demonstrada é de **mostra**, no sentido de expor. Além disso, o texto não apresenta elementos que estimulem a interatividade, a exploração, ou a possibilidade de interpretações. Já, o termo didático aparece no sentido de afirmar que o museu idealizado é diferente daquele conhecido pelo senso comum, dando a impressão de que, aqui, o museu surge como lugar de educação. Mesmo que tais ações desenvolvidas em Santa Cruz ainda não fossem reconhecidas como museológicas pelos seus próprios agentes, suas intenções, no que tange às práticas desenvolvidas, podem ser consideradas ações educativas que envolvem o patrimônio.

Ao longo do período de 1984 a 1990 é possível identificar, pelo menos, seis artigos publicados que apresentam a representação de Museu Histórico. A partir de 1993, ano em que começa a circular o jornal O quarteirão, é possível identificar uma mudança nas falas sobre a representação de museu. Tal fato é possivelmente determinado pelo contexto histórico, momento em que, no Brasil, a discussão sobre a nova museologia ocorre de forma mais intensa, através do I Encontro Internacional de Ecomuseus, durante a Eco 92, conforme já foi narrado no capítulo terceiro, ocasião em que o Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz foi reconhecido pelo campo museológico. Na avaliação de Hugues de Varine (1992), registrada nos Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus, após visita a Santa Cruz e reunião com os membros do NOPH, lê-se o seguinte:

Pareceu-me evidente que o museu comunitário já existe de fato, por vários elementos concordantes:

- a admirável mobilização de atores importantes da população e da vida associativa [...].
- a existência de locais de referência (Ponte dos Jesuítas, O Quartel, o Centro Cultural de Guaratiba, etc.) [...].
- uma forte vontade local e um decidido apoio municipal.

Não se trata pois, de criar um museu comunitário (ecomuseu), mas de reconhecer sua existência, de fornecer-lhes os meios de desenvolver-se [...]. (VARINE, 1992, s/p.).

Varine tece algumas críticas, além de reconhecer que já existe uma iniciativa em andamento, entre as quais a relativa ao fato de ter averiguado que as ações desenvolvidas a partir do NOPH eram excessivamente centradas no patrimônio e no artístico, e muito pouco nas pessoas e nas dinâmicas sociais por elas desenvolvidas. Varine observa, ainda, que para ser um museu comunitário é necessário que a vida dos atores sociais, suas necessidades e preocupações se reflitam nas narrativas. Para tanto não há necessidade de suprimir o patrimônio ou as expressões artísticas representadas por esse patrimônio. Nesse caso, Varine sugere que outro aspecto seja desenvolvido: o da *expressão comunitária* (VARINE, 1992, s/p.).

A participação dos membros do NOPH no Encontro e as observações de Varine surtiram efeito já no ano seguinte, em 1993, quando o periódico de divulgação das atividades do NOPH tornou-se, também, informativo das ações do Ecomuseu do Quarteirão. A partir do periódico número um (O Quarteirão) constata-se que o Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz adotou a representação de ecomuseu e passou a divulgar representações que estivessem de acordo com o conceito de ecomuseu e museu comunitário, aliás, o nome oficial do novo museu passou para Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, citado na Lei Municipal de 1993 que criou oficialmente o ecomuseu. No entanto, a denominação mais recorrente que aparece ao longo do impresso O Quarteirão é Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz. Tal fato explica-se porque ecomuseu e museu comunitário, na acepção mais atualizada do conceito, são considerados sinônimos.

Na primeira edição do jornal O Quarteirão há a transcrição de parte do relatório de Hugues de Varine publicado nos Anais do Encontro de 1992, possível de ser visualizado na Figura 5, com o título *Ecomuseu uma conquista da comunidade*. Na mesma edição também são adotadas formas didáticas de informar sobre as novas configurações do Núcleo, com a denominada “O que é ecomuseu?”. O informativo sobre o que é um ecomuseu aparece ao longo de outras edições do periódico O Quarteirão, e nele se transcrevem trechos dos autores Hugues de Varine e Mario Moutinho, talvez na tentativa de promover apropriação e difusão do termo ou mesmo das práticas. Do mesmo modo, é perceptível uma inovação nas narrativas ao longo das demais edições: além de difundir discursos sobre a preservação do patrimônio, o periódico O Quarteirão adota a linguagem do campo dos museus, incluindo, também, um número maior de artigos com referências às práticas ecomuseológicas.

Na Figura 5 é possível observar, no círculo em vermelho, a fórmula de abordagem para a nova configuração das ações do NOPH:

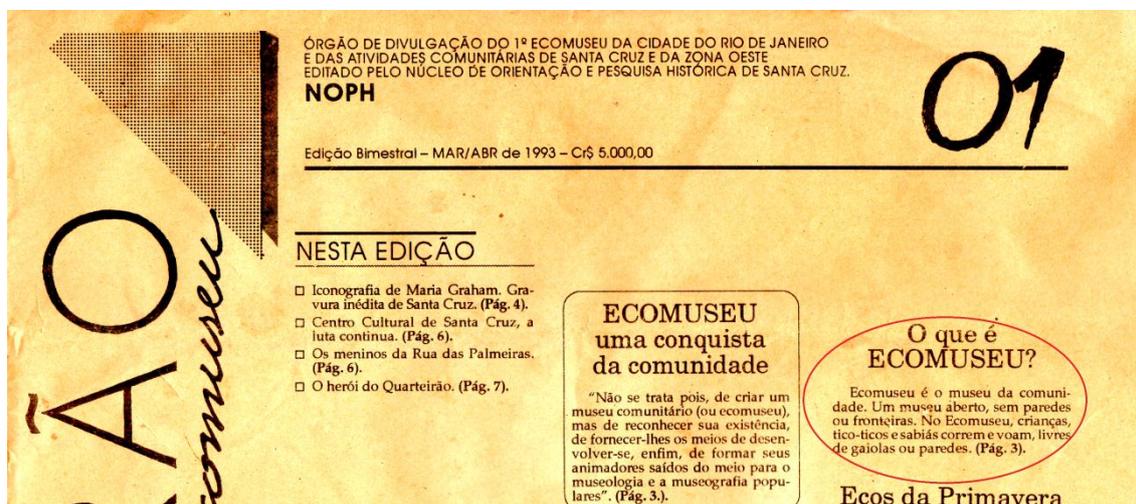


Figura 5 – O quarteirão, nº 1 – capa.

Na Figura 6 verifica-se uma série de elementos que apresentam as mudanças e as permanências ocorridas ao longo dos períodos analisados:

1ª CAMINHADA ECOMUSEOLÓGICA À PONTE DOS JESUÍTAS

POR QUÊ CAMINHADA ECOMUSEOLÓGICA?

O Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz vem realizando caminhadas, pequenos passeios pelos pontos históricos da região e roteiros com objetivos turísticos e ecológicos há 10 anos, em busca da ruptura do formalismo que ainda envolve a instituição Museu. Estamos, literalmente, levando o Museu para a rua e, de forma muito promissora, inaugurando na Zona Oeste do Rio de Janeiro uma nova etapa que poderíamos bem definir como da pedagogia ativa no âmbito da museologia.

A Ponte dos Jesuítas é um monumento artístico e arquitetônico de grande importância, que se encontra localizado em um sítio histórico e área de preservação ambiental e cultural.

Quando propomos uma caminhada ecomuseológica, estamos em busca daquele museu dinâmico. O museu dos atores, revestido da função que se poderia definir por "provocação à comunicação", inclusive, no caso da nossa primeira caminhada ecomuseológica, oferecem aos visitantes, – professores e alunos das Escolas Municipais Ponte dos Jesuítas e IPEG, ambas do 19º DEC – oportunidade para perceberem o mundo que está a sua volta em busca de respostas condizentes com a própria realidade, mas sempre na tentativa de melhorar esta realidade.

A caminhada ecomuseológica, com a exposição em tendal complementando o cenário bellissimo da Ponte dos Jesuítas é, portanto, mais uma contribuição prestada pelo NOPH para que os habitantes do bairro possam se transformar, a partir da infância, nos autênticos conservadores da riqueza arquitetônica, artística e histórica de Santa Cruz.

Já demos o primeiro passo. Há uma longa caminhada a ser percorrida! Mas, como bem dizia o Poeta Fernando Pessoa: "tudo vale a pena se a vida não é pequena".

Bibliografia "Os Museus no Mundo", Biblioteca Salvat de Grandes Temas.



Porta barroca da Ponte dos Jesuítas ladeada por duas colunas graníticas, desenho de C. Noronha Palma elaborado em 1962 para os festejos comemorativos do bi-centenário do monumento histórico. Reprodução do livro História de Santa Cruz, vol. I, de autoria de Benedito Freitas.

A PONTE CANTADA EM VERSOS

*"Sobre arcos quatro, levantada e firme,
Arcos de viva penha, dois recebem,
Abertos de contínuo, a justa força
Da corrente, que traz no rio a madre.
Os outros dois, porém, quando releva,
Fechados vedam as superfluas águas,
E com ferrado obstáculo as refreiam,
Fazendo o rio recuar o passo.
Terreno marachão, de ingente mole,
Das extremas da Ponte deduzido,*

*Prosseguindo encostado àquelas
[margens
Por uma e outra parte se prolonga.
E reprimindo a túrgida corrente
Não dá, que, sucrescendo a cheia, alague
Os baixos Vales, os adjacentes Campos.
Mas onde havia represadas linfas,
Por grandes trilhos, e canais longiquos,
À equórea Vastidão se encaminham."*

O poema, de autoria do Padre Jesuíta Rodrigues de Melo,

Alunos e Professores das Escolas Municipais Ponte dos Jesuítas e IPEG

FOTOS: NICHOL/CIRAUDO/JJ. TOFANI – NOPH

CAMINHADA ECOMUSEOLÓGICA

Sãimos em caminhada da Escola Municipal IPEG, Km 51 da Avenida Brasil, em direção à Ponte dos Jesuítas, obra construída em 1752, na região de Santa Cruz. Foi uma jornada por mais de quatro quilômetros em que nós, alunos, professores e até mesmo a diretora passamos por sítios, campos, fazendas, poças d'água, na mais perfeita alegria e total descontração, ao som do violão da professora de música Soraiá Medeiros Pacheco.

Até que deparamo-nos com a monumental Ponte dos Jesuítas. Ela que surge rica em História e imponente na sua arquitetural Completando a paisagem, lá estava a exposição em tendal do ECOMUSEU e a palavra esclarecedora do museólogo e professor Sinvaldo Nascimento.

A animação geral se deu por conta das brincadeiras proporcionadas pelo animador cultural Tujuba, pelo auxílio dispensado pelo poeta Cirauδο, pelas tomadas fotográficas exigidas por Nichol e pelo coral impro-

visado que se formou entre alunos e professores da Escola IPEG e Escola da Ponte.

Além do mais, a garotada ganhou brindes "os dez anos do NOPH", visitou a Fazenda Arpoador, deitou, rolou e mergulhou na grama e na História.

O objetivo foi alcançado. Passamos momentos que nunca numa sala de aula convencional teríamos conseguido. A imaginação criou asas. Vi meninos brincando de Morto-Vivo ressuscitando personagens coloniais. Crianças passando por sobre a Ponte guiando charretes vindas de Itaguaí. O cenário dava-nos a impressão de uma grande festa na Ponte. Até mesmo um café quentinho apareceu como um dos típicos pilados nas fazendas da época.

Realmente, dobramos nossos joelhos, como os visitantes os dobravam ao alcançar essas paragens!

Ponte dos Jesuítas, 17 de junho de 1993.

Serikarnia Antunes de Barros
Professora de História da E. M. IPEG NOPH/ECOMUSEU.



- ZOOLOGICO (Mais de 150 animais. Grande viveiro com aves raras)
- RESTAURANTE (Com cozinha nacional e internacional)

- PARQUE AQUÁTICO (Bar, cascata e ilha tropical)
- CIDADE FARWEST (Réplica da cidade de Santa Fé. Shows ao vivo)

O NOVO PONTO TURÍSTICO OBRIGATÓRIO DO RIO

Estr. da Pedra, 2728 – Tel/Fax (021) 395-1321 – Tel.: (021) 395-3654 CEP 23520-240 – entre Santa Cruz e Guaratiba – Rio de Janeiro/RJ.



Figura 6 – O Quarteirão 1993, nº 03, p. 8-9.

É possível observar alguns elementos que apontam para as mudanças ocorridas após o reconhecimento das ações do NOPH pelo campo dos museus enquanto prática de museologia comunitária, e alguns deles pontuais, por exemplo, a adoção do termo que designa ecomuseu (caminhada ecomuseológica), pois, tanto a palavra quanto a ação, no contexto museal, são inovadoras, podendo-se considerar que esse é um discurso condizente com as práticas educativas adotadas na intenção de abandonar a ideia de que museu constitui-se somente em prédios, ou seja, em um espaço formalizado. Mais especificamente é a adoção do território como espaço museal e/ou passível de musealização. Segundo Hartog (2006), a partir dos anos 1980 uma nova ordem, ou, uma nova configuração sobre o patrimônio, foi estabelecida, [...] *o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam um e outro como vetores da identidade* [...] (HARTOG, 2006, p.266).

Por sua vez, a abordagem e a visualização do patrimônio edificado em um contexto que abrange a comunidade do entorno demonstra interação entre o patrimônio e o lugar, talvez com a ideia de ampliar a relação com o espaço natural ou a interação que envolve alunos das escolas (pessoas) do bairro. É importante considerar o depoimento e a avaliação da professora Semiramis Antunes de Barros que teve o papel de multiplicadora das ações de preservação do patrimônio, pois, a partir de sua avaliação, constata-se que as ações museológicas propostas pelo Ecomuseu possuem um acolhimento positivo.

Ao mesmo tempo em que há uma mudança nas narrativas e a intenção de apropriação do patrimônio mediante uma prática diferenciada, há, também, alguns elementos que persistem nessa nova fase, por exemplo, a apresentação da reprodução iconográfica da cartela barroca da Ponte dos Jesuítas:

O Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica adotou como símbolo a 'Cartela' de estilo barroco que ornamenta a Ponte dos Jesuítas. Trata-se da principal fonte primária para o conhecimento da História local. Nesta cartela barroca encontramos vários elementos informativos os quais nos possibilita um bom início para a investigação histórica (...)
Entre inúmeras versões para esse dístico, optamos pela tradução do Padre Serafim Leite: 'Dobra o joelho, a tão grande nome, dobra-o, tu que passas, porque também aqui, refluindo as águas, se dobra o rio'.
É através dessa versão é que podemos avaliar o quanto torna-se importante a edificação daquele ponte para Santa Cruz. (NOPH, 1984, nº7, capa).

Também permanece a apresentação do poema "A Ponte cantada em versos" de autoria do Padre Jesuíta Rodrigo de Melo. Esses são elementos apresentados no impresso desde a primeira edição do corpus documental, no jornal nº7, de 1984. Além disso, a cartela barroca é

o símbolo do Núcleo de Orientação e Pesquisa de Santa Cruz e, embora não faça parte da nova composição gráfica da capa do jornal O Quarteirão, como ocorria no jornal NOPH, são recorrentes as narrativas que justificam seu uso como símbolo do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, conforme textos e imagens apresentadas.

Percebe-se que de modo muito lento ocorrem mudanças na representação sobre o patrimônio, em meados dos anos de 1990, é o momento em que começam a ser incorporadas representações a respeito do patrimônio popular, mais especificamente sobre o carnaval e sobre as festas religiosas que acontecem no bairro de Santa Cruz. Na edição nº 7, de 1994, em O Quarteirão está explícito o conjunto de mudanças que se apresentam. Mesmo que o periódico continue dando ênfase à preservação do patrimônio pedra e cal, outras abordagens são contempladas, por exemplo, ‘A Festa de São Jorge no Largo do Bodegão’ que obteve espaço nas páginas centrais do periódico, é reconhecida como manifestação popular, conforme se constata no excerto retirado de artigo escrito por Odalice M. Priosti:

Só mesmo o LARGO DO BODEGÃO poderia ser cenário natural para uma tão significativa manifestação popular de fé, tradição e folclore. [...] A estreita ligação entre o passado de boiadeiros, campeiros e cavaleiros do Matadouro, ídolos da nossa infância, e a religiosidade dos fiéis do Santo da Capadócia, fazem-nos refletir sobre a tridimensionalidade desse espaço/cenário, museu vivo de sincretismos e contradições (O Quarteirão, 1994, nº7, p.8).

A edição de O Quarteirão de 1995, nº 12, apresenta, na capa, o que é conhecido como o tripé da museologia comunitária, e a mensagem é apresentada da seguinte maneira:

Patrimônio Cultural
Tripé do Museu Comunitário:
Território, Patrimônio e comunidade.
É dever de todos preservá-los. Só assim guardam a sua Identidade. (O Quarteirão, 1995, nº 12, p.1).

Nesse sentido, Maria Cristina Bruno (1998) diz que a nova museologia visa a desenvolver processos na intenção de que as relações estabelecidas a partir do patrimônio⁶² sejam transformadas em herança e contribuam para a construção das identidades.

⁶² Bruno (1998) entende a concepção mais moderna de patrimônio pela composição do de *conjunto de objetos derivados das relações do homem com o meio ambiente e outros homens; interpretação dessas relações* (p.17).

Também são perceptíveis as mudanças de concepção sobre os museus, incorporadas ao periódico mediante matérias que abordam assuntos técnicos e textos teóricos de outros autores. As narrativas produzidas e publicadas pelos próprios membros e colaboradores do NOPH ganham uma produção textual também com elementos técnicos. Nota-se que as ações educativas são intensificadas, passam a envolver professores e alunos das escolas do bairro, e cria-se uma seção em O Quarteirão para publicação de trabalhos escolares dos alunos das escolas de Santa Cruz.

Realizada a análise e a apresentação das representações sobre patrimônio, museu, ecomuseu e museu comunitário, presentes nos impressos NOPH (1984-1990) e em O Quarteirão (1993-2000), na intenção de verificar rupturas e continuidades presentes em ambos, convém informar que não foi possível acessar a totalidade das edições impressas — algumas edições estão esgotadas e não são encontradas nos arquivos do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz. Portanto, as conclusões ficarão limitadas às considerações finais a seguir apresentadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação teve-se como principal intuito investigar a experiência museológica de Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brasil, verificando-se as representações sobre patrimônio, museu, ecomuseu e museu comunitário difundidas por seus agentes através dos periódicos NOPH (1984-1990) e O Quarteirão (1993-2000). Buscou-se compreender as rupturas e permanências presentes nas narrativas, em dois momentos distintos de atuação do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz.

Destaca-se a relevância do *corpus* empírico, pois o mesmo permitiu refletir e compreender aspectos importantes sobre a constituição do campo da museologia comunitária, especialmente a partir do período em que as práticas passaram a ser estimuladas no Brasil. Além disso, o *corpus* permitiu a compreensão sobre a evolução das ações de preservação do patrimônio e, logo, seu reconhecimento enquanto práticas museológicas até sua transformação em ecomuseu. Os agentes não seguiram a periodicidade anunciada para os dois jornais, tampouco uma permanência de suas seções temáticas. O periódico não serviu apenas como veículo para as ações promovidas pelo Núcleo, conforme anunciado no próprio periódico, mas também para veiculação de assuntos sem relação direta com a pesquisa histórica e com a preservação do patrimônio. Embora os editores tenham anunciado que os impressos cumpriam o papel de veicular informações a respeito do bairro de Santa Cruz foi possível identificar que os periódicos possuíam abrangência sobre outros bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro e sobre municípios próximos. Portanto, o *corpus* documental apresenta considerável potencial para investigações a respeito da história e do patrimônio das imediações.

A primeira reflexão que a pesquisa suscitou diz respeito ao primeiro capítulo, pois foi a partir de uma visão de longa duração sobre a história dos museus que se constatou a possibilidade de compreender de que modo o movimento museológico influenciou a história dos museus. Para tanto, houve a necessidade de contextualizar a ligação que possui a história dos museus com os movimentos da educação. Nesse sentido, pode-se afirmar que a história dos museus contribui para se pensar a história da educação, pois, foi possível verificar que, ao longo desse percurso, a intenção dos museus em educar é recorrente ao longo da história, embora as formas de educar tenham se modificado com o passar do tempo. Outro aspecto

relevante relaciona a criação de coleções aos interesses do conhecimento e da educação, mesmo que, inicialmente, o acesso do público lhes tenha sido restrito.

Na segunda etapa deste estudo apresentou-se o momento histórico que reverberou diretamente sobre o movimento museológico, especialmente na Europa e na América Latina. O desenvolvimento de uma concepção diferenciada para os museus, comumente denominada Nova Museologia, possibilitou uma série de mudanças, principalmente sobre a forma de atuação dos museus e a respeito de sua relação com a sociedade. Ampliou-se significativamente o conceito de patrimônio e as representações patrimoniais e houve uma ressignificação dos espaços museais. O reconhecimento de iniciativas comunitárias desdobrou-se em novos sentidos para a gestão museal, tornando-a mais participativa e compartilhada por um número maior de atores. A noção de público (visitantes), especialmente para ecomuseu/museu comunitário, foi modificada ao considerar “público” esse tipo de museu, seus próprios agentes e os habitantes de seu território.

Os conceitos, especialmente sobre os ecomuseus e/ou museus comunitários, foram surgindo e sendo modificados a partir das práticas em diversos lugares. A princípio houve uma intencionalidade em oferecer conteúdo ao conceito, mas, logo, as práticas consideradas inovadoras passaram a ser inseridas no movimento da nova museologia, ou seja, passaram a compor o campo museológico. A proposta de ecomuseu/museu comunitário tem sua inovação justamente no fato de que, na prática, cada experiência apresenta suas peculiaridades. No entanto, alguns preceitos básicos autorizam a inserção desses museus no campo da museologia comunitária, a partir do fato de que existem indicativos empíricos que demonstram que a museologia comunitária, a ecomuseologia e sociomuseologia possuem um campo constituído, o que se comprova através do Movimento Internacional por uma Nova Museologia (Minom). Além disso, há uma considerável produção intelectual sobre o tema.

Contudo, em uma aproximação ao corpus documental e ao analisá-lo foi possível verificar que, diante dessa conclusão prévia, era necessário pensar sobre os sentidos que o patrimônio possui para além da representação em determinada realidade, principalmente quando esta realidade não foi vivenciada por aqueles que desejam sua preservação. Portanto, decidir sobre quais patrimônios representam determinadas comunidades ou grupos sociais é tomar do destaque e do lugar que cada grupo ocupa. Escolher elementos que representem o lugar e até mesmo a identidade trata-se, portanto, de seleção. Entende-se que os agentes do NOPH e de O Quarteirão utilizaram a estratégia que se relaciona ao acúmulo de capital

simbólico, de maneira a legitimar, através dos impressos, o que julgaram merecedor de reconhecimento, valendo-se de uma memória seletiva para definir o que deveria ser preservado.

Representar é escolha que parte de algum lugar, mesmo quando se trata de iniciativas comunitárias que pressupõem participação coletiva. Além disso, é explícita a existência da formação de um campo formado pelos agentes que compõem a diretoria do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz, sendo esse campo composto por diversos atores sociais distribuídos em diferentes áreas de atuação — magistério, arquitetura, medicina, odontologia, artes, economia, museologia, entre outros, além de políticos e comerciantes.

Ao mapear os artigos de ambos os periódicos foram identificados dois momentos que se relacionam às representações construídas sobre patrimônio, museu, ecomuseu/museu comunitário.

No primeiro momento, as evidências encontradas nos artigos dispostos no jornal NOPH (1983-1990) indicam que a representação sobre patrimônio é sinônimo para monumento edificado a partir do olhar histórico e artístico. Nesse período, observa-se a recorrência de representações que se relacionam às narrativas do patrimônio histórico e artístico, definido pelas políticas públicas, especialmente em nível nacional. Nessas representações valoriza-se o patrimônio vinculado aos marcos edificados com referência a determinados períodos históricos, como o período jesuítico ou imperial. Foi possível perceber que o patrimônio apresentado ao longo do *corpus* documental, serviu de suporte para a narrativa encontrada no discurso do NOPH e do Ecomuseu. Apesar de alguns discursos do NOPH reivindicarem uma história não apenas dos heróis, a escolha do patrimônio a ser preservado envolveu uma contradição, pois os monumentos que cingem maior preocupação são os ligados à tradição, aos Jesuítas e ao Império. Há uma clara tentativa de estar ligado à memória nacional, contudo partindo de uma valorização do local. A reafirmação da memória Jesuítica e do Império, da presença dos Nobres em Santa Cruz é constante.

Verificou-se que as narrativas constituídas a partir dos patrimônios edificados serviram a algumas finalidades, entre as quais, a de gerar o sentimento de orgulho sobre um passado supostamente glorioso, na intenção de demonstrar a importância do bairro de Santa Cruz de outrora, pois, na época de circulação dos impressos, conforme as narrativas mais recorrentes, identifica-se um sentimento de abandono por parte do Estado. As denúncias sobre

o abandono dos *monumentos de grande valor histórico e artístico* para o país indicam que o patrimônio serve, também, de pretexto para que os olhares se voltem para Santa Cruz. Tal assertiva confirma-se quando se verifica a que locais os impressos são remetidos, pois além da população do bairro e arredores, os jornais são enviados para repartições públicas: Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais, Câmara de Vereadores, escolas, museus e demais instituições culturais.

Sobre a representação de museu, os rastros indicam o desejo da constituição de um museu histórico que conte a história apresentada a partir das narrativas que o patrimônio edificado proporciona. Não muito distante da visão sobre o patrimônio está a visão de história priorizada com marcas de história factual. O museu é compreendido como suporte didático para os professores e para as escolas do bairro de Santa Cruz.

Na segunda fase do *corpus* que compreende os exemplares de O Quarteirão (1993-2000), a representação de patrimônio vai sendo dilatada lentamente. É possível considerar que, ao passo que foram engendradas aproximações com o pensamento museológico internacional, especialmente o francês, houve uma abertura sobre as representações exibidas ao longo da edição do periódico O Quarteirão, pois, percebe-se que, quanto mais próximo aos anos 2000, há uma abertura de espaço para as publicações sobre a cultura popular, manifestações religiosas, carnavalescas, da memória do futebol e sobre meio ambiente no bairro de Santa Cruz. Contudo, ainda não foi possível identificar se essa diversidade foi tratada enquanto patrimônio, havendo, no entanto, a valorização de algumas manifestações pontuais. Nesse segundo período continuou sendo apresentado como patrimônio santacruzense o patrimônio edificado, os monumentos dos períodos Jesuítico e Imperial; patrimônio que faz referências aos monumentos considerados evocativos e celebrativos de uma memória-história hegemônica, o que, sob o ponto de vista da legislação brasileira para o patrimônio, é possível compreender, pois a legislação para o patrimônio imaterial surge somente no ano 2000 explícito no Decreto 3.551 para o patrimônio imaterial. Contudo, desde os anos de 1980 já se discutiam as reconfigurações para a política federal de patrimônio, sobretudo quanto à ampliação para uma política que priorizasse a atenção para a diversidade patrimonial, voltada para a heterogeneidade cultural do país.

Quando há uma apropriação de novos conceitos, ou seja, do conceito de ecomuseu, percebe-se que outros elementos passam a fazer parte das representações dos grupos comunitários envolvidos com o Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz e

com o Ecomuseu do Quarteirão. As evidências encontradas a partir do jornal O Quarteirão levam ao entendimento de que o patrimônio disposto ao longo do território do bairro é considerado acervo do Ecomuseu, do mesmo modo que as pessoas que compõem a comunidade alocada naquele território. Timidamente, em fins dos anos de 1990, e de forma mais veemente no início do ano 2000, a memória (documento) passou a ser considerada patrimônio.

Ao longo das reflexões foi possível observar que há uma necessidade emergente de esclarecimento no que tange à distinção criada a respeito dos museus comunitários e ecomuseus. O que fica evidente na apresentação dos conceitos sobre ecomuseu e museu comunitário é que ambos são sinônimos, embora no início de sua criação houvesse um entendimento e intenção de associá-lo ao meio ambiente. Nas edições de O Quarteirão é possível observar que, em alguns momentos, o Ecomuseu é denominado Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz. Talvez seja necessário reforçar que os ecomuseus ou museus comunitários são uma tipologia desenvolvida mais recentemente e não uma tipologia que necessariamente empregue processos museológicos inovadores. Praticar a museologia comunitária não necessariamente abra espaço para a ampla participação dos indivíduos que compõem a comunidade, pois é possível observar que, na maioria dos casos, apresentados ao longo do capítulo segundo, essa participação foi esporádica. No entanto, o entendimento de criar e desenvolver práticas de museologia comunitária perpassa o fato de o museu realizar esforços para contar histórias que envolvem os grupos pertencentes à comunidade e desenvolver metodologias participativas, com a intenção de agregar novos adeptos às práticas museológicas, aqui entendidas como práticas educativas.

Para encerrar essas considerações, chama-se a atenção para o fato de que o Ecomuseu de Santa Cruz contribuiu para o desenvolvimento do movimento museológico brasileiro. Considerando-se que esse Ecomuseu serviu como objeto de estudos e produção do conhecimento acerca de suas ações, sobretudo no que tange às práticas que envolvem grupos comunitários, o Núcleo corroborou a mudança de paradigmas no campo da museologia. Entende-se que as ações desenvolvidas a partir do NOPH, e mais recentemente a partir do Ecomuseu, foram fundamentais para a preservação do patrimônio nacional, mesmo que este seja considerado pelos agentes do campo do patrimônio de Santa Cruz, através de suas releituras e ressignificações, como patrimônio do bairro.

Considera-se que os jornais, enquanto suporte para comunicação das ações do Ecomuseu de Santa Cruz, desenvolveram papel relevante, no sentido de inaugurar um veículo de autorreconhecimento, da criação de uma rede de conhecimento e identificação, de mobilização coletiva e, especialmente na segunda fase de análise, quando é inaugurado o impresso O Quarteirão, pode-se considerar que há uma nova proposta educacional para museus. A organização dos agentes do NOPH/Ecomuseu de Santa Cruz compôs um campo específico que possibilitou negociações e influências sobre as decisões e definições de políticas públicas para o patrimônio, no município do Rio de Janeiro, e os manteve enquanto protagonistas das decisões sobre a manutenção do patrimônio local. É perceptível que a produção do Jornal NOPH e, posteriormente, o Jornal O Quarteirão configuram-se mecanismos para o reconhecimento de Santa Cruz como um bairro importante historicamente para a cidade do Rio de Janeiro. Também produz legitimidade do grupo que desenvolve ações de pesquisa histórica e divulgação e, posteriormente, de ações museais. Portanto, entende-se que nesse contexto, o museu foi utilizado como instrumento de poder e de reafirmação dos agentes locais.

A respeito da inserção do pensamento de Paulo Freire na museologia é necessário observar que tal fenômeno ocorreu inicialmente na Europa e somente a partir de meados dos anos de 1980 foi introduzido na museologia brasileira.

Finalmente faz-se necessário fechar a escrita da dissertação retornando às primeiras linhas da introdução, quando foram relatadas as experiências pessoais até o início desta escrita. Considero que, atualmente, me encontro em um momento diferente daquele do início, passei por muitas transformações e novos aprendizados. Algumas “crenças” foram abandonadas, outras formas de pensar se solidificaram e encontraram ainda mais respaldo a partir de reflexões aprofundadas da prática. Esta dissertação possibilitou o estudo de um grupo em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, além de revisitar e autoavaliar as práticas desenvolvidas por mim no Museu Comunitário Lomba do Pinheiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa/Roco, 1996.

AIDAR, Gabriela. Museologia e inclusão social. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 31, p. 53-62, jan./jun. 2002.

ALMEIDA, Nádia, H. O. Iniciando pelo meio: O projeto do ecomuseu de Maranguape. Cachoeira, 2012. Disponível em: <http://www.slideshare.net/AdrianaCosta8/artigo-iniciando-pelo-meio-ecomuseu-de-maranguape-ndia-almeida> acesso em 13 novembro de 2012.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Orgs.). A memória do pensamento museológico contemporâneo: Documentos e Depoimentos. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. Disponível em: <http://www.icom.org.br/memória%20do%20pensamento%20museológico4.pdf>, acesso realizado em 28 de dezembro de 2011.

BACZKO, Bronislaw. A Imaginação Social. In: Leach Edmund ET alii Anthropos Hoem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. Anais do Museu Paulista: São Paulo, v. 3, jan./dez. 1995.

BASTOS, M.H.C. História da Educação (Verbetes) in: MOROSINI, Marília Costa (Coord.). Enciclopédia de Pedagogia universitária. Glossário. Vol. 2. Brasília: INEP, 2006. pp. 67-68.

BASTOS, Maria Helena C. A imprensa de educação e de ensino: repertórios analíticos. O exemplo da França. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, Apr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso realizado em 11 Jan. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782007000100013>.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa, Difel. 1989.

BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M. F. Movimentos Culturais da Juventude – São Paulo: Moderna, 1990.

BREFE Ana Cláudia Fonseca, “Os primórdios do Museu: da elaboração conceitual à instituição pública”, en: Projeto História, núm. 17, São Paulo, PUC-SP, 1998.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional. São Paulo: UNESP, 2005.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. A museologia como uma pedagogia para o patrimônio. Ciências e Letras, FAPA, Porto Alegre, n.31, jan-jun 2002, p. 87-97.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museologia e turismo. São Paulo: CEETEPS, 1998.

_____. **Generosidade e Acessibilidade : A Contribuição da Metodologia Museológica na Construção da Noção de Pertencimento. In: Anais III EIEMC/ X Atelier Internacional do MINOM – ABREMC: Santa Cruz, Rio de Janeiro, 2004.**

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Orgs.) Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. Disponível em: <http://www.icom.org.br/memória%20do%20pensamento%20museológico4.pdf>, acesso realizado em 28 de dezembro de 2011.

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade. – 4.ed. São Paulo: Ed. USP, 1997.

_____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, p. 95-115, 1994.

_____. Consumidores e cidadãos. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001.

CARVALHO, José Murilo. A formação das Almas: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALCANTE, M. J. M. . O jornal como fonte de pesquisa no campo da História Educacional. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal. História e memória da educação brasileira. Natal : Editora Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CHAGAS, Mario S.. 2ª PARTE - POROROCA. **Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia**, América do Norte, 13, Jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/324/233>>. Acesso em: 19 Out. 2012.

_____. RESPOSTAS DE HUGUES DE VARINE ÀS PERGUNTAS DE MÁRIO CHAGAS. **Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia**, América do Norte, 5, Jun. 2009a. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/248/157>>. Acesso em: 23 set. 2012

_____. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ibram/Garamond, 2009b.

_____. Casas e Portas da Memória e do Patrimônio. Em *Questão*. V.13, n.2, 2007. p. 207 -224.

_____. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Argos: Chapecó, 2006.

CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1998. p. 13-28

Constança, J.. A evolução de conceitos entre as declarações de Santiago e de Caracas - **Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia**, América do Norte, 1, Mai. 2009. Disponível em:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/477/380>>.

Acesso em: 02 Dez. 2012.

CURY, C. R. J. . Do Iluminismo de Rousseau aos dias atuais. Revista Nova Escola, São Paulo, n.Especial, p. 09-12, 2004.

CURY, C. R. J. ; FERRARI, M. Del Iluminismo de Rosseau a los días actuales. Grandes Pensadores: Historia del Pensamiento Pedagógico Occidental. Buenos Aires: Papers Editores, 2005, v., p. 21-28.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.) Fontes Históricas. São Paulo; Contexto, 2005.

Definição de museu, acesso disponível em http://icom.museum/hist_def_eng.html - acesso realizado em julho de 2012

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 6ª edição revista e ampliada. São Paulo: Gaia, 2000.

DORNELLES, B. *A imprensa local. Disponível em: [http://encipcom.metodista.br/mediawiki/index.php/Imprensa Local - Beatriz Dornelles](http://encipcom.metodista.br/mediawiki/index.php/Imprensa_Local_-_Beatriz_Dornelles), Acesso em janeiro de 2012.*

DORNELLES, B. O local em destaque: jornais de bairro x cadernos de bairros. In.: Revista Estudos em Jornalismo e mídia. Vol.9 nº 1, Santa Catarina, jan-jun 2012. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/.../22318. Acesso em: 21/10/2012.

ESTEVE, José M. Mudanças Sociais e Função Docente. In: NÓVOA, António (Org.). Profissão Professor. 2ª Ed. Porto Editora, Porto, 2008.

FERRARI, M., A pedagogia começa na Grécia Antiga. Revista Nova Escola, São Paulo, n.Especial, p. 09-12, 2004.

FILHO, Italo Diblasi; Ecologia Geral, 1ª edição, SP, Editora Moderna, 2007.

FILIPE, Graça. Ecomuseu Municipal do Seixal: 18 anos: Maturidade e Renovação. In: Atas do II Encontro Internacional de Ecomuseus. NOPH/ MINOM/ ICOFOM LAM, Rio de Janeiro, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FONSECA, T. N. de Lima. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, C.G.; FONSECA, T. N. de Lima. História e Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 49-75.

FREIRE, A. M. Araújo. Vida e Obra de Paulo Freire. In: I Encontro Internacional de Educação de Jovens e Adultos. Recife. 1998. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/663/546> acesso em: 13 de novembro de 2012.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. Cortez: São Paulo, 1989.

_____. Ação Cultural para a Liberdade. 5ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GARCIA, T. da Costa. Tudo Bem e o nacional-popular no Brasil dos anos 70. História. São Paulo, v. 26, nº2, p. 182-200, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742007000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09/10/2009

GESTEIRA, Heloísa Meireles. O Recife holandês: História natural e colonização neerlandesa (1624-1654). REVISTA DA SBHC, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-21, jan./jun. 2004.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memórias e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais. In: Estudos Históricos. Vol. 1, nº 2. Rio de Janeiro, 1988.

_____. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz (org.). Identidade e diferença - a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. Varia História, Belo Horizonte, vol 22 nº 36: p. 261-273, jul/dez 2006.

JODELET, D. Folie et représentations sociales. Paris: PUF, 1989.

KLUT, Ana Teresa Macedo. Economuseu: Casa de Bordados. ULHT: Lisboa, Dissertação de Mestrado, 2003.

LERSCH, Tereza Morales. OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história? In: Atas da I Jornada de Formação em Museologia Comunitária. ABREMC/Ecomuseu de Santa Cruz/ NOPH, Rio de Janeiro, 2009.

_____. O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?

CONFERENCIA NACIONAL DE LA ASOCIACIÓN NACIONAL DE ARTES Y CULTURA LATINAS. Kansas City, Missouri, EUA. 2004. (Tradução: Odalice M. Priosti - Maio de 2008). Disponível em: <<http://www.abremc.com.br/pdf/5.pdf>>.

Acesso em: 12 dez. 2011.

LIMA, Antonio José Costa; PASSOS, Evandro Ferreira. O ecomuseu e o desenvolvimento local. Disponível em: <http://www.redpop.org/pagina%20portugues/8reunion/8reunionp.html>. Acesso em: 29 out. 2009.

LOPES, M. M., O Brasil descobre a pesquisa científica. São Paulo: Hucitec, 1997.

LUPORINI, Teresa Jussara. “Lugares da memória”: políticas pela preservação do patrimônio cultural. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n.27, p.205-217, jan.-jun.2000.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e “Status”*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MARTINS, M. T. Resende. **Metodologias alternativas exitosas e a busca do desenvolvimento humano sustentável. S/d. Disponível em: <http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=2> Acesso em: 16 de novembro de 2012.**

MATTOS, Yára; MATTOS, Ione. *Abracaldabra: Uma aventura afetiva-cognitiva na relação museu-educação*. Ouro Preto: UFOP, 2010.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOUTINHO, Mário. 20 anos de museologia: um caminho de dúvidas e opções. In: *Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus/ IX ICOFOM LAM*. Rio de Janeiro, 2000.

NEUMANN, Laurício. *Educação e comunicação alternativa*. Petrópolis: Vozes, 1991.

NÓVOA, António. Os Professores e as Histórias de sua vida. In: NÓVOA, A. *Vidas de Professores*. 2ª Ed. Porto: Editora Porto, 2007.

NÓVOA, António. “A imprensa de educação e ensino: concepções e organização do repertório português.” In: BASTOS, Maria Helena Câmara. CATANI, Denise Barbara. (Orgs.) *Educação em revista: a imprensa e a história da educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. p.11-31.

NUNES, Clarice. *História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos*. *Teoria & Educação*. n.6, 1992. p.151-182.

NUNES, Clarice. (Des)Encantos da modernidade pedagógica. In: TEIXEIRA, Eliane Marta et. (org). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. *Educação museal – Entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional*. Orientador: Mário de Souza Chagas. UNIRIO – MAST, 2010. Dissertação.

POSSAMAI, Zita Rosane. “Lições de Coisas” no museu: o método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. In: VIII Congresso Luso-Brasileira de História da Educação. São Luís/Maranhão, 22 a 25 de agosto de 2010.

_____. *Nos Bastidores do Museu: Patrimônio e Passado da Cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

PRIOSTI, Odalice M., *Ecomuseu Urbano e Iniciativas Comunitárias: Autonomia, liberdade e cidadania na relação com o Patrimônio*. In: *Atas do II Encontro Internacional de Ecomuseus*. NOPH/ MINOM/ ICOFOM LAM, Rio de Janeiro, 2000.

_____. Memória, Comunidade e Híbridação: museologia da libertação e estratégias de resistência. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, UNIRIO, 2010.

RIVIÈRE, G. H. La museología: curso de museología, textos y testimonio. Madrid: Akal, 1989. Disponível em: <http://sbdfluc.sib.uc.pt/?q=content/la-museolog%C3%AD-curso-de-museologiatextos-y-testimonios> acesso realizado em julho de 2012.

SANTOS, Maria Célia T. Moura., Reflexões sobre a nova museologia. In: Encontros museológicos - reflexões sobre a museologia a educação e o museu. Rio de Janeiro: Iphan/MinC/DEMU. 2008

_____. Estratégias museais e patrimoniais contribuindo para a qualidade de vida dos cidadãos: diversas formas de musealização. Ciências e Letras, FAPA, Porto Alegre, n.27, jan-jun 2000, p. 103-120.

SCHEINER, Tereza. Museologia, Sociedade, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável. Caderno de textos II, Museologia 3, Texto nº 36, UNIRIO: Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2004, vol.19, n.55, pp. 53-72. Acesso realizado em agosto de 2012.

SILVA, M. P. ; FRANCO, G. Y. Imprensa e História política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal na pesquisa histórica. Revista eletrônica história em reflexão (UFGD), v. 4, p. 1-11, 2010. Disponível em www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/.../575 acesso realizado em 11 de jan 2012.

SOARES, Bruno C. B. Entendendo o ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia. Revista Eletrônica Nova Museologia. Ano 1, nº 2. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006. Disponível em: <http://www.unirio.br/jovemmuseologia/> acesso realizado em 19 de dezembro de 2011.

SODRÉ, N. W. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUSA E SILVA, José Sancho de. Ecomuseologia como forma de desenvolvimento integrado. X Jornadas sobre a função social do museu. Braga: Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso, Movimento Internacional para Uma Nova Museologia (MINON). 1998.

SOUZA, Maria Emília Medeiros de. Ecomuseu de Itaipu. In: Coletânea de artigos. Disponível em www.abremc.com.br, 2008, acesso realizado em 13 de outubro de 2011.

SUANO, Marlene. O que é museu? São Paulo: Brasiliense, 1986.

TORAL, Hernan Crespo. Função Educativa dos Museus. In: A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: documentos e depoimentos. Araújo, Marcelo Mattos; BRUNO. Maria Cristina Oliveira (Orgs.) Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. Disponível em: <http://www.icom.org.br/memória%20do%20pensamento%20museológico4.pdf>, acesso realizado em 28 de dezembro de 2011.

VARINE, Hugues de. As raízes do futuro. O patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre, Medianiz. 2012.

_____. O Ecomuseu. In: Revista Ciências e Letras da FAPA, nº 27. Porto Alegre, 2000.

Varine, Hugues de. O Tempo Social. Rio de Janeiro: Eça Editora, 1995.

_____. Notas sobre um projeto de museu comunitário. In: Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus. Rio de Janeiro, Printel: 1992.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Reflexões museológicas, [entrevista a Mário Chagas]. Quarteirão. Rio de Janeiro, mar./abr. 1997.

ZICMAN, R. B, História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas. In.: Revista Projeto História: História e Historiografia: contribuições e debates. v. 4, São Paulo: PUCSP, 1985.

APÊNDICES

Apêndice I – Levantamento Equipes responsáveis pela edição do NOPH e membros da direção do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz (1984 - 1990). Jornal:

NOPH

Edição nº	Equipe responsável	Profissões
1984 nº 07, 08, 09, 10, 12, 14,	1. Antonio Nicolau Jorge (Coord. Geral); 2. Jorge Iriarte Kayser (Coord. de assuntos financeiros); 3. José Francisco Tofani (Coord. de Divulgação); 4. Marcio Antonio de Azevedo (Coord. de Estudos e Projetos); 5. Sinvaldo do Nascimento Souza (Coord. de assuntos administrativos).	1.; 2.; 3.; 4.; 5. Professor de História e museólogo.
1985 nº15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24	1. Antonio Nicolau Jorge (Coord. Geral); 2. Jorge Iriarte Kayser (Coord. de assuntos financeiros); 3. José Francisco Tofani (Coord. de Divulgação); 4. Marcio Antonio de Azevedo (Coord. de Estudos e Projetos); 5. Sinvaldo do Nascimento Souza (Coord. de assuntos administrativos).	
1986 nº 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33	1. Antonio Nicolau Jorge (Coord. Geral); 2. Walter Vieira Priosti (Coord. de assuntos financeiros); 3. José Francisco Tofani (Coord. de Divulgação); 4. Marcio Antonio de Azevedo (Coord. de Estudos e Projetos); 5. Sinvaldo do Nascimento Souza (Coord. de assuntos administrativos).	
1989 nº04 Exemplar sem editorial	1. Antonio Nicolau Jorge (Coord. Geral); 2. Sinvaldo do Nascimento Souza; 3. Leone Augusto Ribeiro da Silva (Coord. de Assuntos administrativos); 4. José Francisco Tofani; 5. Nichol Xavier Aratuba (Coord. de divulgação); 6. Walter Vieira Priosti; 7. Wilson Coelho da Silva; 8. Oscar de Moraes -cobrador domiciliar- (Coord. de assuntos financeiros)	4. comerciante e fotógrafo; 5. professor de Inglês, fotógrafo e artesão;
1990 nº01, 02, 03	1. Antonio Nicolau Jorge (Coord. Geral); 2. Sinvaldo do Nascimento Souza; 3. Leone Augusto Ribeiro da Silva (Coord. de Assuntos administrativos); 4. Nichol Xavier Aratuba; 5. Roberto de Oliveira (Coord. de	

	divulgação); 6. Walter Vieira Priosti; 7. José Luiz de Moura (Coord. de assuntos financeiros); 8. Adinalzir Pereira Lamego; 9. Márcio Antonio de Azevedo (Coord. de Estudos e projetos).	
--	--	--

Apêndice II - Equipes responsáveis pela edição do Jornal O Quarteirão e pela coordenação do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz (1993 – 2000)

Edição nº	Equipe responsável	Profissões
1993 nº 1	1.Antonio Nicolau Jorge 2. Sinvaldo do Nascimento Souza; 3.Walter Vieira Priosti; 4.Nichol Xavier Aratuba; 5.Adinalzir Pereira Lamego – COLABORADORES:6.Cézar Moutinho; 7. Cristine Tenuto; 8. Odalice Miranda Priosti; 9.Ana Lúcia Monteiro; 10.Oswaldo Eduardo Lioi; 11.Semíramis Antunes Barros; 12. Marisa Valente dos Santos Pimenta; 13.Maria da Conceição Machado; 14. Hélio de Santana; 15.Ivane Sales; 16. José Luthgard de Azevedo; 17.Aloísio Caldas	1. Dentista; 2. Professor de história e museólogo; 3.Economista; 4. ; 5. ; 6.professor ;7.professora; 8. Professora de língua francesa; 9. ;10.arquiteto ; 11. Professora de história; 12. ; 13.; 14. ; 15. ; 16. ; 17.
1993 nº 2, 3	1.Antonio Nicolau Jorge 2. Sinvaldo do Nascimento Souza; 3.Walter Vieira Priosti; 4.Nichol Xavier Aratuba; 5.Adinalzir Pereira Lamego – COLABORADORES:6.Cézar Moutinho; 7. Cristine Tenuto; 8. Odalice Miranda Priosti; 9.Ana Lúcia Monteiro; 10.Oswaldo Eduardo Lioi; 11.Semíramis Antunes Barros; 12. Marisa Valente dos Santos Pimenta; 13.Maria da Conceição Machado; 14. Hélio de Santana; 15.Ivane Sales; 16. José Luthgard de Azevedo; 17.Aloísio Caldas; 18. Leone Augusto Ribeiro da Silva; 18.Hermínio de Mello Ferreira	
1993 nº 4	1.Antonio Nicolau Jorge 2. Sinvaldo do Nascimento Souza; 3.Walter Vieira Priosti; 4.Nichol Xavier Aratuba; 5.Adinalzir Pereira	1. Dentista; 6. Professor de inglês; 10. Arquiteto; 11. Professora de história;

	Lamego – COLABORADORES: 6.Cézar Moutinho; 7. Cristine Tenuto; 8. Odalice Miranda Priosti; 9.Ana Lúcia Monteiro; 10.Oswaldo Eduardo Lioi; 11.Semíramis Antunes Barros; 12. Marisa Valente dos Santos Pimenta; 13.Maria da Conceição Machado; 14. Hélio de Santana; 15. José Luthgard de Azevedo; 16.Aloísio Caldas; 17. Leone Augusto Ribeiro da Silva; 18. Juarez Jujuba	
1994 nº 7, 8, 9	1.Antonio Nicolau Jorge 2. Sinvaldo do Nascimento Souza; 3.Walter Vieira Priosti; 4.Nichol Xavier Aratuba; 5.Adinalzir Pereira Lamego – COLABORADORES: 6.Cézar Moutinho; 7. Cristine Tenuto; 8. Odalice Miranda Priosti; 9.Ana Lúcia Monteiro; 10.Oswaldo Eduardo Lioi; 11.Semíramis Antunes Barros; 12. Marisa Valente dos Santos Pimenta; 13.Maria da Conceição Machado; 14. Hélio de Santana; 15. José Luthgard de Azevedo; 16.Aloísio Caldas; 17. Leone Augusto Ribeiro da Silva; 18. Juarez Jujuba	
1995 nº10	Coordenadoria do NOPH: 1.Sinvaldo do Nascimento Souza;2. Walter Vieira Priosti; 3.Nichol Xavier Aratuba; 4.Adinalzir Pereira Lamego – COLABORADORES: 6. Oswaldo Eduardo Lioi; 7.Cézar Moutinho; 8. Cristine Tenuto; 9. Odalice Miranda Priosti; 10.Ana Lúcia Monteiro;11.Semíramis Antunes Barros; 12. Marisa Valente dos Santos Pimenta; 13.Maria da Conceição Machado; 14. Hélio de Santana; 15. José Luthgard de Azevedo; 16.Aloísio Caldas; 17. Leone Augusto Ribeiro da Silva; 18. Juarez Jujuba	

1995 nº11, 12, 13, 14	1.Sinvaldo do Nascimento Souza;2. Walter Vieira Priosti; 3.Nichol Xavier Aratuba; 4.Adinalzir Pereira Lamego – Conselho Editorial: 5.Sinvaldo do Nascimento Souza; 6. Walter Vieira Priosti; 7. Odalice Miranda Priosti; 8. Newton da Costa; 9.Cézar Moutinho; 10. Cristine Tenuto; 11.Oswaldo Eduardo Lioi.	
1996 nº16, 17, 19, 20	Coordenadoria do NOPH (Biênio 95-97): Coordenador Geral: 1.Newton da Costa; 2.Coordenador de assuntos administrativos: Walter Vieira Priosti; Vice 3.Cristine Tenuto; Coordenador de divulgação 4. Sinvaldo do Nascimento Souza; vice 4. Hélio de Sant’Ana; Coordenador de estudos e projetos 5.Odalice Miranda Priosti; vice 6.Edite Moraes da Costa; Coordenador de assuntos financeiros 7.Enéas Alves Pereira; vice 8. Marisa Valente Pimenta	
1997 nº 20, 21, 22, 23, 24,25	Coordenadoria do NOPH (Biênio 95-97): Coordenador Geral: 1.Newton da Costa; 2.Coordenador de assuntos administrativos: Walter Vieira Priosti; Vice 3.Cristine Tenuto; Coordenador de divulgação 4. Sinvaldo do Nascimento Souza; vice 5. Hélio de Sant’Ana; Coordenador de estudos e projetos 6.Odalice Miranda Priosti; vice 7.Edite Moraes da Costa; Coordenador de assuntos financeiros 8.Enéas Alves Pereira; vice 9. Marisa Valente Pimenta	
1998 nº25, 26, 28,	Coordenadoria do NOPH Coordenador Geral: 1.Newton da Costa; 2.Coordenador de assuntos administrativos: Walter Vieira Priosti; Vice 3.Maria José Coelho da Silva; Coordenador de estudos e projetos 5.Odalice Miranda Priosti;	

	<p>vice 6.Edite Moraes da Costa; Coordenador de divulgação 7. Hélio de Oliveira SantAna; vice 8.Margarete de Melo Seabra; Coordenador de assuntos financeiros 9. Dra. Dorotéa Racca da Silva; vice 10.Marisa Pimenta Valente.</p>	
1998 nº 30	<p>Coordenadoria do NOPH Coordenador Geral: 1.Newton da Costa; 2.Coordenador de assuntos administrativos: Walter Vieira Priosti; Vice 3.Teresinha de Jesus Lioi Malachini; Coordenador de estudos e projetos 5.Odalice Miranda Priosti; vice 6.Edite Moraes da Costa; Coordenador de divulgação 7. Dorotéa Racca da Silva vice 8.Margarete de Melo Seabra; Coordenador de assuntos financeiros vice 9. Fátima das Neves João</p>	
1999 nº 31, 32, 33, 34, 35	<p>Coordenadoria do NOPH Coordenador Geral: 1.Newton da Costa; 2.Coordenador de assuntos administrativos: Walter Vieira Priosti; Vice 3.Teresinha de Jesus Lioi Malachini; Coordenador de estudos e projetos 5.Odalice Miranda Priosti; vice 6.Edite Moraes da Costa; Coordenador de divulgação 7. Dorotéa Racca da Silva vice 8.Margarete de Melo Seabra; Coordenador de assuntos financeiros vice 9. Fátima das Neves João</p>	
2000 nº 36, 37	<p>Coordenadoria do NOPH Coordenador Geral: 1.Newton da Costa; Coordenador de assuntos administrativos:2.Odalice Miranda Priosti; Vice 3.Teresinha de Jesus Lioi Malachini; Coordenador de estudos e projetos 4.Silvia Regina da Silva Melo; vice 5.Edite Moraes da Costa; Coordenador de</p>	

	divulgação: 6. Dorotéa Racca da Silva vice 7.Margarete de Melo Seabra; Coordenador de assuntos financeiros 8. José Carlos Moreira da Silva vice 9.Luiz Antonio da Costa Abreu.	
--	--	--

Apêndice III – Correspondências recebidas pelo NOPH (1984 – 1990)

Remetente	Cargo	Assunto	Localização
Dr. Roberto Moreira	Chefe de gabinete da sec. Cultura MEC	Remeteu publicações editadas pela fundação pró-memória	1984 n° 7 p. 5
Heberto Sales	Escritor – Diretor do Inst. Nacional do Livro	Remeteu 14 livros para biblioteca NOPH	Idem
Janette Alves da Costa	Chefe da Biblioteca do Museu Nacional de Belas Artes	Agradecendo o envio do Boletim NOPH e solicitando os exemplares anteriores	Idem
Rachel Jardim	Secretária executiva do Conselho Municipal do Patrimônio do RJ	Agradece e reforça oferecimento de ajuda ao NOPH	Idem
Ana Lúcia de Castro	Museóloga responsável pela documentação do Museu da Imagem e do Som (MIS)	Informando sobre acervo existente no MIS sobre Santa Cruz	Idem
Oswaldo Luiz	Vereador	Informando sobre projeto de criação do Centro Cultural de Santa Cruz no prédio da Escola Princesa Isabel	Idem
Museu Villa Lobos	Institucional	Remessa do boletim técnico cultural do Museu	Idem
Edvaldo Feitosa da Silva	Morador de Sepetiba	Elogios e informações de formas de associação	Idem
Francisco D. R. Pfaltzgraff	Morador do Grajaú	Troca de informações acerca dos angares zeppelins (sobre tombamentos)	Idem
Biblioteca Nacional	Institucional	Solicitando exemplar do boletim NOPH	1984 n°8 p.4
Museu Histórico da	Institucional	Convite para debate	Idem

Cidade			
Francisco D. R. Pfaltzgraff	Morador Grajaú	Forneceu Informações sobre os dirigíveis Zeppelin	Idem
Lúcia d'Avila Freire de Carvalho	Curadora herbário do Jardim Botânico do RJ	Agradecendo e parabenizando pelo boletim do NOPH	1984 n°12 p. 16
Lilian Barreto	Diretora do Museu da República	Agradece envio das publicações e parabeniza pelo trabalho.	Idem
Prof. Maria da Conceição Alves de Guimaraens	Assessora Acadêmica do PPG e extensão universitária Candido Mendes	Agradece e parabeniza pelo boletim	Idem
Kátia Verônica Marinho Torres Bandeira	Museu academia nacional de medicina	Elogio a publicação do NOPH	Idem
Dr. Isaac Benac		Solicitação do jornal do NOPH	1985 n°14 p. 14
Francisco D. R. Pfaltzgraff	Morador Grajaú	Forneceu Informações sobre os dirigíveis Zeppelin	Idem
Prof. Gilson do Carmo Batista		Informe sobre contato com adm. Regional do bairro Campo Grande para preservação do marco n° 8 da Fazenda Imperial de Santa Cruz	1985n°16 p.12
Célia G. Breder	Biblioteca Centro de documentação, pesquisa e informação de assuntos educacionais – CEDAU	Agradecendo recebimento NOPH	Idem
Prof. José Maria de Souza Dantas	Dir. Faculdade de ciências humanas, Letras e Artes – SUAM	Agradecendo o exemplar do NOPH e parabenizando pelo trabalho	Idem
Prof. Carlos Venceslau	Faculdade Castelo Branco	Solicitando contato sobre pesquisa	Idem

Francisco Alves Siqueira	Autor do livro Barra de Guaratiba	Agradecendo a divulgação de sua pesquisa sobre o bairro	Idem
Profa. Maria Eugenia Malta Serra		Agradecendo os exemplares do NOPH e informando que faz uso deles em suas aulas	Idem
José Talarico	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	Agradecendo o exemplar recebido e parabenizando pela divulgação de assuntos de interesse público	Idem
Artur Ferreira Filho	Instituto Histórico e Geográfico do RS	Agradecimento do recebimento do NOPH	1985 n° 18 p.14
Dr. Fernando O.M. O'Donell		Parabeniza pelo NOPH	Idem
José Maciel Junior	Historiador – Santo Antonio da Patrulha/RS	Envio dos jornais “Folha Patrulhense”, “Panorama”, “Folha do Litoral”.	Idem
Dr. Gerardo Mello Mourão	Presidente do Instituto Municipal de Arte e Cultura – Pref. Municipal do Rio de Janeiro	Agradecimento do recebimento do jornal e elogios ao trabalho realizado.	Idem
Moacyr Teixeira	Diretor do Elenco Teatral Amantes da Arte (ETTA)	Convite para participação nas comemorações de 26 anos do ETTA	Idem
Prof. Hercules Torres	Morador Botafogo	Agradecimento pelo recebimento do NOPH e parabenizando pelo trabalho.	Idem
Biblioteca Central da Universidade Católica de Petrópolis	Institucional	Acusando recebimento do NOPH	1985 n°20 p.14
FUNARTE	Institucional	Anunciando cursos	Idem
Biblioteca Amadeu Amaral – Instituto de Folclore	Institucional	Acusando recebimento do NOPH	Idem

Fundação Nacional pró-memória- MEC-SPHAN	Institucional	Acusando recebimento do NOPH	Idem
Biblioteca Fluminense de Educação. Biblioteca Euclides da Cunha, Duque de Caxias.	Institucional	Acusando recebimento do NOPH	Idem
Associação Nacional dos professores de História – ANPUH	Institucional	Convidando para participação do XIII Simpósio Nacional	Idem
Núcleo de documentação da UFF	Institucional	Acusando recebimento do NOPH	Idem
Ofício do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro	Institucional	Sobre incêndio do prédio da Escola Princesa Isabel	Idem
Osório Santana Figueiredo	Morador São Gabriel RS	Agradecendo o envio do NOPH e elogiando o trabalho	Idem
Arthur Ferreira Filho	Morador Porto Alegre/RS	Agradecendo exemplar do NOPH e elogiando o jornal	Idem
36ª Delegacia de Polícia	Institucional	Envio de laudo de perícia sobre incêndio da Escola Princesa Isabel.	Idem
Paulo Vicente Guimarães	Chefe Gabinete Ministério Cultura (MinC)	Comunicando que o MinC possui interesse em apoiar projetos do NOPH.	1985 nº 23 p.10
Ciléia Ferreira Veiga	Chefe Biblioteca de Santa Cruz	Agradecendo os periódicos do NOPH e informando que é muito utilizado pelos leitores usuários da biblioteca.	Idem
Osório Santana Figueiredo	Palácio Plácido de Castro – São Gabriel/RS	Elogiando o periódico NOPH	Idem
Iaponan Soares de Araújo	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	Agradecendo o envio do NOPH e elogiando.	Idem

Profa. Maria Helena Borges Trilles	Secretária de Educação e Cultura De Itaguaí	Agradecendo envio do NOPH.	Idem
Com. Alípio Mendes	Conselho Municipal de Cultura de Angra dos Reis	Parabeniza o NOPH e agradece o envio.	Idem
Levi Ribeiro	Morador Baúru/SP	Parabenizando o periódico	Idem
Sonia Maria Domoner	Diretora do Escritório Espirituosamente de Orientação e Pesquisa. Vila Velha/ES	Pedindo informações e orientações sobre a forma constitutiva do NOPH, pois desejam criar um Núcleo semelhante em Vila Velha.	1986 nº 33 p.6
Prof. dr. Boris Komissarov	Leningrado/URSS	Convite par ao III Seminário Internacional dedicado ao acervo de Langsdorff	1990 nº2 p.2
Jerônimo José Oliveira de Matos	Líder Sindical de Recife/PE	Sugerindo que sejam realizadas pesquisas sobre “as lutas sindicais da classe trabalhadora de Santa Cruz”.	Idem
Profes. Marcello e Cybelle	Moradores de Ipanema	Parabenizando pelo trabalho do NOPH e lamentando que outras comunidades do Rio de Janeiro não sigam a ideia.	Idem
Maria M. Lopes	Cartofilista de Porto Alegre/RS	Envia postail das ruínas de São Miguel das Missões e da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. A remetente informa que os recursos federais para preservação das ruínas cessaram e que está ocorrendo grande debate sobre o tema.	1990 nº3 p.2

Profa. Alice Martha Pereira	Rio Grande/RS	Relata que encontrou em Rio Grande o jornal “O Comercial” de 1868, “possui imenso material sobre Santa Cruz/RJ”.	Idem
Pedro Glauco Barata Barbosa		Agradece o envio do NOPH	Idem

Apêndice IV - Temática dos artigos NOPH (1984 – 1990)

Localização	Autor (a)	Patrimônio	Museu
1984 nº 7 p. 7	Sinvaldo do Nascimento Souza	Restauração, recuperação e tombamento de prédio histórico. Título: Antiga Escola Princesa Isabel poderá ser Centro Cultural de Santa Cruz (transcrito)	
1984 nº 8 p. 2	Sem autor	Tombamento do Prédio Princesa Isabel (nota)	
1984 nº8 p. 5	S.N.S (Sinvaldo do Nascimento de Souza)	Histórico do prédio histórico, sobre importância de preservação e tombamento do prédio. Título: O convento que foi transformado em palácio e hoje é quartel	
1984 nº8 p.5	José Mauro Matheus Loureiro (Museólogo MIS)		Reflexões (I) Autor critica os museus brasileiros que servem a reprodução do “status quo” (Digitalizar)
1984 nº8 p.7	Sem autor	Histórico dos marcos de pedra, sobre o tombamento e abandono de um dos 4 marcos. Tratado como monumento histórico. Título: Marcos de pedra da Fazenda Imperial de Santa Cruz	
1984 nº 9 p.	Antonio Nicolau Jorge	Autor faz referência ao abandono da Ponte dos Jesuítas e da necessidade de preservação da mesma para as gerações futuras, trata-a como	.

		patrimônio histórico e artístico nacional. Título: “AD Majorem dei Gloriam”	
1984 nº9 p.3	Sem autor	Histórico da Ponte dos Jesuítas, e sobre o processo de tombamento da Ponte. Título: A Ponte dos Jesuítas precisa ser restaurada	
1984 nº9 p. 6	Sem autor		Sobre a arrecadação de acervo para o futuro museu de Santa Cruz. Discute sobre a tipologia e sobre a conceituação de museu. Título: Museu histórico de Santa Cruz (digitalizar)
1984 nº9 p.9	Jerônimo J. O. de Matos	Discorre sobre a formação urbana do local chamado Vila Paciência e sobre o patrimônio existente no local (pedra com demarcação em baixo relevo P.I) Título: “Vila Paciência ou Favela do Aço?”	
1984 nº10 p. 3	Prof. Sinvaldo do Nascimento Souza	Histórico do Angar do Zeppelin, ressalta o fato de ser o único ainda existente no mundo, fala sobre a necessidade de preservação do mesmo enquanto “marco histórico” de Santa Cruz. Título: “O Zeppelin em Santa Cruz”	
1985 nº15 p.2	Antonio Nicolau Jorge	Refere-se a falta de ajuda das grandes empresas locais aos “bens patrimoniais que ainda restam de um passado glorioso”. Informada sobre a participação do NOPH em eventos. Faz críticas a falta de	

		prestação de serviços públicos em Santa Cruz (digitalizar + transcrito)	
1985 nº18 p.3,4,6	SNS (Sinvaldo Nascimento Souza) do de	Refere-se ao fato de o prédio histórico de Santa Cruz ainda não ter sido restaurado, enquanto o governo do Estado do Rio de Janeiro comprou e está construindo centro cultural no bairro do Flamengo. Título: “E o Centro Cultural de Santa Cruz sai ou não sai?”	
1985 nº19 p.3e6	SNS (Sinvaldo Nascimento Souza) do de	Discorre sobre o incêndio ao “patrimônio tombado” o antigo prédio da Escola Princesa Isabel. Tece críticas ao poder municipal. Título: “Um atentado à cultura Santacruzense”.	
1985 nº22 p.8,9	Sem autor	Comemoração do segundo aniversário do NOPH com exposição da artista plástica Onil d’Aquino que representou o patrimônio histórico e artístico de Santa Cruz. Título: “Santa Cruz de ontem e de hoje: o NOPH comemora o segundo aniversário”.	
1985 nº22 p.1 (capa)		Nota de capa anunciando o início da restauração da Ponte dos Jesuítas. (digitalizar capa)	
1985 nº 23 p.2	Antonio Nicolau Jorge	Título: Editorial. Anuncia a restauração da Ponte dos Jesuítas. Informa sobre a sua conservação no futuro e sobre o compromisso da comunidade com o monumento. (transcrito)	

1985 nº 23 p. 3,6	Sem autor	Transcreve ofício que comunica a restauração do monumento. Apresenta a história da Ponte dos Jesuítas. Título: “Finalmente a restauração da Ponte dos Jesuítas”. (transcrito)	
1986 nº 25 p. 2	Antonio Nicolau Jorge	Título: Editorial sobre a restauração da Ponte dos Jesuítas e cobrando providências para a restauração do prédio da Escola Princesa Isabel	
1986 nº 25 p.3, 4	Sinvaldo do Nascimento Souza	Nota: Cobra providências de restauração do prédio a ser cumprido pelo prefeito eleito. Aborda histórico da garantia em Lei da restauração. Aborda o histórico do prédio. (transcrito)	
1986 nº26	Sem autor	Título: “Ponte dos Jesuítas é entregue em clima de festa” (digitalizar)	
1986 nº 28 p. 10	Amely Pereira Pinto e Silva (professora e colaboradora do NOPH)	Título: “Joa centenária prédio da Escola Princesa Isabel” (digitalizar + transcrito)	
1986 nº 28 p.13	Fernando Campos	Título: “Cultura & Memória – A preservação e utilização do Nosso Patrimônio Histórico”. (transcrito)	
1986 nº 29 p. 3, 10, 11, 12	Sem autor	O artigo traça a trajetória desde as solicitações do NOPH até a Lei Municipal que estipulou a restauração do prédio histórico da Escola Princesa Isabel. Título: “O	Reivindica que o Centro Cultural tenha local reservado para o museu de Santa Cruz. “O projeto

		projeto do Centro Cultural de Santa Cruz”	do Centro Cultural de Santa Cruz”
1986 nº30 p.4	Sem autor	Nota e fotografia que contam a história de vida do sr. Salvador Pedro da Silva. Título: “Patrimônio Santacruzense” (digitalizar)	
1986 nº 30 p.3, 8,9	Oswaldo Eduardo Lioi	Apresenta projeto de construção de monumento que utilizará o material da “Nova Igreja” que acabou não sendo construída. Título: “A ‘Nova Igreja’ e o ‘Monumento-Repositório’“.	O projeto prevê que o monumento a ser construído seja um museu-didático. Título: “A ‘Nova Igreja’ e o ‘Monumento-Repositório’“. (transcrito)
1986 nº30 p.13	Manoel Reis de Oliveira	Transcrição de matéria “Santa Cruz reúne acervo cultural” circulou na Revista “Fatos” em 26/05/1986. Título: “NOPH é destaque na Revista “Fatos””. (transcrito)	
1986 nº 32 p.2	Antonio Nicolau Jorge	Observa o abandono do Patrimônio histórico de Santa Cruz o prédio da Escola Princesa Isabel. Sobre o fechamento do Matadouro de Santa Cruz e o fato de o prédio histórico estar em vias de ser leiloado. Editorial (transcrito)	
1990 nº1 p.2	Sem autor	Solicita a restauração da Escola Princesa Isabel monumento histórico de Santa Cruz. Aborda as dificuldades financeiras do NOPH e a interrupção do Boletim. Editorial: “estamos de volta”	

1990 nº2 p. 2	Sem autor		Discorre sobre o crescimento do acervo do futuro museu. Apresenta inventário do objetos doados e faz agradecimento aos doadores. Título: “Museu Histórico de Santa Cruz”
1990 nº 3	Sinvaldo do Nascimento Souza	Discorre sobre a antiguidade de Santa Cruz e da Ponte dos Jesuítas. Reflete como trabalhar com o patrimônio histórico de Santa Cruz nas escolas. Título: “Santa Cruz é uma dádiva do Guandu”	